

CIÊNCIA POLÍTICA

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

BOLETIM
MENSAL

DIRETOR RESPONSÁVEL - PEDRO VERGARA

Fascículo V
VOLUME VIII

LUTAMOS PARA DEFENDER A NOSSA LIBERDADE

"Lutamos e lutaremos para defender a nossa liberdade, as tradições cristãs da família brasileira, a existência digna que herdamos dos nossos maiores. Felizmente êsses sentimentos e ideais coincidem com os que lançaram à guerra as Nações Unidas, que assim recebem o preito da nossa solidariedade moral e material. Com estas nações correremos todos os riscos, irmanados na causa da liberdade dos povos, que é também a nossa causa.

O poderio militar do inimigo que, durante três anos, não sofreu contraste e tudo avassalou, começa a declinar, enquanto o dos nossos aliados aumenta continuamente, não restando dúvidas sobre a vitória, talvez mais próxima do que supomos.

A certeza de vencer não deve, porém, servir para afrouxar a vigilância mantida até aqui ou esperar, com excessos de otimismo, o restabelecimento da paz. Esta, também, terá de ser ganha depois de vencida a guerra. Os seus problemas serão, igualmente, árduos e pesadas as tarefas de reconstrução. Ganhar a paz é, para nós, fazê-la sólida e duradoura, num mundo governado pelo Direito e pela Justiça, ao invés de o ser pela violência e pelo ódio. Para dominar obstáculos, resolver dificuldades e reajustar interesses, precisamos, tanto como agora, de concórdia, de mútua compreensão, de completo entendimento entre os homens de boa vontade.

Em meio às graves apreensões do momento cabe reconhecer que a nossa vida interna não sofreu perturbações tão profundas como as ocorridas noutros países beligerantes. Era inevitável, entretanto, certo desequilíbrio na passagem da economia de paz para a de guerra. Reagimos prontamente e, no que diz respeito à preparação bélica, conseguimos uma readaptação de resultados imediatos. Apesar das medidas tomadas para manter em justo nível o padrão de vida, persistem fatores de perturbação que precisam ser eliminados pela ação direta e tenaz do poder público."

(Do discurso do Presidente da República, pronunciado no primeiro momento do ano de 1943).

Pensamentos de Getúlio Vargas

“Se o Governo dissolveu os partidos políticos, porque estas forças que encerravam sua atividade nos limites dos Estados, não poderia permitir, também, que elementos estranhos, vindos de fora, procurassem perturbar a tranquilidade das populações coloniais, tentando arrastá-las e organizá-las para o exercício de atividades contrárias aos interesses da Pátria.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VII, pág. 197).



“Se me perguntardes qual o programa do Estado Novo, eu vos direi que êsse programa é cortar o país de estradas de ferro, de estradas de rodagem, de vias aéreas; é incrementar a sua produção, amparar a sua lavoura e fomentar o crédito agrícola; é desenvolver a sua exportação; é aparelhar as suas forças armadas, para que elas estejam sempre prontas a encarar tôdas as eventualidades da Pátria; é organizar a opinião civil, para que ela seja de corpo e alma um só pensamento brasileiro.” — (Nova Política do Brasil — Vol. V, pág. 300).



“Quem não cultua o seu próprio lar, quem olvida a sua própria família, quem despreza as suas tradições e malbarata o patrimônio herdado dos maiores, não poderá jamais perceber as afinidades secretas que, por cima das fronteiras, aproximam os corações e atraem os espíritos.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VIII, pág. 291).



“Às novas gerações estão propostas enormes tarefas, e, para enfrentá-las com êxito, devemos educá-las desde cedo, nos lares e institutos de ensino, afim de que adquiram um espírito lúcido e forte, virilidade nas ações e o hábito de sobrepor às contingências da luta cotidiana a sobranceira das atitudes estoicas e cavaliheirescas.” — (Nova Política do Brasil — Vol. IX, pág. 239).



“O regime de 10 de novembro, que corresponde plenamente às aspirações gerais do país e é, repito, profundamente brasileiro, porque vem reavivar fatos históricos da nacionalidade, foge às mistificações do regime anterior, sendo, contudo, mais democrático na sua essência, integrado, como está, no sentido concreto das nossas realidades.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VII, pág. 319).



“O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VIII, pág. 79).

DISCURSO AOS TRABALHADORES

Falando aos trabalhadores brasileiros, no dia 1.º de maio, do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o Presidente Getúlio Vargas, debaixo de grandes aplausos, proferiu a seguinte memorável oração:

"Pela primeira vez, neste 1.º de maio, altero a praxe de falar-vos da capital da República. Vim a São Paulo e daqui vos dirijo a palavra, atendendo ao apêlo de quase meio milhão de obreiros da riqueza e do progresso do país, representados em duzentos e setenta sindicatos e seis federações.

Para alcançarmos resultados satisfatórios nestes dias difíceis e conturbados, em que os obstáculos se multiplicam, a vossa colaboração foi decisiva e o govêrno reconhece tão patriótico devotamento. O vosso resolutivo apoio de homens afeitos às duras labutas da indústria nunca faltou à administração e valeu por um encorajamento constante no sentido de fazer triunfar a justiça social. Mourejando solidários, em perfeito entendimento, vamos ajustando cada dia mais a mútua compreensão dos grandes e permanentes interêsses nacionais. Os efeitos dessa cooperação tornam-se evidentes. Mesmo entre as agruras da guerra o país prospera e o ambiente de ordem interna, construtivo e saudável, mostra a firme disposição de trabalharmos sem descanso pelo seu engrandecimento.

A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta ao desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. Estais votados ao bem da Pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha. É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a Nação Brasileira dias de paz digna e de maior progresso.

A luta pela emancipação econômica do país está iniciada com as indústrias de base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente esforço. Não se atinge a maioria

dade como nação sem vencer dificuldades de toda ordem. Mas, felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de desentendimento interno, não existem. A evolução das relações do trabalho e do capital não assumiu entre nós, graças às medidas adequadas do governo, aspectos insolúveis, como noutros países. Ao contrário, dentro de uma sadia concepção cristã estamos resolvendo, gradativa e satisfatoriamente, os dissídios passageiros entre as duas grandes fontes de produção, mostrando a empregados e empregadores que a colaboração sob a égide do Estado, em benefício do superior interesse da Nação, ao invés de advogar proveitos de grupo, é a mais vantajosa solução para todos.

Já fizemos bastante, sem dúvida. Os frutos desse trabalho são magníficos, mas ainda há muito que empreender e aperfeiçoar. É nesse sentido que desejo anunciar-vos hoje a projetada reforma dos serviços de assistência social, em bases mais amplas, capazes de favorecer maior número de trabalhadores e amparar mais eficientemente as suas famílias.

Terminada a fase de experiência e solidificação dos institutos e caixas, cujas reservas vinham sendo aplicadas sob o critério de imediata segurança e rendimento certo, é tempo de iniciarmos uma política de mais largo alcance relativamente ao emprêgo dos fundos acumulados. Empréstos dos depósitos das organizações de seguro social para construções suntuárias ou fazê-los circular a juros bancários é afastá-los da finalidade superior que ditou a legislação trabalhista. Ao contrário disso, nas suas linhas mestras, a nova lei orgânica de previdência em elaboração, igualará os benefícios de todos os grupos profissionais, outorgará pensões na base dos encargos crescentes de família segundo o número de filhos menores e melhorará as aposentadorias, que passarão a corresponder, pelo menos, ao salário mínimo regional. Quanto às aplicações do capital também serão adotados rumos diferentes. Forneceremos aos trabalhadores sindicalizados utilidades básicas em forma cooperativista, elevando-lhes assim, automaticamente, os salários reais; com a colaboração das administrações municipais, que entrosarão os respectivos projetos nos seus planos de urbanização, construiremos cidades-modélo nas proximidades dos grandes centros industriais, com ins-

talações de tratamento de saúde, de educação profissional e física. As quotas reservadas a auxílios não deverão visar apenas o afastamento da miséria iminente, quando fica inválido ou desaparece o chefe da família; deverão assumir formas propulsivas, possibilitando melhor alimentação e melhor padrão de vida, com o funcionamento de restaurantes populares, escolas de trabalho, centros de saúde, lactários, campos de esporte e estância de repouso. A unificação de esforços dos grandes institutos e o condomínio das construções de seguro social tornarão as iniciativas dessa natureza perfeitamente viáveis. O cálculo da mobilização financeira das reservas atuais permite-nos anunciar o propósito de nelas inverter inicialmente quinhentos milhões de cruzeiros.

Concluídos êsses aperfeiçoamentos no sistema de auxílio e estímulo ao operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir, por mais tempo, a situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se inadiável estabelecer com clareza e força de lei as obrigações de cada um, o que virá certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza nacional.

Para o êxito completo dessas iniciativas, faz-se mister cerrar fileiras em tôrno das agremiações sindicais. A massa operária de São Paulo, nos seus trinta e três mil locais de trabalho, concentra cerca de oitocentos mil trabalhadores e destes apenas cento e vinte mil se acham filiados aos órgãos de classe. Noutra oportunidade já vos dirigi um apêlo para que vos congregasseis por forma que os sindicatos representassem, realmente, um número de associados que fôsse expressão total de cada atividade, aptos a exercer ativa fiscalização dos direitos que lhes assistem. A reforma da lei orgânica cogita, por isso mesmo, da instalação dos postos de previdência, destinados a manter em cada emprêsa o contacto direto dos associados com os órgãos de classe.

São Paulo, que conta entre os seus melhores trabalhadores o Ministro Marcondes Filho, alta inteligência e personalidade dinâmica, e o Interventor Fernando Costa, tão operoso e experimentado na administração como na agricultura e na indústria — São Paulo, que manufatura metade dos vinte e quatro bilhões de cruzeiros da produção industrial do país e tem no café a lavoura de mais extensa cultura, precisa oferecer o exemplo de congregar nas agremiações trabalhistas a mão de obra que lhe garante tão excepcional situação. Essa modificação de mentalidade é tanto mais imperiosa e fácil de apreender quando se considera a rapidez das transformações da vida econômica e a revisão do próprio conceito de capital, que deixou de ser simples acumulação de dinheiro para representar energia social concentrada em incessante e fecundo movimento.

Tais são os propósitos do meu governo e para realizá-los plenamente conto com a vossa integral adesão. Porque, se as tarefas do presente são importantes, muito mais hão de ser as do futuro. O fim da guerra, com a vitória das Nações Unidas, aproxima-se. Depois de alcançá-la, dominados os inimigos externos, precisamos vencer os inimigos de outra ordem e não menos perigosos, que são as discórdias, a incompreensão, o egoísmo de classe, a intransigência dos interesses privados. A liberdade, no sentido estrito de franquias políticas, não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica converte-se quase sempre em licenciosidade e um ludíbrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto nem educa os filhos com o direito de reunião. Amparar economicamente os trabalhadores equivale a dar-lhes o verdadeiro sentido de liberdade e segurança para expressar as suas opiniões políticas. E, para isto, urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que labutam em permanente estado de necessidade, sem recursos para adquirir o indispensável à subsistência. As atividades produtoras nos tempos que correm devem subordinar-se aos interesses da coletividade e não à preocupação absorvente de lucro, à voracidade de intermediários e parasitas, tanto do capital como do trabalho. Impõe-se, por conseguinte, fazer reverter à comunidade os proventos derivados das circunstâncias de emergência, aplican-

do-os no desenvolvimento da produção para o consumo geral, que eleva o nível das massas e lhes permite usufruir os bens da civilização.

Quando num grupo social ou nacional a produção deixa de ser de utilidades para ser de mercadorias somente, sobrevêm inevitavelmente desequilíbrios profundos, de conseqüências fatais para a ordem social, porque a parte maior desse grupo passará a sofrer restrições e necessidades. Por isso mesmo, toda vez que o Estado recorre a processos evolutivos com o fim de resolver os problemas máximos da Nação nada mais faz do que evitar as transformações violentas, os desperdícios materiais e humanos, sofrimentos e lutas cruentas. Precisamos meditar sobre os erros de organização social, conjurando previdentemente futuras e catastróficas perturbações.

O aumento de salários e vencimentos será sempre inoperante enquanto o custo da vida continuar a elevar-se. E, todos nós sabemos, ou remediamos com serenidade e justo senso das circunstâncias os males que afligem o povo ou este perde a confiança e a si mesmo se prejudica caindo em excessos condenáveis. Se pretendemos verdadeiramente viver como civilizados cumpre-nos admitir, como condição para prosperar, o predomínio brutalizante da lei de seleção animal, a exploração do homem pelo homem. É possível subsistir ajudando-se mutuamente, oferecendo uns aos outros melhores oportunidades de progresso, principalmente num país novo e cheio de possibilidades como o nosso, cujo potencial de riqueza ainda não se esgotou, podendo criar indefinidamente formas mais nobres e sadias de convivência.

O capital no Brasil não tem de que amedrontar-se se souber usar a profunda sabedoria da auto-limitação. O país entrou numa nova era de realizações. O governo está empenhado em iniciativas importantes e com o planeamento de grandes empreendimentos industriais que serão conhecidos em breve certamente sustentará o ritmo do nosso desenvolvimento econômico e aumentará o giro dos negócios, assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos seus esforços.

Trabalhadores do Brasil:

Depois da tempestade que abala o mundo, fazendo tremer nos

seus alicerces grandes impérios, devemos esperar dias de bonança e recomposição pacífica.

A cooperação e a solidariedade entre os grupos sociais, dentro de uma mesma nação e das nações entre si, operarão, sem dúvida, substancial acréscimo de bem-estar e prosperidade para maior número de seres humanos.

O Brasil, que, tanto no campo das relações internacionais como na solução dos problemas de caráter interno, foi sempre pioneiro das soluções amistosas, do arbitramento, da concórdia de classes, terá oportunidade de auxiliar a reconstrução do mundo e colaborar por todos os meios ao seu alcance no retórno das nações civilizadas aos largos caminhos do direito e da justiça.

Para essa missão de enorme responsabilidade é que vos conclamamos — chefes de indústria, operários, agricultores, todos quantos nesta abençoada terra produzem e vivem do trabalho honesto — acreditando que, no após-guerra daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade.”

“Julgo oportuno acentuar que, nas condições especiais da nossa economia, os benefícios do crédito agrícola só poderão generalizar-se através de uma vasta rede de cooperativas de produção, já iniciada, com evidentes vantagens, sob a orientação dos poderes públicos.” — (“A Nova Política do Brasil”, vol. VII, pág. 112).



“Se o govêrno solveu os partidos políticos, porque eram fôrças que encerravam sua atividade nos limites dos Estados, não poderia permitir, também, que elementos estranhos, vindos de fora, procurassem perturbar a tranqüilidade das populações coloniais, tentando arrastá-las e organizá-las para o exercício de atividades contrárias aos interesses da Pátria.” — (Nova Política do Brasil, Vol. VII, pág. 197).

CIÊNCIA POLÍTICA

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA
DIRETOR RESPONSÁVEL - PEDRO VERGARA

BOLETIM
MENSAL

MAIO DE 1944

Fascículo V
VOLUME VIII

PROMESSAS E REALIZAÇÕES

PEDRO VERGARA

O discurso que o Presidente Getúlio Vargas pronunciou em São Paulo, perante 500 mil trabalhadores das indústrias paulistas, no dia 1.º de maio, evoca aquêlê outro discurso que S. Excia. pronunciou na Esplanada do Castelo, no dia 2 de janeiro de 1930.

Então, diante dos casos de polícia que suscitavam as reclamações do trabalhador desorganizado, o candidato à suprema investidura do país podia proferir estas palavras, que valiam por um retrato escrito da questão social no Brasil, àquela época.

“O pouco que possuímos em matéria de legislação social, não é aplicado, ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versailles e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos.”

Diante dessa situação, o candidato, com veemência, com segurança e com sinceridade, prometia às massas trabalhadoras o advento de uma era nova em que o Brasil pudesse adotar também, numa legislação sábia, previdente e generosa, tôdas as conquistas do direito social, do direito industrial e do direito econômico, que já em 1930 se haviam afirmado nos países do Ocidente Europeu, através de uma consciência jurídica amadurecida e triunfante.

Eis por que Getulio Vargas dizia àqueles milhares de homens cujos votos disputava, — que era “um dever acudir ao proletário com medidas que lhe assegurassem um relativo confôrto, a estabilidade no emprêgo e amparo nas doenças e na velhice”; era preciso ainda “ditar leis protetoras da mulher e das crianças que trabalhavam nas fábricas e estabelecimentos comerciais”.

O Governo Central e dos Estados, acrescentava, deviam reali-

zar estudos e adotar providências em conjunto para a elaboração do Código do Trabalho.

Impunha-se o uso de medidas tutelares, que abrangessem a vida do proletário urbano e do proletário rural; e essas medidas deviam compreender: a instrução, a educação, a higiene, a alimentação, a habitação, o cuidado com as mulheres, as crianças, a invalidez, a velhice; devia-se elaborar, ainda, um sistema de salários adequados à nossa economia nas diversas regiões e dar alegria ao operário, propiciando-lhe horas de recreio, de desporto e de cultura artística.

Quando o Presidente Getúlio Vargas pronunciava êsse discurso memorável, êle o fazia em face de operários que os grêmios políticos haviam carreado para a praça pública, de tôdas as fábricas e oficinas; êsses obreiros não passavam, pois, naquele momento e naquele local, de uma pobre massa amorfa, cheia de necessidades e aspirações ainda mal definidas; eram homens que apenas pressentiam, de longe, os seus direitos, mas que não pensavam por si e que por isso mesmo, eram arrastados pela palavra dos líderes políticos.

Ali, na Esplanada do Castelo, naquela hora de incertezas e, ao mesmo tempo, de esperanças, o mais que logravam ser aquêles milhares e milhares de indivíduos de expressão fatigada e em cujo rosto se patenteava a deficiência da alimentação e a exaustão do trabalho, — era uma multidão desconforme, desigual, reunida no tumulto da hora e que, quando se dissolvesse, nada mais deixaria de si do que os indivíduos isolados, que tornariam a seus lares, nas favelas e nos subúrbios ou nas suas oficinas infectas, para carpir de novo as suas penas e increpar outra vez a incúria dos governos.

Numa palavra: o auditório da Esplanada do Castelo, que ouvia o candidato Getúlio Vargas, a 2 de janeiro de 1930, era ainda a triste, a desolada e a inexpressiva massa eleitoral que servia de joguete aos partidos, que satisfazia a ambição dos chefes e que era arrastada por êles como um pobre rebanho de ovelhas, sem vontade, sem noção de direitos, sem finalidade certa, nas sombras de um destino que se perdia por entre a confusão do vozerio democrático.

Essa multidão, portanto, não chamava, não dirigia, não se impunha, não era nem uma fôrça, nem um espírito, nem uma decisão, nem uma consciência.

Mas, agora, que vemos, em 1944, no Estádio de Pacaembu, em São Paulo, — 14 anos decorridos?

Vemos esta coisa grandiosa: está ali reunida, diante do mesmo homem que falou na Esplanada do Castelo, a 2 de janeiro de 1930, uma multidão que não é chamada pelos chefes de partidos, pelos cabos eleitorais, pelos mistificadores da opinião, famintos de votos; vemos, antes, — e isto enobrece, dignifica e exalta a grande hora que vivemos: uma multidão que chama o seu chefe, que pede a presença do seu líder supremo e que, com uma consciência própria,

com uma vontade invencível, com uma decisão impertérrita, — fala do alto de suas próprias conquistas, com o vigor e a solidez dos seus próprios direitos, para manifestar ao seu guia o seu entusiasmo e para expandir aos seus olhos, espontaneamente, sob os céus límpidos e livres da América, o seu reconhecimento e a sua gratidão.

Em verdade, o Senhor Getúlio Vargas não se dirigiu à praça pública, para pedir apoio aos trabalhadores, nem os conclamou, para que aí fôsem aplaudi-lo e glorificá-lo; compareceu antes ao Estádio de Pacaembu, porque foi chamado, porque os trabalhadores de São Paulo pediram a sua presença, porque os homens saídos das oficinas e das fábricas exigiram que ali estivesse para que êles pudessem falar-lhe.

“Vim a São Paulo, bradou o Presidente, e daqui vos dirigo a palavra, atendendo ao apêlo de quase meio milhão de obreiros da riqueza e do progresso do país, representados em 270 sindicatos e seis federações.”

Eis aí, num período apenas, uma síntese formidável da época presente: os trabalhadores de 1930, que eram conduzidos à praça pública, com promessas e esperanças, — agora chamam o Presidente Getúlio Vargas, à grande ágora paulista; antes, pois, eram êles os conduzidos; agora são êles os condutores. Em 1930, o que víamos era aquela imensa massa desconforme, sem eira nem beira, sem direitos e sem garantias, sem ordem e sem paz, sem organização e sem quadros jurídicos; agora são 270 sindicatos e seis federações.

Vale isso por dizer que o candidato de 1930, que falava a uma assembléia de rua, heteróclita e amorfa, é agora o Chefe da Nação brasileira que fala a cidadãos organizados, enquadrados em poderosas instituições de classe e em cujas consciências já se afirmou e plasmou, para sempre, uma Carta de Direitos.

Se fôsse preciso, pois, definir as duas épocas, aquela que precedeu a revolução de 30 e esta de hoje, nada seria mais expressivo e adequado para fotografar de modo indelével as duas situações, do que evocar o quadro antigo, — aquela vasta praça da Esplanada do Castelo, totalmente deserta de construções, ainda vermelha e escarlavrada dos vastos cortes de terra com que se fêz a demolição do antigo morro, em cujo tôpo se implantaram um convento e uma fortaleza, que, durante séculos perpetuaram o passado, atestando a nossa incapacidade para progredir e prosperar; e o Estádio de Pacaembu, de 1944, obra prima de arquitetura e de técnica, que a inteligência dos engenheiros do Brasil e a mão de obra de seus trabalhadores construíram para que ali se reunissem as novas gerações, ansiosas de vigor e energia física e para que ali os homens de trabalho erguessem a sua voz soberana e dessem, na independência da sua palavra, o atestado dos direitos e afirmassem na sua gratidão a beleza dos seus sentimentos morais.

Getúlio Vargas não poderia desejar um destino melhor para a

sua vida pública: foi a testemunha mais prestigiosa e mais cheia de responsabilidades dessas duas fases extremas da nossa história, e foi ao mesmo tempo o Deus *ex-machina*, que propiciou a transição da primeira para a segunda dessas duas fases: vimos operários pobres e desunidos, em 1930, na Esplanada do Castelo; agora o vemos prósperos, felizes, unidos e fortes, no Estádio de Pacaembu, em São Paulo; e foi êle, com a sua tenacidade, com a sua alma generosa, com o seu espírito de justiça, com a sua fidelidade aos compromissos, que realizou essa transição, que fêz da multidão inorgânica a hierarquia jurídica dos sindicatos, que converteu a massa eleitoral, inexpressiva, abúlica, de outrora, nos admiráveis quadros jurídicos e sociais de hoje, em que o trabalhador do Brasil é o detentor do seu próprio destino, sabe o que quer, e possui, no elenco de suas leis protetoras, os meios de defesa contra o desgoverno dos poderes arbitrários e contra as ambições das forças plutocráticas, desumanas e despóticas.

“A multiplicidade de setores em que age o Estado não exclui, antes afirma, um postulado fundamental: — o da segurança para o trabalho e as realizações de interesse geral.” — (Nova Política do Brasil — Vol. V, pág. 127).



“Nenhum sacrifício, nesta hora grave, será bastante; nenhuma vigilância excessiva para a defesa da nossa bandeira, do nosso idioma, das nossas tradições.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VI, pág. 74).



“Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza.” — (Nova Política do Brasil — Vol. II, pág. 117).



“É indispensável estarmos preparados para tudo e aptos a fazer face, com experiência ampla, às exigências dos movimentos de defesa, quaisquer que sejam o teatro e as formas de operação.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VII, pág. 258).

ESTADO E ESTATISMO

ANTÔNIO CARLOS MACHADO.

Os tempos evolveram. A nossa época, época visceralmente transaccional, na substância intrínseca dos elementos característicos que apresenta, constitui a ponte de ligação entre dois ciclos históricos e formou um tipo de cultura, em que os valores fundamentais da sensibilidade desinteressada — fonte mesma da arte pura — oscilam pendularmente entre a decadência e a renovação. Idéias novas traumatizam o espírito das multidões. Nascem místicas, deuses, símbolos e avatares inteiramente novos. A máquina, com a sua incoercível influência sobre as massas e as elites, foi a pedra de toque da contemporaneidade. Ela deu corpo ao sonho de Ícaro. Tornou exequíveis as idealizações de Júlio Verne. E cristalizou um sistema de filosofia único e singular: o pragmatismo. O século XX eclodiu sob o signo revolucionário da tecnocracia e está fadado a realizar as maravilhas entressonhadas no transcurso das centúrias precedentes. O valor dessa circunstância não é preciso assinalar, tão evidente elle é. A evolução faz-se em surtos e declínios. Daí as suas frequentes alternâncias. A lei da “negação da negação”, segundo Hegel, é que condiciona o desenvolvimento fenomenológico das coisas e dos seres. Cada organismo, idéia ou instituição, traz em si, realmente, o germe da própria destruição. A metamorfose incessante dos valores é o princípio básico do progresso. Cada tese suscita uma antítese, isto é, cada realidade ou pensamento suscetível de realização se transforma em seu contrário, para reaparecer, sinteticamente, sob novas formas. Transmudam-se os elementos integrativos dos conglomerados sociais, à proporção que estes multiplicam as suas conquistas e aquisições de ordem prática, melhorando correlativamente o seu teor de vida. Os tempos, que vivemos, são de transformação, de revisão, de reivindicação. Não concebidas em termos individualísticos. Mas em termos de cooperação e mútuo auxílio. A liberdade é necessária para que o homem possa desenvolver plenamente as suas aptidões e tendências superiores. No entanto, a sociedade não é, como queriam Rousseau, Adam Smith e os corifeus da escola liberal clássica, o efeito de um livre contrato, uma simples aglomeração de indivíduos espontaneamente reunidos e por conseguinte, beneficiários do velho preceito: “quid-quid eodem modo missolvitur quo colligatum est”. Releva notar que se o indivíduo, como entidade autónoma, possui direitos vitais, a coletividade, de que é parte integrante, possui interesses impreteríveis. Hodiernamente, aliás, as relações sociais, sob influências económicas de complexa elaboração, tendem a engendrar superestruturas coletivas libertas de privatismos estanques. Difunde-se a crença no poder do maior número. A idéia de justiça e reajustamento desloca-se do indivíduo para a sociedade. A justiça e o reajustamento sociais, hoje, impõem-

se-nos como imperativos em perfeita correspondência com o tempo. Os conceitos de trabalho e capital, por outro lado, perdem pouco a pouco o seu caráter dogmático.

Se se fizesse a história do capitalismo burguês, ver-se-ia que foi, em sua origem, uma simples transferência de fortunas, melhor, um processo de conflito econômico em que o comércio, prestigiado pelo advento da grande navegação, teria que suplantar a nobreza entorpecida no "dolce far niente" dos salões. O fato de ter o burguesismo assumido, em todo o mundo, a liderança dos negócios, confirma e ilustra expressivamente a tese de "proveito máximo" exposta por W. Sombart. Qualquer que seja a idéia que se tenha sobre a gênese do capitalismo, forçoso é reconhecer que muito influiu nela a doutrina mercantilista do século XVIII, calcada no valor real do ouro. Esta é uma conclusão a que se pode chegar sem grande dificuldade. A capitalização trouxe consigo o desenvolvimento das maquinofaturas e do aperfeiçoamento destas decorreu a profissionalização ou seja a delimitação técnica de cada ramo de trabalho industrial. Muito intencionalmente empregamos a palavra profissionalização, porque ela exprime bem o fenômeno de especialização resultante do emprego em massa dos modernos recursos tecnológicos. Foram estes, última instância, que inspiraram o faiolismo ou administração científica como fator basilar dos grandes empreendimentos. Não foram outros fatos que determinaram, também, a teoria levantada por Taylor em seu "Principles of Scientific Management". A equação máquina-operário nos países altamente industrializados constitui problema de monta. Entre nós, ela começa a se esboçar. As nossas indústrias desenvolveram-se por obra do protecionismo alfandegário, emprestando-nos uma fisionomia de nação néo-capitalista, com mais de 35.000 fábricas e cerca de 600.000 operários. Seremos, em breve, uma grande potência econômica. A proletarianização intensiva que o implante da siderurgia vai determinar entre nós desde já merece atenção e estudo. Cumpre, nesse caso, prever para prover. Ao Estado caberá, em boa parte, a responsabilidade de orientá-la segundo os ensinamentos da psicotécnica. Não se trata, em absoluto, de economia dirigida ou interveniente. É sim de economia organizada, no sentido que Saitezeno conferiu a essa expressão. No moderno conceito de estadística, com efeito, está implícito o de organização. O Estado, modernamente, deve suprir as deficiências da iniciativa privada, animando o incremento das diversas atividades e facilitando a todos os cidadãos os meios de que precisam para elevar ao "plenum" a sua capacidade produtiva. Para a asseguuração do bem-estar comum, nenhum setor da vida social deve escapar à interferência do poder público. Convenhamos, entretanto, que a ingerência do governo nas atividades particulares deve implicar sempre em ação complementar ou supletória. Ou em intermediação necessária e justificável. Pertence ao domínio do passado o abstensionismo neutral e faquirico proclamado por Adam Smith, Spencer e Kant. É tempo que se compreenda que o Estado não é o "mal necessário" da concepção spenceriana. O que é preciso é não confundir organização com estatização.

Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política

SESSÃO DO DIA 1.º DE ABRIL DE 1944

O Instituto Nacional de Ciência Política realizou, neste dia, no salão do Conselho da A. B. I., importante sessão para instalar, oficialmente, a Secção de Datas Históricas, recentemente criada pelo Instituto, destinada a evocar os fastos da nossa história militar.

Abriu os trabalhos o Dr. Pedro Vergara, que convidou para tomarem assento à mesa os Srs. Dr. Feijó Bittencourt, Tte. Rivadávia Leal, Tte. Gerardo Majela Bijos e o Cel. Raimundo Pessoa Siqueira Campos. A seguir, o Dr. Vergara expôs ao seletto auditório a finalidade da sessão, que era a de instalar a Secção de Datas Históricas, cujo objetivo, dos mais patrióticos e expressivos, visava evocar as nossas grandes datas históricas, que haviam influído de maneira decisiva nos destinos de nossa nacionalidade. Ao terminar sua oração, o Dr. Pedro Vergara investiu na presidência da Secção de Datas Históricas o Dr. Feijó Bittencourt, que era um dos oradores inscritos, o qual, desde logo, passou a abordar o tema de sua conferência. Iniciando o seu belo trabalho, o Dr. Feijó Bittencourt passou a discorrer, com muita erudição, sobre a significação das datas históricas nacionais, expressando que não é eventualidade que dirige os fatos históricos, mas sim as reações morais e sociais, acrescentando que a vontade e a inteligência humanas é que explicam o passado histórico. Depois de vários conceitos gerais, disse que as datas históricas são marcos morais da expressão humana dos povos e finalizou referindo-se, em bela página literária, à reação nacional contra a invasão holandesa, bem como à guerra com o Paraguai, exaltando a figura impar de Caxias.

Após, ocupou a tribuna, o Tte. Rivadavia Leal, que evocou os feitos heróicos da nossa Marinha de Guerra, ressaltando as figuras legendárias de Tamandaré e Barroso, como expressões máximas da história marítima de nossa Pátria. O orador referiu-se de maneira elogiosa à criação pelo Instituto de sua Secção de Datas Históricas, dizendo que dos homens do passado só devemos exaltar as coisas nobres e elevadas, pois só assim faremos trabalho construtivo, digno e patriótico.

Finalmente, usou da palavra o Tte. Gerardo Majela Bijos, que, depois de se referir à passagem, no dia 25 de março findo, do 4º aniversário de fundação do Instituto, que, segundo o orador, adquiriu em sua

existência foros de um sodalício inspirado por sólida moral, recolhendo como prêmio seletto espírito de observação e de trabalho, — discorreu sobre a data histórica de 1.º de março, afirmando que a pacificação do Rio Grande do Sul e o término da guerra que Lopez nos impôs irmanavam-se, no espaço, nessa data, como marcos memoráveis de nossa história. E, a seguir, exaltou o grande vulto da nossa história, herói da guerra com o Paraguai, o grande Caxias, dêle dizendo: “Baluarte de uma nação em marcha, gigante de ações civis, foi o mais brasileiro dos brasileiros. Completo guerreiro, herói de batalhas em sua Pátria e defensor da justiça em terras estranhas, é fruto exclusivo do ambiente nacional, pois jamais buscou em país civilizado o aprimoramento de sua cultura militar. No mundo contorcido de paixões, Caxias se apresenta no cenário americano como predestinado e espírito de projeção no profissionalismo militar. A sua previsão do serviço militar obrigatório constituiu, por si só, um ato capaz de enobrecê-lo e enriquecer a galeria dos grandes vultos do continente colombiano”.

Antes de ser encerrada a sessão, pediu a palavra o jovem estudante fluminense, Ricardo Augusto Viana, representante do Grêmio Literário do Colégio Plínio Leite, que se congratulou com os oradores pelas magníficas lições de História Pátria que haviam dado, que dignas eram de ter a maior repercussão no cenário intelectual brasileiro.

O Dr. Feijó Bittencourt encerrou, a seguir, a sessão, tecendo, antes, elogiosos conceitos sobre os magníficos trabalhos dos oradores aos quais agradeceu a importante contribuição que deram à patriótica obra do Instituto Nacional de Ciência Política.

SESSÃO DO DIA 8 DE ABRIL DE 1944

Como fôra amplamente noticiado, o Instituto Nacional de Ciência Política realizou nesta data, no salão do Conselho da A. B. I., uma de suas mais importantes sessões semanais, que se revestiu de grande brilhantismo, não só pelos oportunos temas abordados pelos oradores inscritos, como pelo seletto auditório que a ela compareceu.

Os trabalhos foram abertos pelo Prof. Benjamin Vieira que convidou para presidir a sessão o Gal. Damasceno Vieira, o qual, por sua vez, convidou para fazerem parte da mesa o Dr. Raul de Azevedo, Cel. Altamirano Nunes Pereira, D. Maria Celeste Rabelo de Oliveira, Drs. Monte Arrais e Vieira de Alencar.

Ocupou a tribuna, inicialmente, o brilhante escritor Raul de Azevedo, que abordou o sugestivo tema “Getúlio Vargas, o homem e o chefe, através do livro de Leopoldo Peres”. O orador fêz um belo e erudito trabalho, em que ressaltou a obra notável do Presidente Getúlio Vargas, expressando que êle se encontra entre os cinco maiores estadistas da época e que a sua obra “é poderosa e ultrapassou as fronteiras da Pátria. Em menos duma década e meia de comando supremo, êle tem evoluído o

Brasil por mais de meio século". Passou, a seguir, a fazer consciencioso estudo do livro do consagrado escritor e sociólogo amazonense Leopoldo Peres, dizendo que o seu livro precisa ser meditado. É o estudo, disse, dum estadista dentro da sua época. É uma análise profunda. É o Brasil que se agita, que se move, que se reafirma como nacionalidade, ao lado das grandes potências mundiais. O orador foi muito aplaudido.

Seguiu-se, no uso da palavra, o Cel. Altamirano Nunes Pereira, professor de Geografia da Escola de Intendência do Exército e de Filosofia do Colégio Militar, que desenvolveu o tema: "Aspectos da ação econômica do Estado Nacional". Em sua magnífica conferência, o orador abordou os aspectos da interferência do poder no domínio econômico, ligando-os às características do atual regime, em relação ao regime de intervenção, de não intervenção e da gestão direta da economia. A seguir, examinou os papéis dos órgãos ministeriais e das entidades autárquicas no desenvolvimento da economia nacional; estudou a realidade brasileira na estrutura estatal e ressaltou os fatores de ordem econômica que veem contribuindo para a nossa grandeza.

Finalmente, falou a Sra. D. Maria Celeste Rabelo de Oliveira, que dissertou sobre a "reforma da sociedade", em que focalizou as grandes transformações sociais por que o mundo vem passando e que mais se acentuarão após a guerra, detendo-se no problema com relação ao nosso país, onde, graças à alta visão de estadista de Getúlio Vargas, o mesmo está sendo encarado de maneira realista e oportuna, e concluiu traçando um quadro panorâmico da realidade social brasileira.

Ao encerrar a sessão, o Gal. Damasceno Vieira fez um rápido comentário sobre as conferências pronunciadas e agradeceu aos oradores a importante contribuição que deram à obra que o Instituto vem realizando.

SESSÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 1944

O Instituto Nacional de Ciência Política realizou neste dia, no salão do Conselho da A. B. I., uma de suas mais notáveis sessões semanais, cujo brilhantismo foi ressaltado pelo numeroso e seletto auditório que enchia o recinto, o que demonstra o grande interesse que as reuniões dêsse já consagrado sodalício vêm despertando nos meios intelectuais.

A sessão foi presidida pelo Dr. Pedro Vergara, que convidou para tomar assento à mesa os Drs. Garcia de Miranda Neto, Guilherme de Azevedo, Mário Acioli, Renato Travassos e Camilo Martin Moesari.

Ocupou a tribuna, inicialmente, o Dr. Garcia de Miranda Neto, que produziu brilhante conferência subordinada ao título "Educação das massas", problema de grande atualidade e que foi desenvolvido pelo ilustre orador com muita erudição. Analisou o orador a hora presente que vivemos, cheia de apreensões e de cuidados quanto ao futuro, para ressaltar, numa sintética e bem concatenada ordem de idéias, a função que está reservada às massas, mas que para isso necessário se torna dar-

lhes uma educação adequada, que venha de baixo para cima, para que elas adquiram um grau de cultura, e por isso mesmo de compreensão, que as coloquem em sintonia com as aspirações do Estado e que possam compreender o papel que serão chamadas a desempenhar dentro da Nação. O problema das massas, disse, é um dos problemas gravíssimos da hora presente, mas que, desde o advento do Estado Nacional, está sendo encarado com grande zelo pelo egrégio Presidente Getúlio Vargas, que tudo tem feito e vem fazendo para lhes dar a cultura necessária à compreensão dos seus próprios problemas, guindando-as ao posto que devem ocupar, pelo conhecimento exato das suas necessidades e aspirações.

Seguiu-se, no uso da palavra, o Dr. Guilherme de Azevedo, que produziu notável conferência sobre: "A República de Platão e sua influência na vida moderna", em que teve oportunidade de mostrar ao auditório sua pujante cultura filosófica e seu exuberante conhecimento da obra imortal do pensador grego. Principiou por descrever o panorama geográfico e social da Atenas antiga, para nela situar, dentro do tempo, a obra genial de Platão, e, a seguir, analisou a sua "República", para afirmar como ela ainda hoje é atual e como o espírito do grande filósofo ainda se faz sentir nos homens de pensamento de hoje, como marco assinalado de duas épocas que se interpenetram e se fundem num mesmo desejo de tornar a sociedade melhor, por meio de uma sábia orientação governamental. Finalizou o orador seu magnífico trabalho mostrando como Platão fôra grande na concepção da sua República, em cuja forma estatal deviam predominar os pensamentos puros, altruísticos, sem ódios e sem rancores, nobreza de caráter e de ações, austeridade e sentimentos nobres.

Finalmente, falou o Dr. Mário Acioli, que dissertou sobre "O Estado Nacional e o Estatuto dos Funcionários", em que exaltou a obra grandiosa do Presidente Getúlio Vargas, em todos os setores da Nação, para, a seguir, se referir aos benefícios auferidos pelos funcionários públicos, desde 1930, dando-lhes a tranqüilidade necessária. Ressaltou a humana e sábia legislação que amparou os servidores do Estado, dizendo que a criação do DASP e a sanção do Estatuto dos Funcionários Públicos são uma grande lição de liberdade e equidade a todos os brasileiros, em tôdas as esferas sociais, concluindo por dizer que, hoje, tanto ricos como pobres, todos podem aspirar aos cargos públicos, bastando somente ter habilitações e idoneidade moral.

Encerrando a sessão o Dr. Pedro Vergara, em brilhante improviso, teceu elogiosa crítica sobre os assuntos abordados pelos oradores, cuja contribuição à obra que o Instituto vem realizando agradeceu.

SESSÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 1944

O Instituto Nacional de Ciência Política realizou, nesta data, no salão do Conselho da A. B. I., importante sessão destinada a instalar

a sua nova secção, recentemente criada, e que visa intensificar as relações culturais e sociais entre o Brasil e os Estados Unidos.

Abriu os trabalhos o Dr. Pedro Vergara, que convidou para tomarem assento à mesa os Desembargadores A. Sabóia Lima e Álvaro Berford e Dr. Camilo Martin Moesari e, em seguida, explicou ao seletto auditório presente as finalidades daquela reunião, que outras não eram senão as de instalar oficialmente a secção de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, para que mais fortes se tornassem os elos de amizade que, historicamente, e desde longa data e agora cada vez mais se fortalecem em razão dos acontecimentos presentes em que as duas nações, ombro a ombro, lutam contra o tirânico inimigo comum. Congratulou-se com o Desembargador A. Sabóia Lima por ter sido êle o escolhido para presidente da nova secção do Instituto, passando, a seguir, a S. S. a direção dos trabalhos.

O Desembargador A. Sabóia Lima produziu, então, brilhante conferência em que pôs em relêvo as relações de amizade existente entre o Brasil e os Estados Unidos, tema que abordou com muita erudição, ressaltando a patriótica iniciativa do Instituto em criar uma nova secção de atividades, cuja finalidade é das mais relevantes e expressivas no momento presente. Concluindo seu belo trabalho, referiu-se à cooperação de guerra e econômica reinante entre as duas nações amigas, e disse que a nova secção estava fadada a um êxito certo, em virtude do alto sentido que animava seus componentes e o fim que visava.

Seguiu-se, no uso da palavra, o Dr. Camilo Martin Moesari, que traçou, em linhas gerais, o programa da nova secção, pondo em destaque, não só as suas finalidades, como os resultados que advirão para o Brasil e os Estados Unidos da política de aproximação e de fortalecimento dos laços de amizade entre as duas nações amigas, que, hoje, unidas na guerra, amanhã, estarão unidas na paz para formação de um mundo melhor, mais humano e justo. "E", por isso, disse, que os componentes desta secção do Instituto lhes deram vida e a animaram, porque é da política de aproximação que desenvolveremos, entre os dois países, que maior entendimento e vantagens advirão para êles, sôbre todos os aspectos."

O Desembargador Álvaro Berford ocupou, após, a tribuna, para, em brilhante síntese, expressar palavras de júbilo e encorajamento para a idéia do Instituto tornada realidade, frisando que Vargas e Roosevelt são as duas figuras máximas do continente americano e que, portanto, máximas devem ser as relações de amizade entre os povos dos dois países.

Finalmente, usou da palavra, o Dr. Pedro Vergara, presidente do Instituto Nacional de Ciência Política, que, em brilhante improviso, depois de se referir ao novo centro de atividades do Instituto, produziu um magnífico discurso, ressaltando como através da história, sempre têm sido fortes os laços de amizade e íntimas as relações entre as duas nações, mais intensificadas na hora presente e que, no futuro, mais ponderáveis se tornarão, se desde agora procurarmos realizar uma política de maior aproximação cultural e social.

SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 1944

Como fôra amplamente noticiado, o Instituto Nacional de Ciência Política realizou, neste dia, no salão do Conselho da A. B. I., mais uma de suas sessões semanais, a qual se revestiu de grande brilhantismo.

Presidiu a sessão, na ausência do Dr. Pedro Vergara, o Dr. Feijó Bittencourt, que convidou para fazerem parte da mesa os Srs. Prof. Gildo Lopes, General Damasceno Vieira, Desembargador Carlos Xavier e Dr. Antônio Carlos Machado.

Usou da palavra, inicialmente, o Prof. Gildo Lopes, que abordou o tema "Filosofia e reforma do ensino". O orador produziu brilhante trabalho, revelador duma forte cultura filosófica, em que analisou, com erudição, a importância da filosofia no quadro geral do ensino e sua influência na formação dos atuais programas, como elemento básico da sua estratificação, cujos resultados têm sido e serão proveitosamente benéficos. Nessa ordem de idéias, o conferencista teceu considerações gerais sobre a ação que a filosofia está destinada a exercer na formação moral e intelectual dos alunos, desde o seu curso secundário, como elemento básico aos mais elevados conhecimentos superiores.

Seguiu-se, na tribuna, o jovem sociólogo gaúcho, Dr. Antônio Carlos Machado, que produziu sugestiva conferência subordinada ao tema "Problemas de marginalidade social no Rio Grande do Sul", em cujo trabalho fez uma exposição nítida da situação de marginalidade em que se encontram algumas populações gaúchas, principalmente agora, que o assunto vem sendo objeto de estudo acurado, dizendo que o problema não deve ser encarado como fenômeno local, mas, sim, de caráter universal. Traçou, a seguir, um quadro geográfico do Rio Grande do Sul, para situar essas populações e frisou que o problema se encaminha para uma solução satisfatória, em face da orientação seguida pelo govêrno, tanto de caráter educacional, como assistencial.

Ao encerrar a sessão, o Dr. Feijó Bittencourt comunicou à assembléia que o Dr. Pedro Vergara não pudera comparecer por motivo de fôrça maior, e, a seguir, teceu elogiosos comentários sobre os trabalhos produzidos, agradecendo aos oradores a valiosa contribuição que deram à obra que vem realizando o Instituto.

"É preciso que em cada lar, médio ou abastado, se articulem as vontades generosas e se mobilize o espírito filantrópico do nosso povo, afim de que o ato mais sagrado da vida de família deixe de ser causa de apreensões para os pais e se transforme em bênção e sadio conforto moral." — (Nova Política do Brasil — Vol. VII, pág. 158).

A “REPÚBLICA” DE PLATÃO

DR. GUILHERME DE AZEVEDO RIBEIRO

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 15 de abril de 1944)

A Atenas de hoje é uma grande cidade de 500.000 habitantes sem contar os 300.000 que moram no Pireu. Cresce tão rapidamente que o traçado das ruas se ressentem, algumas vês gravemente, deste apressado gigantismo. Sucede até que elas não sejam, aqui e ali, mais do que o espaço não construído que se encontra entre as casas. Comumente também buracos enormes, incrivelmente profundos, se abrem como crateras nas ruas da capital grega. Entre as casas, como algo que ressurte do sólo, como raízes do velho passado glorioso, como ossos brancos da Hélade pujante de outrora, — colunas, essas maravilhosas colunas, dos templos, dos pórticos e dos átrios, tendo ao lado as escavações ainda frescas que têm permitido extrair-se da terra, a Grécia, mais adormecida do que morta, e, digamos, talvez rediviva, na bravura, na pujança do espírito, na beleza das grandes atitudes.

De súbito rompe um automóvel, aos saltos, por entre ruínas e fossos, e então desperta-se do sonho: — está-se na Grécia de hoje. O espírito mergulha novamente, sob a fascinação das evocações irresistíveis. Acode a pergunta inevitável: como seria a Atenas de Platão ?

Dava-se nela o fenômeno inverso, quero dizer, era uma Atenas extremamente bela, extremamente moça que mal encobria, entretanto, aqui e ali, a pobre Atenas de madeira que o valor dos áticos tinha mantido, entre as ruínas e as devastações das guerras. Nesse meio século, veio valor humano e pelo claro gênio de Péricles, os atenienses tinham realizado uma obra prima cujos aspectos materiais, de linhas impecáveis, eram apenas as esquadrias classicamente harmoniosas e sóbriamente brilhantes, que emolduravam a força criadora do pensamento, a vitalidade incoercível da capacidade militar, e o sonho de arte, esse sonho que se elevou, como neblina brilhante, no céu mais transparente e mais douradamente azul da terra, sonho que vagava numa impregnação de perfume, com as sombras místicas, quase imperceptíveis, duma religiosidade incoerente, talvez, e crua, até, mas ardente, espontânea e profunda.

Vindo-se do templo de Ceres para a cidade, passando-se pela montanha Aigaleus, junto do Mosteiro de Dáfne, e através dos olivais que o rio Cefiso banha, descobrem-se esplêndidamente douradas pelo pôr do sol, as colunas de mármore da Acrópole. Faz-lhe pano de fundo o verde acinzentado dos seus bosques, o violáceo intenso do monte Himeto, e mais que tudo, talvez, o vago olhar dormente do passado, que nos acena de longe. Chegando-se à cidade passando-se pelas amplas e modernas ruas atravancadas uma vez ou outra pelo pitoresco e desordenado de autênticos mocambos, pára-se diante de um templo, de um desses inconfundíveis templos gregos e pergunta-se: como seria mesmo ao tempo de Platão? Templos soberbos de que êste, ruinoso, é uma pálida lembrança, átrios com suas colunatas, retábulos com o colorido brilhante de proezas de deuses e de heróis, ruas perpendiculares entre si, e quase tão regulares como as de hoje (coisa tão rara na antiguidade), mercados, teatros, praças, uma plenitude urbana inesperada, que o gênio de Hipódamo de Mileto tinha traçado, e que era dominado pelo monumentalismo, excepcional na Grécia, de uma enormíssima estátua de bronze de Minerva. Era a Deusa máxima da cidade, a Deusa sempre lembrada, a Deusa da Sabedoria. Minerva ou seja, em grego, *Atena*.

Ao lado desta colossal e brônzea filha de Júpiter quantas vezes não teria parado Platão, e não teria pensado, com um sorriso imperceptível, na força daquele símbolo! Segundo a mitologia grega, Júpiter teria engolido Metis, a Prudência, a mãe de Minerva, e esta teria em seguida rompido de sua cabeça, de lança em punho, completamente armada, raivando gritos de guerra. Filha da força e da prudência, ela era a plenitude; e Atenas, a sua cidade, que, em cinco décadas apenas, se fizera tão formosa e tão tábia, não era filha do silêncio e do ócio, das tranqüilidades da paz, mas o término glorioso de uma epopéia gigantesca de guerras. Nascera do esforço, do tetanismo convulso de um esforço sobreumano, de um esforço quase inacreditável! Maratona, Esparta, Salamina, eram apenas alguns cumes desta cordilheira de guerras. E Platão pensaria: o esforço faz o homem, a inteligência também gera em dôres, e as grandes asas do espírito, por um fatalismo inescrutável, são asas da tempestade. Aqui está o pensamento mais profundo que inspirou a sua República. E' o que pretendo mostrar-vos nesta conferência. A *Politeia* de Platão, utopia brilhante e por vezes cruel, que não passa, decerto, de uma alucinação heróica, tem, contudo, como os incêndios, uma espantosa, uma dolorosa capacidade de iluminar. E' a filosofia do esforço, o triunfo da inteligência, o predomínio do social sobre o individual, a vitória da sabedoria, o desprezo do conforto e dos bens materiais, um rugido de guerra, de liberdade e de independência do espírito. Inaceitável como é, não devemos confundí-la com a república do comodismo, do igualitarismo dissolvente, do paraíso fácil, para todos, que alguns sociólogos hodiernos, mais ou menos disfarçadamente, costumam desenhar.

Platão começa por estabelecer que o fim do Estado é a virtude. Êste fim é o da Igreja; não está certo, portanto, mas é o primeiro e mais fun-

damental aspeto da Politeia. Em seguida, Platão estabelece que o fim da filosofia é também este. O problema é o mesmo, a conclusão é também idêntica, mas aqui, dado que não se trata de assunto pacífico, é preciso insistir. Observa Augusto Diès, em sua longa e magnífica introdução (pág. I) à edição crítica "Budé", do famoso "Politeia", que as mais clássicas exposições do platonismo costumam apresentar-nos a política, no conjunto do sistema, como um apêndice quase desconexo, uma consequência remota — e isto, para não dizermos, um acréscimo artificial. E que, entretanto, nada há de mais falso, de mais lamentavelmente falso. "Ora, diz êle, "Platão não veio, de fato, à filosofia, senão pela política e para a Política, e se, em tal pensador, filosofia e política se separam algumas vezes, o que devemos perguntar-nos é, apenas: em que medida, em que momentos, por quanto tempo?" (id. id.) — Em seguida apela para a "Carta VII", que já foi julgada apócrifa. Realmente, a carta VIII é tão clara e tão convincente!... "os males dos mortais não cessarão antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, antes que os chefes dois países, por uma graça divina, não se entreguem realmente à filosofia" (326 a e b). E, no "República" (V, 473 b. c. e d.), não tinha Platão estabelecido que, para se "mudar a face das misérias dos Estados" era preciso "que os filósofos se tornem reis e que os atualmente chamados reis se tornem verdadeiros e sérios filósofos?"

Em confirmação da tese, observa Diès, e com muita razão (loc. cit.), que "as duas mais notáveis obras de Platão, aquela em que se expande sua maturidade e aquela que sua fecunda velhice apenas pôde acabar, são o "República" e o "Leis". Ora, por si próprias, sem que lhes acrescentemos o "Político" nem a "Carta VII", contam exatamente tantas páginas quantas, reunidamente, onze grandes diálogos clássicos: Apologia, Protágoras, Carmide, Geórgias, Menon, Crátilo, Banquete, Fedon, Fedro, Teeteto, Timeu."

Resumamos: Platão não se limitou a dizer: o fim do Estado é a virtude; acrescentou: o fim da filosofia é o Estado.

São estas as conclusões de Paulo Natorp, em seu magnífico "Platão" (1925, reed., 1940).

Pensa êle que a questão fundamental do platonismo é a questão de salvação, que se encontra na vida conforme à idéia; na salvação individual e na salvação coletiva. Grande fim, realmente, que se condiciona à purificação ou clarificação do obscuro. O fim do Estado é a virtude, isto é, a iluminação de tudo que é irracional; antes, portanto de quaisquer preocupações administrativas, o que o estadista deve colimar é a harmonia e a unidade que constituem a verdade da Sociedade.

O heroísmo de Platão revela-se, a seguir, no assunto forma de governo. Porque êle quer uma aristocracia democrática. E' estranho o termo; é, porem, absolutamente exato.

Na Politeia, os cidadãos são soldados. Os chefes, escolhidos dentre os soldados, devem acrescentar, às qualidades militares, as de visão e govêr-

no. Os chefes devem ser pensadores. E êstes pensadores são escolhidos entre os mais bravos e mais completos soldados.

Uma aristocracia assim, não podemos pô-lo em dúvida, é fundada na qualidade pessoal do homem, e transforma-se, automaticamente, em autêntica, perfeita, moderníssima democracia.

E' o sentido do heróico a pairar sôbre o pensamento platônico. — Numa aristocracia assim, o melhor é reportado, sinceramente, ao que é melhor: ao escolhido, ao dotado, ao capaz, ao eleito !

Êste heroísmo leva Platão a novos heroísmos. Aquêle, por exemplo, que transige com a forma democrática, a trôco de que o chefe único seja, necessariamente, um pensador. Platão admite el-rei, quando el-rei é um filósofo.

Aquêle, também, que se manifesta no senso dominante da qualidade.

Com efeito, ao passo que os pensadores de hoje propendem para a preferência do quantitativo, acha-se no grande ateniense, e não se pode pô-lo em dúvida, uma escolha acertada, permanente, indiscutível, daquilo que se chama qualidade. — Êste abismo que o separa de Marx, é simplesmente intransponível.

Dentre os soldados deverão escolher-se os dirigentes; é como quem dissesse: acima dos braços, entronca-se a cabeça. Mas Platão insiste: a razão da escolha é seletiva no melhor sentido da palavra. Escolham-se os melhores, entendendo-se por melhores, os melhor dotados: os mais sábios, os mais fortes, os mais valentes, os de mais terno e mais resistente coração.

Êste senso de qualidade penetra e informa a estrutura completa da "Politeia". Arrastado, arrebatado, pelos irresistíveis meteoros de sua imaginação, Platão estabelecera que, às três partes da alma, deveriam corresponder, no organismo da estrutura política, as três classes da sociedade civil. Razão, entusiasmo e emoção... como quem diz: cabeça, determinação e sensibilidade...

O paralelo é fraco... a alma, por ser eminentemente simples, não tem partes. Mas o senso do heróico permanece: porque Platão, doa a quem doer, estatui a escala de valores, segundo a qual o entusiasmo volitivo e a emoção mais profundamente humana, devem obedecer à razão.

As duas primeiras classes, as dos dirigentes e as dos guardas deveriam renunciar à propriedade privada, e até ao direito de ter espôsa própria e de dizer: "meu filho". Tudo comum. Homens de govêrno, soldados prontos para à guerra, varões colossais caldeados às altas temperaturas do heroísmo quotidiano, deveriam desprender-se dos cuidados que os bens terrenos inspiram, deveriam comprimir as palpitações mais vivas do coração. Sòmente a terceira classe, a dos agricultores e operários, a dos metecos e a dos escravos, por um desprêzo mal disfarçado e por uma evidente necessidade nacional poderia e *deveria* possuir.

Êste ponto é que é mal conhecido. Atribui-se ao platonismo um pro-

jeto de supressão indistinta da propriedade privada, à imagem do que é preconizado por Marx e Lenine. Nada mais falso, contudo. Ao passo que o socialismo soviético confere ao Estado o poder e o dever de socializar os bens produtivos, tal atribuição, na politeia, deveria adjudicar-se à terceira classe social. Seria manifestamente absurdo que nenhuma das classes produzisse. O corpo nacional sofreria o suplício do profeta Isaias: serrado pelo meio, êle teria cabeça e braços mas não teria estômago. Parece incrível que não se tenha visto isto. Não nos referimos, manifestamente, aos grandes helenistas modernos. Eduardo Zeller, o autor de seis substanciosos e autorizadíssimos volumes de sua "Filosofia dos Gregos" ("Die Philosophie der Griechen") defende ardorosamente nosso ponto de vista. E o Professor Nestle, no resumo bem modernizado desta obra ("Grundriss der Geschichte der Griechischen Philosophie"), 13.^a edição, a páginas 173, escreve textualmente: "Ao passo que o 3.^o Estado deve atribuir-se propriedade privada e família, os dirigentes e os guardas devem ser privados de ambas estas cousas". Não opina de outro modo o grande "Handwörterbuch der Staatswissenschaften" de Elster e seus colaboradores. Assim opinam León Robin e Augusto Diès. Pode-se talvez dizer que os grandes platonistas vivos não desconhecem mais a fôrça desta doutrina. Efetivamente quem estudar com atenção o texto do "República" encontrará no livro IV, n.^o 421, letra c, e seguintes, êste trecho de diálogo:

— E agora, retruquei, eis uma observação que se relaciona com a precedente. Vejamos se te parece justa.

— De que se trata ?

— De examinar se as duas cousas de que vou falar não prejudicam os operários a ponto de torná-los maus.

— Quais são ?

— A riqueza, respondi, e a pobreza.

— Como ?

— Porque, se um oleiro consegue enriquecer, parece-te a ti que continuará em seu ofício ?

— Não, respondeu.

— Não se tornará cada vez mais preguiçoso e mais negligente ?

— Muito mais.

— E conseguintemente pior oleiro ?...

— Certamente, muito pior, retrucou.

— Por outro lado, se a pobreza lhe tirar os meios de aquisição de utensílios e de outro qualquer objeto necessário a seu ofício, e se quiser exercitar seus filhos ou outros quaisquer, dêles não fará senão artífices somenos.

— E' exato.

— Portanto, quer a pobreza, quer a riqueza rebaixam por igual não só o valor da produção como o dos próprios produtores.

— Assim parece.

— Eis aqui, portanto, um novo dever dos nossos guardas: impedir, por

todos os meios que êstes dois males se introduzam sorateiramente na cidade.

— Que males ?

— A riqueza e a pobreza, respondi; porque uma gera a incúria, a ociosidade e o gôsto das novidades, e a outra, com êste mesmo gôsto das novidades, a baixeza e o gôsto de prejudicar.”

A objeção que neste mesmo diálogo (419 a) Adamantos faz contra a supressão da propriedade, parte da suposição evidente que as terras são propriedade de outrem; tais proprietários não podem ser senão os camponeses.

No diálogo “Leis” Platão expõe uma doutrina que, esta sim, é muito mais moderada. Ainda aqui, contudo, trata-se de colocar o Estado muito acima dos indivíduos, cuja solidariedade quase asfixiante ainda é o grande esteio do pêso coletivo. Aconselham-se, contudo, meios diferentes. O socialismo transforma-se em reparticionismo. Deveria êste incidir principalmente sôbre a divisão da terra em pequenos lotes iguais, que cada qual receberia como propriedade privada.

Voltando ao “Politeia”, acenemos, para terminar, a um dos traços mais conovedores, a uma das afirmações, aparentemente secundárias, mas, na verdade, essenciais e profundas, do heroísmo constante, do cavalheirismo quase medieval, do grande filósofo de Atenas.

Platão era um poeta, era um dramaturgo, era um artista. Sabemos que estas eram as lucubrações de sua juventude e que, perdidas, embora, as provas materiais do nosso asserto, razões há, aliás sobejas, pertinentes ao domínio da inferência e da síntese metodológicas, que nos convencem, plena e cientificamente, desta verdade. — Pois bem: Platão não admitia poetas em sua República.

Parecia-lhe que a poesia, com a delicadeza feminina de suas formas, com a policrômica e ondeante fragilidade de suas côres, de asas de borboleta, com o senso do irreal e do figurado, do fabuloso e do mitológico — que a poesia, no seu reino de fadas, mentirosamente feliz, na sua embriaguez emotiva, no seu sorriso, na sua dor — em tudo, não era, não devia ser o místico alimento dos heróis, dos seus heróis, a puríssima água immaculada da sede dos seus gigantes, o fogo interior, a fornalha crepitante de almas transfiguradas que êle, o mestre, o divino, num gesto parado de extático vidente, queria mostrar aos olhos, profundos até o mistério e ardentes até à crueldade, de Atena — a deusa da cidade.

Ironia estranha, Senhores, antecipando-se a Nietzsche, outro criador de valores novos, paradoxais e atrevidos, não foi Platão senão um grande poeta, o escultor de um mármore inerte — Politeia — que não conseguiu viver, que não se ergueu, que não caminhou — fôsse embora como um sonâmbulo — mármore manchado de sangue, de paganismo, de prescrições cruas, repulsivas, mas, ainda assim, mármore heroicamente altivo, em cujas feições de pedra se descobre, num decalque palpitante, as belas, as austeras feições de Atena, a deusa da cidade.

Getúlio Vargas, o Homem e o Chefe, — através do livro de Leopoldo Peres

DR. RAUL DE AZEVEDO

*(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 8 de abril de 1944).*

“Nada há mutável. A democracia para sobreviver, necessita de se adaptar aos novos tempos, na procura de um equilíbrio dinâmico entre as concepções políticas que a negam ou querem subvertê-la.”

Aí está um conceito lapidar, que enfeixa tãda uma filosofia. É um programa. É uma grande realidade nesta época de agitações, de espíritos inquietos. A frase sugestiva e impressionante é do Sr. Getúlio Vargas.

A democracia subsiste e vencerá. Quem acompanha o panorama político universal vê e observa, confrontando, a evolução político-social e econômico-financeira, e as garantias que um regime alicerçado oferece, com as modificações exigidas pelas épocas que se sucedem.

Não será possível parar, paralisar. O Estado terá que se utilizar das oportunidades, dentro da boa moral e da Justiça. A Justiça é a força maior das democracias. Napoleão já dizia, — “il est plus facile de faire des lois que de les exécuter”.

Devemos palmilhar sempre o roteiro da Verdade. A Verdade é semente que frutifica. O mundo se nos apresenta ensangüentado. A mais brutal das guerras, da força contra o Direito, dum Eixo execrado contra tudo que é nobre e digno, esfarrapa a humanidade. Os homens se batem como leões, as mulheres se sacrificam, para que vitoriosa a Democracia possa continuar a igualar êsses mesmos homens, para que tenhamos um mundo melhor, dentro duma liberdade firme e vigorosa.

Liberdade não quer dizer indisciplina, desacato às Leis, desrespeito às autoridades. Liberdade é a Ordem, — forte e serena, o pensamento justo e preciso, uma só Lei para todos.

Entre os maiores estadistas da época, está precisamente o Presidente Sr. Getúlio Vargas. Ele é do recorte dos Churchill, dos Roosevelt, dos Chiang-Kai-Sheck, dos Stalin. A sua obra é poderosa, e ultrapassou as fronteiras da Pátria. Em menos duma década e meia de comando supremo, êle tem evoluído o Brasil por mais de meio século.

Em todos os setores. Examinai, sem paixões de entusiasmos transbordantes ou pessimismos corrosivos, a sua obra. Ela ficará eterna dentro e fora dos nossos limites geográficos. É norteada pela Democracia, ajustada à época. É o Trabalho orientado e fecundo. É o amor à Terra, — a Terra que dá a fortuna.

A experiência tornou-o indulgente. Ele dá à nacionalidade o exemplo do Trabalho, da persistência, da generosidade, da Justiça. Trabalhador Número 1 do Brasil. O Homem é uma Bandeira, o Chefe é a própria encarnação da Pátria.

Acônseitava Voltaire que, na dúvida se uma ação era justa ou injusta, o indivíduo devia se abster de julgar. Não. Deve se ver, observar, interpretar, examinar, estudar, comparar, concluir, realizar.

Ao fechar o livro famoso do escritor amazônico, Sr. Leopoldo Peres, sobre o Presidente dinâmico, "GETÚLIO VARGAS, O HOMEM E O CHEFE", tivemos bem a impressão forte do estadista patricio na sua dupla personalidade, de homem e de chefe, guia bem amado de multidões, gestor forte e calmo dum país que ele fez avançar e respeitar, num momento grave em que a loucura, a ambição e a inveja pretendem matar a Razão e o Direito.

O livro desse escritor precisa ser meditado. É o estudo dum estadista dentro da sua época. É uma análise profunda. Há flagrantes de espírito, de alma, de coração, nestas páginas moças e frementes. É o Brasil que se agita, que se move, que se reafirma como nacionalidade, ao lado das grandes potências mundiais.

Aliás, não me surpreendeu essa obra. Era dum sociólogo, dum jornalista, dum escritor, dum dos maiores oradores do Brasil. Há, naquele longínquo e emparedado Amazonas — o avião, enfim, está aproximando os homens e as cidades! — um grupo de varões de talento e cultura que, na capital do país seriam nomes irradiados pelo Brasil, glórias da Pátria. O Sr. Leopoldo Peres pertence a esse número de escol. Ele está pela inteligência, saber e caráter, lado a lado de Álvaro Maia, Adriano Jorge, Péricles Moraes — o maior crítico literário do Norte, igual a dois ou três que o Sul possuía, — a Araújo e Benjamin Lima, Huáscar de Figueiredo, João Leda, Anísio Jobim e mais duas dezenas de nomes que enobrecem o Amazonas longínquo que o Sr. Getúlio Vargas está despertando, revivendo, para as riquezas morais e materiais da Pátria.

No prefácio conciso e claro do Ministro Sr. Marcondes Filho, há uma observação que com prazer reproduzo, porque ela fala alto dos valores incontestes do chefe de Estado: — "Getúlio Vargas é um divisor no tempo. Existe um Brasil anterior e um Brasil posterior ao advento de Getúlio Vargas. A Nação é a mesma, nas grandes linhas da sua formação, no culto dos fundamentos tradicionais, no orgulho do patrimônio pretérito. Mas uma renovação se processou."

Essa renovação, *in bona fide*, ninguém poderá negar. Ela aí está visível e palpitante. É a obra forte e eterna dum homem e dum chefe.

Chefe de visão larga, sábio condutor de homens, guia másculo e controlado da nacionalidade.

Há uma grande e variada biblioteca sobre o Sr. Getúlio Vargas. Centenas de livros e apreciações, dentro e fora dos muros do país. Propositadamente, ao pensar nesta conferência, não reli nenhuma dessas páginas. Li, sim, pausadamente, tranqüila e serenamente, as da obra do polígrafo amazônico. E concluí, e podemos concluir, sem ambages, que este é um livro de sério estudo de psicologia dum das individualidades mundiais mais focalizadas, dentro da sua época, no momento culminante, o mais delicado e mais complexo de todos, — o país mergulhado na guerra decisiva, a que foi provocado, e vítima do ódio e da ambição de nações satânicas.

Lado a lado das gloriosas Nações Aliadas, respeitado e ouvido, o Brasil é uma força em marcha, conduzido pela energia, previdência, serenidade, saber, civismo, tolerância, patriotismo e abnegação desse homem predestinado a salvar a sua, a nossa Pátria.

Não, ele não está na estreiteza do aforismo de Napoleão, quando afirmava que — “bien des gens se croient le talent de gouverner par la seule raison qu'ils gouvernent”.

O que faz a força do Sr. Getúlio Vargas é que ele é profundamente humano. E sendo humano ele tem que ser justo.

A sua ação nesta guerra brutal, na defesa dos interesses do Brasil e das Nações Unidas, não será esquecida, nunca. O Presidente Roosevelt declarou que “a atuação do Sr. Getúlio Vargas muito encorajava o povo dos Estados Unidos, mostrando a determinação e a visão com que enfrenta a emergência diante da qual estão colocados os povos livres em todo o mundo”.

Mackenzie King, primeiro Ministro do Canadá, afirmava que os dois países “preparam o dia em que a completa vitória das Nações Unidas estabelecerá a paz com justiça, num mundo liberto das forças do mal que o oprimem”.

Anthony Eden, Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, teve estas frases típicas, — “O Brasil está contribuindo para apressar o dia do golpe final, por sua ativa participação na Batalha do Atlântico e por colocar seus vastos recursos materiais à disposição do esforço de guerra das Nações Unidas. Espero com confiança o dia em que a paz coroará os ideais pelos quais ambas as Nações vêm dedicando suas energias.”

O Presidente notável da República Chinesa, Generalíssimo Chiang-Kai-Shek, quando do aniversário da entrada do nosso país na guerra, escreveu estas palavras memoráveis:

“Nesta ocasião do aniversário da participação do Brasil na guerra, que ocorre imediatamente após a assinatura do novo tratado de amizade entre a China e o Brasil, estou, de um modo especial, na firme convicção de que a China e o Brasil, camaradas de armas não somente lutam, ombro a ombro, contra a agressão internacional, como também cooperarão, estreitamente depois da guerra, para estabelecer uma nova ordem mundial.”

E' a projeção do nome do Sr. Getúlio Vargas no estrangeiro, e com o dêle o do Brasil, a quem está ligado indissolúvelmente.

Passeando no livro do Sr. Leopoldo Peres, detendo-nos aqui e ali, demoradamente, saboreando o seu estilo claro e conciso, reconhecendo a sua vasta erudição dentro duma mocidade fulgurante, vemos como são justas e até novas as suas apreciações sôbre o Presidente, que, aliás, teve duma feita estas duas frases precisas e incontestáveis, que são um verdadeiro símbolo, — *“Se as transformações sociais e econômicas obedecem, na vida dos povos, a um lento e penoso processo de elaboração coletiva, nem por isso prescindem da ação decisiva de um homem. Ele surge do imperativo das circunstâncias, como consequência dos fatos, para empolgar e conduzir os acontecimentos”*.

Dentro do Brasil êsse Homem é precisamente o Sr. Getúlio Vargas.

Sob êsse ponto de vista psicológico aprecia-o Leopoldo Peres com justeza, — *“As virtudes que enobrecem e exalçam, no plano da vida interior, nas categorias do espírito, ou na escala ética dos valores, transportam-se, realmente, do Homem para o Chefe, assegurando dêsse modo o ascendente, a projeção e o influxo irresistíveis da sua autoridade no drama da sua época e na consciência do seu povo”*.

Dêsse invulgar arquétipo humano, diz bem o autor que, — “nesse conjunto de “qualidades telúricas”— bondade, generosidade, magnanimidade, o dom por excelência de compreender e perdoar — a soma e a síntese “pan-brasileiras” do sentimento nacional, logrou o Senhor Getúlio Vargas operar o milagre de imprimir à Nação o sentido transcendente da sua fôrça, da sua unidade e do seu destino. Só assim, dêle poderemos dizer — como de Napoleão e Goethe disse Merejkovshy — que foi o domador do caos revolucionário — a encarnação suprema da ordem em meio à efervescência criadora da Revolução”.

Todo o livro documenta o conceito clarividente. Estudando obras, em ensaios ou discursos, que se referem ao grande estadista americano, o sociólogo tira conclusões límpidas e certas. A personalidade do estadista, de guia enérgico e amável de homem — aí o paradoxo é flagrante de verdade, — para a unidade e felicidade da Nação, brota destas páginas frementes com uma viveza, um fulgor, um brilho que ninguém poderá contestar.

Estão neste livro estudadas as “múltiplas faces do curioso poliedro anímico do Sr. Getúlio Vargas, bem como os aspectos não menos singulares da sua grande obra político-administrativa, principalmente através da opinião de alguns dos seus autorizados intérpretes.”

Concordo com Leopoldo Peres, quando afirma que o Sr. Getúlio Vargas tem a maior das glórias, — transformar o arquipélago que somos, num continente econômico-espiritual e político, que resista a tôdas as vicissitudes do tempo, a tôdas as surpresas do futuro.

E o escritor amazonense conclui: — o destino dêsse homem é o destino mesmo do Brasil.

Há, no belo e forte livro que agora apreciamos, não só o perfil soberbo do grande chefe, como em capítulos outros verdadeiros ensaios sô-

bre o Sr. Getúlio Vargas e o tema da unidade nacional, o seu sentido bandeirante da democracia, guieiro e paradigma das gerações moças, a sua obra cívica sobre a nossa vocação aeronáutica, o ressurgimento da Amazônia, o dever da imprensa no momento nacional, a nova democracia brasileira, a justiça social e a redenção do proletariado no Brasil; um outro capítulo marcante Getúlio Vargas — Cidadão do Mundo, a democracia do Estado Nacional, e, finalmente, as instituições brasileiras e o espírito de 10 de Novembro.

São ensaios políticos notáveis, trabalhados lá no extremo-Norte, nesta Amazônia ciclópica e desconhecida, que vivia emparedada e que o Presidente despertou, chamando-a à realidade, como que incorporando-a moral e definitivamente à Nação, para que não ficasse apenas geograficamente brasileira.

Descobridor e aproveitador dos valores firmes da nacionalidade, o Homem e o Chefe tem ido buscar os experientes e os moços com que o Brasil pode contar, para o rejuvenescimento da Amazônia, que, na frase de Humboldt, será ainda “o celeiro do mundo”.

Que seja mesmo o celeiro somente do Brasil. Mais essa glória, e das maiores, será do Sr. Getúlio Vargas, que compreendeu e apreendeu — vendo, examinando, estudando, concluindo — que lá em meio daquelas assombrosas florestas, beijadas por igapós, igarapés e rios famosos estão riquezas maiores do Brasil, defesas seguras da Pátria.

Foi o próprio Sr. Getúlio Vargas, no seu discurso memorável e histórico sobre o rio Amazonas, quem disse:

— “...sois a terra do futuro, o Vale da Promissão na vida do Brasil de amanhã”.

E’ a realização do sonho de Tavares Bastos, do Barão do Rio Branco, e de Lôbo d’Almada,

“libertando o homem e a economia da planície milionária, em que se processa, vencendo tremendos obstáculos, a alvorada de uma nova civilização,” — na frase magnífica do grande intelectual que é o Sr. Álvaro Maia, o moço notável que é o Interventor do Amazonas.

Mas o tempo escapa, os minutos fogem. Temos que concluir, e destacamos o pensamento do sociólogo amazônico, — que é assim como um Oliveira Viana do Norte — sobre a democracia real e verdadeira. Ele julga que essa mesma democracia

“é uma força propulente, uma construção plástica, um princípio dinâmico, sempre a reencarnar-se para sobreviver em maravilhosos avatares”.

Homem do momento, o Sr. Getúlio Vargas é sem favor um dos maiores estadistas das Américas, e, assim, do mundo que pensa e realiza. Ele é um dos cinco maiores estadistas da época, — época talvez a mais complexa, a mais perturbadora, a mais delicada, pelas ideologias em choque.

A sua obra de pouco mais de uma década é mais de meio século eficiente para o país.

Procuramos propositadamente estudar em síntese o livro de Leopoldo Peres, porque é uma voz do Norte, é a palavra moça da Amazônia,

que, ao lado de Álvaro Maia e de mais alguns, está guiando as multidões para um Brasil maior e sempre melhor.

Há, na obra ciclópica do Sr. Getúlio Vargas, surtos que deslumbram e comovem. Napoleão já dizia, que "le courage ne se contrefait pas; c'est une vertu qui échappe à l'hypocrisie." E ele é um homem de coragem e de ação benéfica.

Neste momento mesmo, de tanta gravidade para o Brasil, quando os brasileiros intemeratos se preparam para enfrentar os perigos dos campos de batalha, o Sr. Getúlio Vargas dá também os rumos culturais da nacionalidade. Ele pensa no Brasil de amanhã. Não basta haver unidade. É necessário que os homens coordenem seus pensamentos, e que os seus talentos não sejam desbaratados em prejuízo deles e do próprio país.

No seu famoso discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, o Sr. Getúlio Vargas afirmava que —

"o Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento".

E ele dava os rumos definitivos dessa educação que chamaremos cultural.

Lemos algures, Senhores, numa página de Augustin Cochin, que "le grand succès de l'éducation proprement dite, c'est l'amour de l'enfant".

E esse amor, esse carinho, essa afeição, é um dos predicados maiores que Deus concedeu ao Presidente amigo de todos os brasileiros. Ele ampara tôdas as causas onde haja a criança. Cuida assim do Brasil de amanhã.

Muita vez, entre os jardins de Petrópolis, à beira das hortênsias brancas, azuis, róseas e roxas, temos visto o Presidente Getúlio Vargas cercado de meninos e meninas festivos, a conversar, a sorrir, a contar histórias curtas e simples, a interrogar, — dando-lhes sempre o sentido da Pátria, numa alegria espontânea de espírito moço e vivaz.

Ele cuida, atento e vigilante, sentinela alertada da Pátria, do Brasil material, moral e cultural. Tem a preocupação latente do amanhã.

Que Deus, lá do alto, abençoe sempre o Homem e o Chefe.

"Por maiores que tenham sido as transformações trazidas pelo progresso mecânico dos métodos de fazer a guerra, o elemento humano continua sendo tão importante como o aparelhamento material." —
(Nova Política do Brasil — Vol. VIII, pág. 231).



"O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo." — (Nova Política do Brasil — Vol. VI, pág. 155).

O CULTO DAS DATAS HISTÓRICAS

TENENTE GERARDO MAJELA BIJOS

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 1.º de abril de 1944)

O transcurso de mais um aniversário do I. N. C. P. ensejou várias demonstrações de regozijo e de enaltecimento à obra realizada pelo seu grande animador: Pedro Vergara.

A meritória atuação do ilustre parlamentar patricio na Universidade que criou, ambiente científico e educativo, determinou que o govêrno e a elite social reconhecessem a obra idealista desenvolvida.

O Instituto adquiriu em sua existência foros de um sodalício inspirado por sólida moral, recolhendo como prêmio seletto espírito de observação e de trabalho.

Desempenhando a contento o programa traçado, o I. N. C. P., em suas memoráveis sessões culturais, refletiu o pensamento de grandes homens, cujas sábias conferências de elevada moral, constituíram base para um evolver consentâneo com a nossa sociedade.

E Pedro Vergara, nas inquietudes de seu espírito, traça novos programas que passam a merecer a admiração dos estudiosos e a gratidão nacional.

A natural ascensão de nossa Pátria no Govêrno do Sr. Getúlio Vargas, cuja personalidade ímpar e cujos atos beneméritos êste I. N. C. P. tem aplaudido e divulgado, colocou-nos entre as grandes Nações como povo capaz de construir e evolver.

Produtores de imensas riquezas materiais, terra de ubérrimos campos, caudalosos rios e majestosas montanhas, somos povo e solo aptos às grandes conquistas da inteligência e da ação.

O culto da ciência e o amor às pesquisas, a constituição de uma consciência nacionalista, a veneração pela história das lutas de nossa formação político-social, são etapas permanentes de contínuo labor da inteligência que o I. N. C. P. deseja desenvolver, reunindo em tórno de sua fecunda administração aqueles que têm como ideal a grandeza da Pátria, o bem da humanidade, nas mais legítimas aspirações de soberania e fraternidade.

Nesta fase feliz do Instituto Nacional de Ciência Política, de cultuar fatos e figuras de nossa terra, de incentivar a pesquisa no campo da sociologia, falar no seu recinto, constitui prazer imenso.

O mês de março regista em todos os seus dias os mais agradáveis motivos de exaltação patriótica.

Recordá-lo é motivo de grande entusiasmo, mormente quando os dias escolhidos são o primeiro e o último, fadados ambos ao bem da humanidade, paz e gratidão. Paz interna e externa em 1.º de março, gratidão em 31, dia do Centenário de Nascimento do Marechal Calado.

No dia 25 de agosto de 1942, eu e meu prezado amigo Capitão Olinto Pillar, a quem cabe todo o mérito da obra, publicamos, em espontânea colaboração, o "Calendário de Caxias", repositório de toda a vida do imortal brasileiro que, personificando o espírito de renúncia e de sacrifício do nosso soldado, é um código de honra, dignidade que o tornou invencível, permitindo com suas ações assinalar o 1.º de março como data culminante, em anos diferentes, dos acontecimentos da Revolução Farroupilha e da guerra contra Solano Lopez. Daquele calendário recolhemos dados para esta nossa despretensiosa palestra onde o Marechal Calado, subordinado das heroicas caminhadas de Caxias, se cobriu de louros, merecendo a gratidão da Pátria agradecida.

O atual Ministro da Guerra, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, que tem sobre seus ombros grandes responsabilidades, encarnando todas as virtudes militares, cívicas e humanas de Caxias, em uma de suas últimas ordens do dia ao Exército que com proficiência comanda, declarou que o culto ao patrono do Exército não pertencia mais aos quartéis e sim a toda a Nação. Nas escolas primárias, nos instantes de concentração da juventude, a figura ínclita do Duque da Vitória, sustentáculo da unidade nacional, deve ser lembrada na rigidez de seu caráter, na nobreza de seus sentimentos, na prudência do parlamentar, na previsão do administrador, no seu nacionalismo convincente, na sua probidade profissional e administrativa, no seu respeito às leis, na sua devoção à ordem e à justiça, na sua bravura e abnegação, para que seus exemplos sejam argamassa indestrutível na couraça da juventude, força propulsora do dia de amanhã, chamada à defesa da Pátria, nas suas horas aflitivas.

Oriundo de uma família genuinamente militar, com larga ascendência de oficiais generais, Luís Alves de Lima e Silva herdou de seus antepassados o gosto pelas armas, fazendo-se cadete aos 5 anos de idade. Egresso da Academia Real Militar, cingindo seus punhos com as insígnias do oficialato, porém, ainda quase adolescente, educado na Escola de civismo, fúlgida se lhe tornou a longa estrada a percorrer.

50 anos durou sua magnífica trajetória no Exército, que ele aprendeu a amar entre brincos infantis. Meio século de fecundas atividades, ao qual deu o máximo de suas energias, de seu talento de escol, de seu grande amor à Pátria.

O Exército para o qual viveu exclusivamente devotado, elegendo-o seu patrono, nada mais fez que patentear seu reconhecimento àquele cuja formação moral nêle se afirmou e que soube escrever com seu gênio de soldado as mais eloqüentes páginas guerreiras, que são toda a história militar do próprio Brasil.

Baluartes de uma nação em marcha, gigante de ações civis, foi o mais brasileiro dos brasileiros. Completo guerreiro, herói de batalhas em sua Pátria e defensor da justiça em terras estranhas, é fruto exclusivo do ambiente nacional, pois jamais buscou em país civilizado o aprimoramento de sua cultura militar, digna de justas apreciações no tempo e no espaço e nas lições que escreveu nos brilhantes fastos da nossa história, diante das quais se curvarão genuflexas as gerações porvindouras.

No mundo contorcido de paixões, Caxias se apresenta no cenário americano como predestinado e espírito de projeção no profissionalismo militar. A sua previsão do serviço militar obrigatório constituiu, por si só, um ato capaz de enobrecê-lo e enriquecer a galeria dos grandes vultos do continente colombiano. Esse ato administrativo infundiria, mais tarde, nos brasileiros a compenetração do sentido nacional que Caxias lhe dera porque hoje todos reconhecem que a Nação só viverá tranqüila se armada no aperfeiçoamento técnico de seus soldados, na compreensão dos deveres de seus filhos e no culto sublime de seus heróis, aquêles que nos legaram, qual Caxias, fraterna herança: a coesão brasileira, a unidade pátria e a tranqüilidade no novo mundo. Esta precisa coesão ao nosso progresso de país livre se realça no período da guerra Farrroupilha, luta civil, conduzida para o terreno da secessão, se corporifica como uma razão de ser ainda maior na quadra atual, onde os perigos do norte e do sul representam crise iminente, conjurada pela convergência espiritual de todos os brasileiros na veneração perene da bandeira única do Brasil de que o governo central é vigilante e permanente.

A pacificação do Rio Grande do Sul e o término da guerra que Lopez nos impôs irmanam-se no espaço na data de 1.º de março, como marcos memoráveis de nossa história.

Gravai-as em vossas memórias. Gravai, ainda, no recôndito de vossos corações, para os vossos infintos dias de dedicação à Pátria, os feitos e os exemplos de Caxias. E não vos esqueçais de que os chefes são figuras dignas de imitação em todos os seus aspectos. Recordai, pois, no dia 31 de março, o nome austero daquele que, arrebatado em Tuiuti, heróico em Humaitá, valente em Piqueberi e impávido em Lomas Valentinas, prudente nos fazeres da administração pública e gigantesco nas arremetidas da guerra, comandado de Caxias, se vivo fôsse, ontem, completaria o 1.º centenário de nascimento, o General Francisco da Rocha Calado.

Não vos esqueçais nunca dos nomes daqueles que ajudaram a construir a história do Brasil e em torno das vossas recordações por certo serão revistos os idealistas da República de Piratini, mas no seu tempo, contra êles, no cumprimento do dever e na defesa da unidade do governo e da Pátria, coordenando a vontade de um povo em formação, que mais tarde seria chamado a embates com gente estranha e cheia de ferocidade, encontrareis vulto agigantado — bom e justo — Caxias.

Vós que ontem assististes ao desfilar de tropas de um Exército que não conhece derrotas, não vos esqueçais dos nomes de: Bahia, Regência, Maranhão, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Oribe, Rosas, Paissan-

du, Corrientes, Riachuelo, Cuevas, Jataí, Vitória, Passo da Pátria, Itaipuru, Tuiuti, Estero Belaco, Curuzu, Potreros, Pará Cué, Establecimiento, Cúrupaiti, Timbó, Humaitá, Tabiquari, Vileta, Angustura, Lomas Valentinas e Assunção, e tereis diante de vós, não só a figura indômita do Glorioso Marechal, mas também o próprio Brasil uno e forte, a Mística da Pátria.

No instante de grande entusiasmo da gente brasileira, é digno dizer-se de Caxias o que se afirma sobre Virgílio, no Castelo do limbo dantesco "lombra sua torna ch'era dipartita", isto é, a sua sombra, que tinha desaparecido, torna a voltar.

Com efeito, a sombra da figura singular que, na ação e no pensamento do Exército brasileiro, tão profundamente penetrou o segrêdo da glória e da bondade, nunca perdeu a auréola da fé; ao contrário com o recuo dos anos, tornou-se mais luminosa a sua presença.

Homem realmente esclarecido pelo destino e os escritos que lhe são consagrados hão de crescer sem cessar, em tom entusiasta, de século em século, de geração em geração.

Exaltado como um presente dos deuses, à medida que os anos se vão passando, o prodigioso valor de seu gênio não cessou de se confirmar à luz das observações e das conquistas que lhe sucederam; na verdade poucos dados novos puderam ser acrescentados aos que o seu espírito perspicaz já tinha observado. E, de tanto se saber a seu respeito, continua pairando o sentimento de algo inacessível, dum mistério para desvendar, o qual nos devemos contentar com a projeção incerta das hipóteses e das análises psicológicas, que oscilam entre o verosimil e o arbitrário?

Quais são, realmente, as suas mais altas razões de ser um condutor de homens invencíveis?

Até onde penetraram a visão de seu espírito e a acuidade da sua intuição?

Não desejamos responder, sob a afirmação científica, incapaz de apreender com detalhes, tão vasto e complicado espírito. Respondemos com absoluta certeza um traço real de sua existência: a natureza prodigiosa de seu gênio. Por isto não nos surpreendeu o artigo de um de seus biógrafos — Vilhena de Moraes — ontem inserto na última edição de "O Globo" — Caxias sempre atual! Caxias não mudou neste Brasil evoluído. Caxias é sempre atual pela sua fé inquebrantável na eternidade da Pátria, êle que é um imortal. Espírito profundamente religioso, cheio dessa crença que não desfalece ante os mais ferinos óbices, Caxias, quer nos momentos gloriosos de seus áureos triunfos, quer nos lances dramáticos das conjunturas difíceis, prosternava-se, humilde, aos pés do seu altar portátil para recitar a doce prece de seu coração fidelíssimo. E a Virgem, do alto, jamais deixara de ouvir-lhe as súplicas serenas, o que equivale a afirmar-se o êxito de tôdas as suas emprêsas, a sua magnífica trajetória ascensional, as vitórias eloqüentes do Brasil, que sua espada de chefe soube conquistar. Espada que nos permitiu, num só dia do ano, numa coincidência feliz, uma paz duradoura, uma paz nos corações de irmãos e de amigos; símbolo de

glórias, que nas refregas íntimas ou nas batalhas estrangeiras, soube sempre indicar à sua tropa ordeira e obediente o caminho da vitória; "é o cetro do dever militar" que os soldados do Brasil, inspirados por Deus, chefiados pelo nosso Ministro da Guerra, soldado cheio de fé, empunharão, aqui ou além-mar, na defesa dos sagrados ideais de liberdade.

Se alçada por sua mão segura foi o poderoso hífen das 21 províncias do Império Brasileiro, hoje, empunhada por seus dedicados discípulos indica o caminho do progresso a ser trilhado nesta atmosfera de labor profícuo, dentro de um ambiente de ordem, refulgindo ao sol incandescente, para vingar a honra ultrajada por inimigos desalmados.

Em pleno campo de batalhas, a própria natureza transforma em nave, entre arômatas sutis e cânticos suaves, Caxias e sua tropa volviam seus corações aos páramos celestes em busca de confôrto e paz espiritual.

Aquela fortaleza de ânimo e de confiança na vitória "lume tutelar da Nação" revive na figura estóica e varonil do General Eurico Gaspar Dutra, que, ungido na fé em Deus, há de proclamar aos seus soldados, aos homens que representam a honra e a dignidade da Pátria, os mesmos anseios de paz, as mesmas palavras de confiança na vitória proferidas por Caxias às portas de Lomas Valentinas: "O Deus dos Exércitos está conosco. Eia! Marchemos ao combate, que a vitória é certa; porque o General e amigo que vos guia nunca, até hoje, foi vencido."

"É tempo de reconhecermos e praticarmos o princípio segundo o qual todo impôsto que dificulta a livre circulação das mercadorias resulta anti-econômico e deve ser abolido." — (Nova Política do Brasil, Vol. VII, pág. 77).



"Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para tirá-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicações." — (Nova Política do Brasil, Vol. III, pág. 245).



"Numa época em que o dogma da fraternidade humana adquiriu novo e mais amplo sentido, não pode haver preferência entre Norte e Sul do Brasil." — (Nova Política do Brasil — Vol. II, pág. 163).

O espírito cristão do Estado Nacional

CAP. CARLOS SUDÁ DE ANDRADE

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 26 de fevereiro de 1944).

O Brasil é a esperança histórica do jesuíta e do bandeirante.

Um e outro plasmaram, pelos milagres da fé e da energia criadora e vitoriosa, o homem brasileiro, no seu clima moral, físico e psicológico propício.

Na selva americana, levando aos altiplanos centrais os bastiões das nossas fronteiras; tanto o bandeirante quanto o jesuíta, foram moldando paulatinamente uma feição própria, personalíssima, do homem brasileiro, afeito ao arrôjo das iniciativas dramáticas, às vicissitudes do meio, porque os conduziam a disciplina e o ardor de um sentimento religioso que não morre nunca; antes renasce sempre, nas horas da provação, do sacrifício e da desventura.

A cruz e a espada criaram, pois, o Brasil.

Completaram-se no seu destino predestinado e nos legaram êste espetáculo de unidade moral e geográfica que constitui hoje o nosso orgulho --- a nossa Pátria !

Assim é o nosso berço! Natural que o homem brasileiro, psiquicamente seja sadio, com uma consciência intransigente de liberdade, de disciplina e de energia criadora, nunca desmentida.

A aventura bandeirante deu-lhe um domínio de posse, de superioridade, de altivez, de galhardia e de fôrça. Mas junto do bandeirante, o jesuíta disciplinava-lhe os ímpetos e corrigia-lhe os excessos em nome da fé, impondo-lhe uma moralidade, uma austeridade, uma superioridade espiritual que marcou, para sempre, a sua consciência, com os ditames das regras cristãs.

Audaz e livre, mas temeroso de Deus, assim se fez o homem do qual herdamos essas virtudes cardiais que constituem o nosso caráter coletivo.

A aventura do grupo social brasileiro, na sua marcha evolutiva, é sempre a história dessa herança singular que o conduz, na verdade, para os mais altos destinos.

De lance em lance, chegamos à Constituição de 89.

Dogmática, pervertida pelo snobismo sectarista de Comte e, por isso mesmo, fora da realidade brasileira, isto é, alheia a esta consciência hereditária do nosso meio físico e psíquico, ela foi, durante muitas gerações, um espectro da vida nacional, do seu bio-dinamismo social, irresistível como uma caudal.

O homem da academia, arraigado ao espírito do cerebralismo doutrinário se esqueceu do homem do eito, do homem da fábrica, do homem médio e legislou para uma elite, influenciada demais pelo marulho das plagas atlânticas.

O divórcio mais espiritual que físico se estabeleceu entre os "doutores e a grande massa potencial que, pouco a pouco, adquirindo a consciência de si mesmo, se avolumava nos clamores de uma legítima e espontânea revolução nacional.

Eis o gaúcho de 3 de outubro que apagou para sempre aquela miopia sertaneja de que a questão social era no Brasil um simples caso de polícia!

Aparece, neste instante, um timoneiro que, lá, nas savanas ásperas do Sul, aprendeu desde o berço a lição dos lances farroupilhas e herdou a consciência nitidamente democrática de Júlio de Castilhos.

Esse legítimo polarizador das energias nacionais e dos seus anseios quase atávicos de liberdade e da consciência do dever não foi uma esporádica figura de chefe vitorioso. Foi um guia autêntico que encontrou o seu povo, ou o povo encontrou o seu guia, e lhe disse a palavra verdadeira e messiânica da esperança e da fé!

Foi um clarão na treva!

E o homem brasileiro, outra vez, reencontrou-se consigo mesmo, na encruzilhada do seu destino hereditário.

A palavra iluminada de esperança e de fé transformou-se, depois, na palavra do trabalho, do respeito individual e da disciplina, donde nasceu esta autêntica realidade social: — O Estado Nacional de 10 de novembro de 1937.

Neste bosquejo rápido da nossa evolução político-social, cada vez mais se fortalece a análise de que a nossa Pátria teve o seu berço predestinado por estas duas forças criadoras: a cruz e a espada, isto é, o bandeirante e o jesuíta.

Meus senhores!

Há muita gente preocupada para encontrar um modelo ou um figurino para a Constituição de 10 de novembro.

Buscam similares e na ânsia de lhe achar um padrinho espiritual, revolvem constituições estranhas, numa inconsciência de incrédulos e na mais primária ignorância do fenômeno brasileiro.

O desacôrdo desses pesquisadores de má fé, por si só, evidencia que a nossa Carta Constitucional não seguiu, não copiou, nem sequer se modelou por figurinos alheios.

E' nossa, rigorosamente nossa, com todos os seus supostos defeitos e

com tôdas as suas virtudes, mas arraigadamente nossa, cabocla, rescendendo o cheiro da terra, o labor do homem novo, ou do homem redimido pelas conquistas sociais, o homem que Getúlio Vargas humanizou pela mais surpreendente legislação trabalhista da terra!

Nela se harmonizam, na moldura brasileira, tôdas as conquistas liberais do homem, literalmente falando, procurando um meio termo equidistante entre o individualismo e o cooperativismo, isto é, entre a fortaleza do Estado e a liberdade, a iniciativa criadora do cidadão. Nessa extraordinária hermenêutica de funções, de um lado, o Poder do Estado, do outro, a força magnética do indivíduo, pode o Brasil ter a certeza de que possui, na verdade, uma lei fundamental, ajustada às suas necessidades reais em face dos seus grandes problemas de extensão territorial, de cultura, de trabalho, de unidade moral e psicológica, de dificuldade de transportes, e o que é essencial, de tradição de liberdade e de senso democrático.

O grupo social é, como o indivíduo, uma divisão de trabalho, de funções, de desigualdades, ajustadas entre si por uma harmoniosa igualdade funcional de conjunto. Cada indivíduo, dentro dêsse esquema fisiológico e somático varia, distancia-se dos demais; diferencia-se, às vêzes, em verdadeiras aberrações do senso lógico. Cada indivíduo tem uma vida coletiva, como parte de um todo e uma vida personalíssima que exige métodos, regras, remédios absolutamente próprios e individuais.

Assim, também, o grupo social deve ter os seus métodos próprios, as suas regras de vida, os seus remédios originais que dão resultados benéficos aqui, mas são panacéias inócuas acolá...

Eis porque o pragmatismo das doutrinas políticas tem que se subordinar às contingências do meio, modificando-se, às vêzes, espetacularmente.

O individualismo excessivo da Constituição de 89 enfraqueceu o poder central, quase destruindo, pelo cavilismo dos grupos políticos, o próprio Estado, na sub-divisão geográfica de várias e várias Santropias. Por outro lado, o cooperativismo ortodoxo levaria o Brasil, nessa face dinâmica de sua industrialização incipiente, ao arroteamento das iniciativas, ao conservantismo e à autarquia econômica, moléstias dramáticas e infalíveis que não seriam evitadas, nem mesmo conjuradas por uma mística nacional, eletrizante e capaz de transformar as atividades egoísticas particulares em atividades nacionais.

A Constituição de 10 de novembro não é, por isso, um modelo de empréstimo, feito de retalhos das vitrinas alheias.

E' um modelo modesto, sem crisma literária de escolas filosóficas, um modelo apropriado ao nosso clima e às nossas conveniências, um modelo verde-amarelo pelo qual se norteia um povo dentro da sua hora rubra e tripicante de realidade bio-dinâmica e de maturidade espiritual !

Que importa a êsse povo que encontre o seu guia e caminhe consciente de si mesmo, o rótulo ou a etiqueta dêsse modelo novo que êle mesmo exigiu, segundo a sua vontade e segundo às exigências primordiais

da sua vida, da sua maneira de ser, do seu caráter e do seu desejo soberano de subsistir ? ! !

A lei ou ratifica um estado de ser, corporifica, numa especificidade, a rotina, o anseio, o uso de um determinado fenômeno social ou não é lei e se sepulta, como letra morta, nos arquivos poeirentos da História.

A lei é nervo, é fôrça, é vida, é dinamismo e reflete a mentalidade, a maneira de ser do grupo social.

Pois a lei básica do Brasil, refletindo tôda a nossa mentalidade, todos os aspectos do Brasil-novo que Getúlio Vargas criou, sob os impulsos da Brasilidade, é, de resto, o reflexo dêsses mesmos impulsos e, por isso mesmo, é profunda e orgânicamente brasileira.

Senhores !

Duas características impressionantes marcam a ordem de idéias, o leit-motiv da Constituição de 10 de novembro: — a proteção ao trabalho e a proteção à família, o que vale dizer, o fortalecimento da condição de ser homem, dignificado pela sua função social e pelo esteio estrutural do lar.

Nenhum estado, nenhuma doutrina filosófica, mesmo a doutrina de Marx, puderam harmonizar estas duas unidades sociais, como Presidente Vargas o fêz, no equilíbrio de dignificar o trabalho, alicerçando-o na família protegida pelo Estado mas não por êle absorvida, uma instituição nitidamente essencial que sempre existirá, a despeito de tôdas as vagas ideologias, porque êle é, em última análise, o indivíduo reproduzido !

Sente-se, nesse leit-motiv, a herança do espírito religioso que o jesuíta nos legou, a idéia dessa suave consciência cristã, que anda no ar do Brasil impregnando o coração de todos os homens, mesmo aquêles que não acreditam em Deus.

O conflito milenário entre o capital e o trabalho não existe a rigor, dentro do nosso quadro social moderno.

Ajustaram-se, sem atritos sangrentos, ou não se desajustaram espetacularmente como uma chama ou uma tragédia de classes irreconciliáveis !

Ainda que a evolução social possa caminhar por caminhos mais radicais, pondo por terra aquela filosofia modernizada do Rerum Novarum, que se cristaliza, tôda inteira, dentro da Carta de 10 de novembro; no Brasil já está levantada, sem sangue e sem revoltas radicais, pelo Presidente Vargas, a bandeira dessa conciliação humana que Henri George preconiza quando analisa, friamente, a encíclica de Leão XIII, o Papa dos Operários !

De verdade, Rerum-Novarum não é ainda uma filosofia revolucionária, nem uma dialética carbonária, que pretendesse mudar a face das sociedades humanas. É, apenas, uma ética social, dando ao homem anônimo o direito natural do trabalho, da luz do sol, da família, o pão ganho com o suor do seu rosto, sem os acicates da tirania feudal; mas já homem

humano, com direitos e deveres, já homem cuja voz deve ter ressonâncias coletivas, audíveis ao pé do Estado.

Por isso, ela se transformou em um código tácito na prática dos povos e foi o ensinamento concreto do socialismo do século XIX, já tocado, aqui e ali, nas elites mais esclarecidas ou mais ousadas, pela labareda tumultuária da onda coperniana.

Essa diretriz, serena e branda, ainda que afoita e incômoda à consciência milenária da humanidade, se foi um ponto de apoio para reforma social insopitável na estrutura moderna dos Estados, não foi, todavia, toda essa estrutura, toda essa reforma, senão, aqui, no esquema político do Estado Nacional que a sobrepujou, justiça seja feita, em mais avançadas e lógicas conquistas do Trabalho e nas funções reguladoras do Estado no seu trato com os indivíduos, sem lhes substar o livre-arbítrio!

Sente-se, entretanto, que o espírito dêse socialismo puro que Cristo pregou, isto é, êsse mútuo entendimento entre os homens de boa vontade, que exerçam o poder ou que o fortaleçam pela disciplina esclarecida, vive, palpitante e realístico, dentro da lei básica de 10 de novembro, dando-lhe uma feição gnóstica, sem ser sectarista, o que difere, profundamente, do caráter agnóstico da Constituição de 89, esdrúxulo, por isso mesmo, e fora do espírito e do sentimento da coletividade nacional!

Lá, hipertrofia-se o indivíduo.

Aqui, fortalece-se a família.

Lá, o homem é autor, mas está fora da cena que o rodeia. Aqui, êle é, queira ou não queira, o reflexo das ações e das reações do seu meio natural.

Não é o centro da cena. E', quando muito, um comparsa e assiste e colabora na obra de conjunto que tem por desfeixe o Estado, — soma integral de um organismo de mil e uma células, autodidata: — a família.

Ninguém faz milagre. O milagre, diante da vida, é uma realização difícil, às vezes genial, mas não impossível.

A inteligência esclarecida, de longe em longe, realiza o milagre; isto é, materializa essa realização difícil e surpreende o grupo social. Só os predestinados, entretanto, o podem fazer. Foi o que fez o Presidente Getúlio Vargas, com a sua aguda visão de socialista e de pensador adestrado, ao nos dar a Carta de 10 de novembro, um autêntico código político que é, sem favor, uma lição viva de sabedoria, de equilíbrio e de senso prático.

Quem, ao estudá-la, não sente a audácia do bandeirante; quem, ao senti-la e compreendê-la, não encontra o perfume daquela fé sadia do jesuíta, de Anchieta, de Nóbrega, desses obreiros de sotaina negra que palmilharam o solo pátrio, no batismo da terra e daqueles corações ainda indomáveis nos sortilégios das virtudes cristãs?!

E virtude cristã não é sectarismo religioso, não é catolicismo ferrenho, porque Calvino, Lutero e quais tais proclamaram, por caminhos desavindos, a essência daquela mesma palavra mansa e persuasiva que um dia, nos longes da História, um peregrino humilde e iluminado pregou nas margens de Cafarnaum!

Há um liberalismo com Deus que é espírito cristão, liberto dos excessos farisáicos. Esse é o que palpita, nas linhas mestras da Carta de 10 de novembro, um espírito religioso, vamos dizer, fundamental e educativo, aglutinante da família, protegendo a infância, a adolescência, a velhice, a mulher, a instrução, a educação, o trabalho, e dando ao homem a capacidade criadora das suas energias, estimuladas por esse ambiente centrípeto de congregação social. Esse espírito cristão de liberalismo com Deus gera e radica a liberdade, a verdadeira liberdade consciente, filha da lógica, do raciocínio e do equilíbrio das reações bio-sociais ambientes ! Essa a liberdade que a carta de 10 de novembro permite e estimula no homem, como força viva colaboradora e partícipe do Estado Nacional que não tem mais intermédios, entre os seus agentes e o povo.

De toda a sua tessitura, a unidade da Pátria, diante da qual os interesses individuais se subordinam herméticamente aos interesses coletivos ou nacionais, sobreleva-se como um fanal ou como uma mística, tão igual, quatro séculos após, àquela mesma idéia geratriz e altissionamente que conduziu, lado a lado, o bandeirante e o jesuíta, nas grupais selvagens e primitivas das terras de Santa Cruz ! Uma Pátria, um povo, uma idéia, um guia, eis o paralelogramo resultante dessas correntes espirituais e materiais que, desde as nossas origens, se debatem no desejo de encontrar um verdadeiro estatuto constitucional autóctone que defina e realize, numa palavra, toda essa remota e hereditária sofreguidão de unidade geográfica, moral e política da Pátria, coesa, única, mercê de Deus, através de todas as tentativas de conquista e de desagregação na Colônia, no Vice-Reinado, na Regência, no Império e mesmo na República.

E' fascinante a história da Unidade Nacional, fascinante e épica, que diz bem alto das reservas morais e do heroísmo desse povo, que mai se define ainda nas suas primeiras matrizes eugênicas, mas que apresenta uma maturidade espiritual e cívica afortunadamente prematura e sadia.

Bravura e fé; ainda o bandeirante e o jesuíta, lá da noite dos tempos, forjando o caráter nacional, a consciência da grandeza física da Pátria, o sentido quase agressivo de liberdade, o temor religioso de Deus que fortalece a alma e a enrija, diante de todos os sacrifícios, para a glória de viver com honra e com heroísmo !

Não é a carta de 10 de novembro a própria síntese psicológica desse fenômeno social próprio do grupo brasileiro ?

Certo, ela vivia na consciência da multidão como qualquer coisa imponderável, invisível como um éter, que precisasse de um catalizador para fazê-la aparecer, nítida, real, insofismável, na retina nacional.

Aqui e ali, em Tiradentes, uns pruridos nacionalistas da Regência em Feijó, em Caxias, em Bento Gonçalves, em Júlio de Castilhos, em Luís de Vila Rica, em Patrocínio, em José Bonifácio, em todos os outros corações anônimos que pulsaram mais pelo Brasil, nos arremessos generosos da mocidade de todos os tempos, essa consciência, esse éter invisível, polarizou-se, em cascatas de luz, em pruridos de revolta, em imprecações do verbo criador e magnético !

Ela vinha das origens da Pátria, esperando, na sua longa incubação, o dia radioso e libertador do seu clima propício e natural !

Foi o Presidente Getúlio Vargas o homem predestinado que a sentiu, tôda inteira no coração, no galope do sangue, e a sagrou pela sua inteligência singular como a Carta Magna do Brasil !

E' uma injúria dizê-la cópia servil de estranhos pregmatismos políticos. Tal afirmativa revela ignorância ou má fé; ignorância do fenômeno social brasileiro, da história, da vida, da terra, do homem, de tôda essa herança de bravura, de sacrifício, de humanismo, de espírito democrático que constitui o patrimônio sagrado da nossa cultura e do nosso trabalho !

A má fé do derrotismo, da inveja, da incapacidade, do saudosismo e dos agentes negativistas da Pátria !

A carta de 10 de novembro é bem nossa, legitimamente nossa, porque traz o vínculo de tôdas essas esperanças, de tôdas essas súplicas ardentes, de tôdas essas conquistas sociais que os santos e os heróis da História do Brasil viveram, entre hinos ou entre preces, nos lances da glória ou na tarja do martírio !

Crismá-la ?

Basta-lhe uma legenda que é uma síntese histórica verdadeira e eterna, — carta constitucional do Estado Brasileiro !

Senhores !

E' pela psicanálise que se compreende a história e se desvenda e explica os seus segredos ! Na sua lógica imutável, a psicanálise equaciona o fenômeno social e o cristaliza em conclusões matemáticas. A história diante dela, deixa de ser uma religião, um escrínio de recordações para se transformar numa filosofia, numa ciência, numa escola ativa, pela qual nos vemos crescendo desde a origem do Mundo ; do palafita, como uma caudal que se visse nascendo do humilde regato sussurrante !

Por ela compreendemos o fenômeno evolutivo do nosso grupo social, desde aquela carta de Pero Vaz Caminha, desde aquela missa de Frei Henrique de Coimbra !

Daí sentirmos, melhor e nitidamente, o clímax dessa rajada de civismo e de brasilidade que galvanizou, uniformemente, tôda a Pátria, sob o ciclo de Getúlio Vargas, o brasileiro visionário que primeiro compreendeu, a meu ver, êsse fenômeno psicológico nutriz e unificador do nosso grupo social.

A carta de 10 de novembro é disso uma prova eloqüente e irrefutável. E nessa própria carta, quem pode negar êsse sutil espírito cristão liberal, ainda que amorfo, que nos legou o jesuíta e essa intrepidez de atitudes varonis que o bandeirante nos deixou bem dentro do coração ! ?

O espírito cristão do Estado Nacional é, pois, uma realidade biológica para glória nossa e glória maior ainda do seu clarividente autor, o Presidente Getúlio Vargas.

O ESTADO NACIONAL E O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS

DR. MARIO ACIOLI

*(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 15 de abril de 1944).*

Em 24 de outubro de 1930, quando as forças populares estabeleceram o novo regime, foi então criada uma Junta Governativa e, dias depois, organizado o Governo Provisório do eminente Dr. Getúlio Vargas. Os funcionários públicos, ante a declaração atribuída a um dos ministros, de que não mais existia direito adquirido, foram tomados de certo pânico, e, daí, aquêles momentos de dúvidas e indecisões.

Na verdade, não era para menos, pois em geral os governos discricionários têm sempre tendências de ampliar seus poderes, dispondo livremente.

Os dias de incerteza foram, porém, poucos, pois o eminente Chefe do Governo, promulgando o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, instituiu o Governo Provisório, fixando os princípios e normas dentro dos quais poderia agir. Nessa ocasião, êle enfeixava em suas mãos todos os poderes advindos de uma revolução vitoriosa.

Determinou o aludido decreto no artigo 1.º, parágrafo único, que tôdas as nomeações e demissões seriam da competência do Governo Provisório e no artigo 4.º declarou que ficavam mantidas as Constituições federal e estaduais.

Limitou o Chefe da Nação os seus amplos poderes oriundos da mudança do regime.

Com a sanção dêsse ato trouxe a tranqüilidade aos funcionários públicos e fixou "sponte sua" as suas atribuições e, ainda, manteve as constituições, fontes de segurança e de direito.

Não há paralelo nesse grande exemplo do eminente Dr. Getúlio Vargas. Êle, a figura máxima do movimento popular do qual recebeu plenos e ilimitados poderes, preferiu, no entretanto, como um grande patriota, restringi-los para que o povo que o havia elegido, tivesse confiança nos seus atos, e continuasse cheio de fé a trabalhar para a grandeza da pátria.

Não conhecemos e estamos certos que vós também não conheceis, chefe de governo que podendo ser absoluto na sua vontade, tenha limi-

tado suas atribuições, cercando a si próprio de uma lei restritiva como o decreto 19.398, de 1930.

Esse ato do Governo talvez sobrepuje a todos os outros, porque representa um grande exemplo de abnegação, de democracia e de renúncia.

Num momento revolucionário em que tudo era incerto, êle, para administrar o País enclausurou-se dentro de rígidos postulados da lei e da justiça. Quanta nobreza neste ato !

Ê que recebendo o governo pela vontade unânime do povo, teve a feliz visão que êste mesmo povo jamais deixaria de ser solidário com o seu administrador, a prova aí está, 14 anos depois daqueles dias de céu toldado, o povo mantém-se ao seu lado, porque sabe que êle é o patriota n. 1, tantos e tais são os sacrifícios que tem feito pela grandeza do Brasil.

O nosso país atravessou várias épocas revolucionárias e várias transições de governos, desde Pedro I ao advento da República e nenhum desses governos pensou um momento em limitar seus poderes, ao contrário, todos êles os ampliaram cada vez mais.

Mas, não é somente esse ato que eleva e enaltece o governo do Dr. Getúlio Vargas, há muitos outros, por exemplo, o decreto 254 de 1 de agosto de 1935 que instituiu uma comissão revisora dos atos de afastamento de funcionários de seus cargos ou funções públicas. Em virtude dessa lei, foram revistos todos os afastamentos e demissões de serventuários.

Bel exemplo de renúncia das prerrogativas de um Governo que acumulava todos os poderes do País. Êle próprio permitiu e consentiu que todos os seus atos fôsem revistos e corrigidos por uma comissão sob a Presidência do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Bento de Faria.

Os trabalhos da Comissão foram amplos, ela gozou da maior autonomia e liberdade em suas decisões e o Governo acatou a tôdas, reparando os seus próprios atos, alguns, como todos sabem, necessários nas primeiras horas da revolução e praticados pelos seus auxiliares e pela Junta Governativa.

Somente foi extinta a Comissão, quando já não havia mais uma só reclamação a julgar, conforme o relatório do seu ilustre Presidente.

Tôdas as decisões foram acolhidas e reparadas as injustiças por ventura havidas.

Onde e quando um chefe de governo, com todos os poderes de uma Nação, submeteria os atos administrativos a julgamento de uma Comissão, acatando religiosamente as suas decisões ?

Somente o eminente Dr. Getúlio Vargas com seu alto espírito de justiça, nascido de seus primeiros anos de vida pública, quando promotor na sua terra natal.

Não pára aí a sua renúncia. Em 1937, quando a agitação política levava o Brasil às portas de uma revolução, êle, a sentinela avançada no seu posto de honra, dissolveu os impatriotas, com o aplauso do povo para que o País voltasse à vida normal de paz e prosperidade.

Podia, ainda, nesse momento ser um ditador absoluto, não quis, preferiu dotar-nos com uma Constituição liberal que é todo nosso orgulho, segurança e bem-estar.

Mais uma vez o Dr. Getúlio Vargas renunciou às amplas prerrogativas da suprema investidura de chefe da Nação, com todos os poderes, preferiu ser um Governo Constitucional e é.

Assim tem sido o seu governo sempre constitucional, sempre dentro da lei.

E, finalmente, a criação do D. A. S. P. e a sanção do Estatuto dos Funcionários Públicos, são uma grande lição de liberdade e equidade, a todos os brasileiros, em tôdas as esferas sociais.

Hoje ricos e pobres, de origem obscura ou elevada, todos podem aspirar os cargos públicos, basta somente ter habilitações e idoneidade moral.

O Presidente da República renunciou o direito de nomear livremente, cinge-se somente a assinar a nomeação daquele que entre todos demonstra maior capacidade para o cargo visado.

Não estavam acostumados com êsses direitos. Sem empenhos não era possível se vencer na vida pública. A habilitação ficava à margem, o escolhido era aquêle que reunisse maior número de padrinhos, mesmo da nacionalidade não se cogitava, os estrangeiros ascendiam às mais destacadas funções públicas, não só nos cargos federais, estaduais, como municipais. Nós mesmos tivemos oportunidade de funcionar em numerosas justificações de naturalizações de altos funcionários públicos.

Tudo enfim mudou, hoje a vida pública pertence aos brasileiros e os cargos a quem tem maior soma de saber e o D. A. S. P. tudo controla para que seja uma realidade, como é, o concurso de habilitação. Tudo mudou depois de 1930, graças às diretrizes do governo do Dr. Getúlio Vargas, a quem nós brasileiros devemos a tranqüilidade e a grandeza da Pátria.

Tôdas essas nossas palavras são ditas de coração, elas representam o sentir de quem nada aspira da administração, porque alcançou o final da vida pública, onde já estava em 1930.

Rendemos, entretanto, nossas homenagens ao Dr. Getúlio Vargas no mais ardente patriotismo e pedimos a Deus que o grande exemplo do seu governo seja sempre seguido por aquêles que o sucederem à frente dos destinos dêste Brasil o qual, em futuro não remoto, assombrará o mundo pelos ensinamentos de liberdade e expansão de suas forças econômicas.

"A experiência histórica já demonstrou, de modo insofismável, que a democracia é o regime adequado à índole de nosso povo e aos imperativos do seu progresso moral e material." — (Nova Política do Brasil, — Vol. IV, pág. 183).

O Estado Nacional, o trabalho e os novos direitos do homem

DR. M. CAVALCANTI DE CARVALHO

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política, em 6 de maio de 1944).

Começemos pelo comêço, isto é, pela conceituação do trabalho, assunto de indiscutível importância e de renovada atualidade, não só para o médico e o economista, como também para o sociólogo e o jurista.

O *trabalho* tem sido conceituado sob diferentes pontos de vista. No sentido físico e fisiológico, sob o aspecto econômico-social e ainda sob o ponto de vista jurídico.

Dadas as proporções desta conferência, importa ao conferencista, que não é médico nem economista, nem tem aspirações a sociólogo, importa tão só o seu conceito jurídico.

Assim, vejo no *trabalho* um “fato” ou “ato” voluntário e no chamado trabalho “subordinado” um fato ou ato voluntário e remunerado, que o legislador hodierno protege e rodeia de garantias, não só por uma questão de humanismo, mas, igualmente, por motivos de ordem política, econômica, higiênica e até eugênica. A proteção desse fato se traduz na defesa do elemento humano — empregado, ou seja do homem como trabalhador.

Expor como esse “fato” tem sido tratado legislativamente por diferentes povos e em épocas diferentes, constitui matéria que demanda tempo, longo, paciente e pertinaz esforço de investigação.

A verdade é que o seu tratamento, pela sua lentidão no tempo, não corresponde ao progresso verificado na técnica industrial e ao grande desenvolvimento das artes mecânicas, da química, das ciências físicas, médicas e naturais. Só de dado período histórico para cá, é que dito fato interessou ao poder público, dando lugar ao nascimento de novos direitos do homem. Entre nós, a sua disciplinação é recente e, apesar de nova — 14 anos apenas de existência — tem a seu favor um ativo de numerosas e esplêndidas iniciativas.

Quando o Sr. Getúlio Vargas, encarnando os ideais da revolução brasileira de 1930, se investiu nas funções de chefe do Estado, o “fato” *trabalho* ainda não havia despertado a atenção do legislador pátrio. A proteção ao homem-trabalhador, ou seja ao economicamente fraco, era,

na realidade, quase nula. Além do que dispunham o Código Civil, o Código de Menores, e preceitos isolados do Código Comercial de 1850, em número reduzido eram os diplomas de fundo trabalhista ou social, em vigor no país. O Código Civil, não obstante datar de 1916 e ser posterior ao Código Federal Suíço das Obrigações, padrão de cultura jurídica do século XX, acorrentara-se à tradição romanística.

O legislador civil disciplinara sucessivamente, em secções distintas, as três modalidades básicas da locação: a de coisas, compreendendo o uso e gozo de uma coisa infungível: a de serviço, consistindo na prestação de um trabalho lícito, material ou imaterial; e a empreitada ou contrato de obra, concretizando-se na execução de um trabalho determinado.

Mas o Código Civil não chegou sequer a definir o chamado erroneamente contrato de "locação de serviço". Tão pouco ofereceu garantias ao empregado para o recebimento dos seus salários e se ocupou de outros pontos fundamentais do contrato de trabalho.

O legislador de 16 teve em vista, sobretudo, a disciplinação do fato da rescisão. E dessa matéria se desvencilhou instituindo o aviso prévio, como obrigação recíproca nos contratos sem prazo determinado, fazendo responder por perdas e danos o empregado (locador de serviços na terminologia vetusta do código), contratado por tempo certo, que se despede sem justa causa, enumerando os motivos para o empregado e o empregador darem por findo o contrato, e, finalmente, precisando as consequências da despedida unilateral.

No meu modo de entender, além de insuficiente, a disciplina do código era imperfeita e injusta.

Questões básicas, como a da limitação do tempo de trabalho, a do descanso semanal, a das férias remuneradas, a do risco profissional, a da higiene dos locais de trabalho, a da garantia da percepção de salário, a da garantia do emprêgo, a do trabalho de menores e mulheres, exigindo restrições e cautelas especiais, a da proteção à maternidade, a da estipulação e eficácia do contrato coletivo, que bem podiam ter sido previstas, foram lamentavelmente esquecidas.

Influenciado pelo liberalismo jurídico de outros tempos, o código pecava por omissão e atraso.

O seu "modernismo" em face do velho direito romano está apenas em ter rompido com o conceito unitário da locação, adotando a mesma classificação dos códigos francês e italiano.

Apuradas essas tendências do legislador de 16, privatista ou melhor, civilista por excelência, necessário se fez outorgar a proteção ao trabalhador fora dos quadros do direito comum, elaborando-se uma legislação especial, um direito novo. Foi o que fez o reformador Getúlio Vargas ao dar ao fato *trabalho* uma regulamentação específica, compensando com medidas adequadas e positivas a inferioridade econômica do empregado e do operário, e, em consequência, criando um novo sistema social para o Brasil.

A Política Social do Sr. Getúlio Vargas tem como objetivo precípuo a proteção e a valorização do elemento economicamente débil. Dessa pro-

teção decorrem os novos direitos do homem. Do homem que produz. Do homem que constrói riquezas.

Os governos passados tinham como fundamental em política econômica a proteção ao elemento economicamente forte, o industrial, em face do concorrente estrangeiro, nas lides do comércio internacional.

Possuíamos assim uma política estritamente comercial e não uma política social, tributando-se a mercadoria estrangeira e favorecendo-se o produto nacional, e, em consequência, enriquecendo-se u'a minoria que produz em detrimento de u'a maioria que também produz.

Esse tratamento desigual, essa indiferença pela sorte do homem trabalhador, esse desinterêsse pelo bem-estar das massas operárias, foi fixado em termos claros pelo Sr. Getúlio Vargas, na sua famosa plataforma de candidato da Aliança Liberal à mais alta magistratura da República.

Dessa peça memorável, lida a 2 de Janeiro de 1939, às vésperas da Revolução vitoriosa, o trecho que passo a ler é incisivo. Disse o Sr. Getúlio Vargas: "Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice".

A legislação social, elaborada sob a inspiração do então Presidente Vargas, produto de sua alta compreensão dos problemas emergentes das relações entre o capital e o trabalho, constitui o ponto de partida e a objetivação da política de favorecimento e soerguimento do economicamente fraco, anunciada no programa governamental do candidato aliancista.

É interessante é notar que essa legislação foi, quase toda ela, outorgada diretamente pelo chefe do govêrno, resultou tão só do seu empenho, do seu nobre empenho, em melhorar as condições de vida das classes pobres

Assim é que as leis de natureza social votadas pelo Congresso Nacional no período compreendido entre a promulgação da Constituição de julho de 34 e a outorga da Constituição de 10 de novembro de 37, foram em número de 16, e tão somente. Produção diminuta, ínfima, irrisória, em face da opulenta atividade legislativa do chefe do executivo acumulando poderes normativos.

Um quase nada, ou melhor poucas e contadas pedras, insuficientes para o levantamento de um edifício, embora de pequenas proporções, diante da colossal, da espetacular, da ciclópica construção legislativa do Sr. Getúlio Vargas, no domínio do direito social.

O fato de a legislação social se ocupar em grande parte da proteção ao economicamente fraco, tem induzido certos autores, entretanto, a um conceito unilateral e errôneo do direito do trabalho. Assim, para Máric de la Cueva, jurista mexicano, o "direito do trabalho é um direito de classe", nasceu e somente existe em razão do proletariado. "É um direito que se impõe, não em atenção à prosperidade da união nacional, mas em virtude da necessidade imperiosa de a classe trabalhadora melhorar seu nível de vida, na expectativa de que se opere a transformação para um

regime mais justo". Não, é, pois, o direito do trabalho — acrescenta o mesmo autor — "uma finalidade última, senão uma ordenação transitória, medida exigida por uma classe para evitar a exploração de que era vítima".

Radbruch, por sua vez, fala num "direito obreiro" em oposição a um "direito econômico", frisando que, enquanto este "considera as relações econômicas sob o ponto de vista da produtividade", aquêle as encara "segundo o critério da proteção do débil em face de poderoso endinheirado".

Gallart Folch, escritor espanhol, expõe o antagonismo existente entre o dogma da igualdade perante a lei, fundamental no velho direito civil, e a disciplina nova, conhecida pelo nome de Legislação do Trabalho, "eminentemente desigual, porque se propõe a compensar com uma superioridade jurídica a inferioridade econômica do obreiro".

Merece acolhida a doutrina desses escritores? Terão dito eles a última palavra? Terão eles falado pelo coração ou pelo cérebro? Eu tenho mais do que restrições a fazer, porque sustento um ponto de vista todo pessoal, todo meu, a respeito. Eu penso de maneira inteiramente diversa. Para mim nem o direito do trabalho constitui o direito de uma classe, a classe que ocupa o plano inferior na organização burguesa, uma vez que o Estado moderno tem do mesmo modo interesse em dirigir, favorecer e animar o empregador, como ente humano, como peça importante que é de uma grande máquina; nem a proteção ao economicamente débil é representada tão só pela legislação do trabalho. E argumento com as próprias tendências do direito social moderno, e, quanto ao segundo *item*, com a grandiosa obra realizada pelo Presidente Vargas, no campo da política social e econômica.

A legislação do trabalho — ressaltemos bem — constitui apenas um capítulo, um capítulo importante, fundamental, da política de amparo ao elemento que não detém a riqueza, eis que essa proteção se manifesta sob formas diversas, se estende a diferentes setores de atividade, ultrapassa a própria esfera do "trabalho subordinado", indo alcançar não só o trabalhador autônomo, como também o próprio empregador — o pequeno agricultor, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, enfim não apenas uma classe social, mas categorias indeterminadas. Porque, todos, *lato sensu*, são trabalhadores.

Já tive ocasião de dizer e repito com ênfase: no Brasil, sob o governo do Presidente Getúlio Vargas, quando estão em causa os interesses da produção nacional, o poder público não hesita em sair em socorro da própria empresa, ou seja do elemento capital, para reanimá-lo ou salvá-lo de um colapso fatal. Para isso é que possuímos uma legislação social e uma legislação de fundo econômico, ambas adiantadas e inspiradas na realidade brasileira, e a tendência da primeira não é outra senão esta: colocar sob seu pálio tutelar tôdas as classes que trabalham e produzem, sem discriminação de categoria.

Todos aquêles que trabalham e produzem — patrões, chefes de empresas, técnicos, operários, empregados, trabalhadores autônomos, funcionários públicos e intelectuais — todos aquêles que concorrem para o de-

envolvimento material e espiritual do país, têm direito à proteção do Estado.

Alguns até, como o direito à subsistência e o direito à educação, inscritos na Constituição embora sem o caráter de direitos públicos subjetivos, de *jus* contra o Estado.

Entre nós, a garantia da subsistência pelo trabalho honesto, a associação profissional ou sindical para fins de representação da categoria e defesa dos direitos dos seus componentes perante o Estado, a assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, a cobertura dos riscos biológicos-sociais pelo seguro obrigatório, a aprendizagem industrial para os filhos dos operários, a assistência às famílias numerosas e aos pais miseráveis para a subsistência e a educação da prole, à equiparação dos filhos naturais aos legítimos para fins protecionistas, o combate à usura como forma de proteção ao mutuário (em regra, elemento necessitado), a defesa dos inquilinos contra a ganância dos senhorios, o amparo ao pequeno agricultor, a repressão à especulação e ao açambarcamento, o tabelamento dos preços das utilidades e serviços, a tutela dos interesses dos acionistas minoritários das sociedades por ações e dos clientes das empresas concessionárias de serviços públicos — tôdas essas relações já constituem objeto de vigoroso tratamento legislativo. São os chamados direitos do fraco. Alguns até, como o direito à educação, inscritos na Constituição, embora sem o caráter de direitos públicos subjetivos, de *jus* contra o Estado.

UMA NOVA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Revejo a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela assembléia constituinte de 26 de agosto de 1789, a segunda Constituição escrita do mundo, e leio: "Art. 1.º — O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão".

Mas, a liberdade a que se refere a primeira Carta de Direitos da Revolução Francesa, tem apenas um fundo político.

Satisfaz essa fórmula? É isso o que o povo quer?

Não; o povo não se contenta com abstrações jurídicas. O que o povo quer é o que o Estado Nacional lhe tem dado; trabalho e salário certo, casa própria, ou alugada, mas a preço módico, alimentação barata e higiênica, instrução profissional e a garantia do dia de amanhã pelo seguro social.

As listas de direitos da Revolução Francesa são, como acabamos de ver, fórmulas abstratas, platônicas, vazias de sentido, nos dias que passam. Simples reminiscências históricas de uma época que não voltará mais.

Ousada doutrina social para os reformadores de ontem, mas, poesia, romantismo jurídico para a idade contemporânea, de realidades tão duras.

Não basta reconhecer direitos políticos aos cidadãos e enumerá-los,

como fazia o Estado demo-liberal e plutocrata. Não é lícito invocar-se mais a clássica e desacreditada fórmula da igualdade jurídica, colocando-se o pobre em nível de paridade com o rico e consentindo-se que o empregador e o empregado estipulem, à discrição, as cláusulas do contrato de trabalho. Isto não é mais possível porque essa igualdade e essa liberdade significam o esmagamento do fraco pelo poderoso, a escravidão do assalariado ao assalariador.

Necessário se faz dar segurança econômica ao homem que trabalha, proporcionando-lhe os meios para que ele não se prive de tudo aquilo que é essencial à vida do indivíduo como ser vivente, como unidade biológica.

Para um país ser feliz, não basta possuir uma Carta Magna, um Parlamento e os códigos do direito comum. Não basta fazer funcionar o mecanismo dos três poderes, por amor à doutrina de Montesquieu ou ao sistema americano dos freios e contrapesos. Já dizia Fourier, em 1882, que o "indigente não se contenta em ler a Constituição em lugar de jantar". Porque isso seria "insultar" a sua própria miséria.

Um século depois, sentindo de perto a realidade da vida e interpretando os justos e incontidos anseios das massas proletárias, pontifica Getúlio Vargas, com sabedoria política: "A liberdade, no sentido estrito de franquias políticas, não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica, converte-se quase sempre em licenciabilidade e em ludíbrio para o povo, que não mata a fome com o direito do voto nem educa os filhos com o direito de reunião."

Eis uma nova Declaração de Direitos do Homem, moderna, atual, diferente de todas as outras legadas pelo individualismo à *outrance* de velhas Constituições, e o que é mais importante — sábia, vigorosa e profundamente realística.

Esta, uma Declaração que, tal como foi enunciada, não consta do nosso Estatuto básico; entretanto, para a felicidade do povo, vem sendo praticada de há muito no Estado Brasileiro. Uma Declaração realmente revolucionária, porque não enriquecida tão só de elementos sociais, mas permeada e vitalizada por elementos econômicos, o que importa, mais do que numa transformação, numa oportuna revisão da doutrina dos direitos do homem.

Não basta, pois, na época atual, conceder regalias puramente jurídicas, concretizadas nos chamados direitos do cidadão ou do indivíduo político.

Sem os direitos econômicos, que os completem, tais regalias constituem simples abstração para o povo, mero fogo de artifício que engana a vista, mas não contenta o estômago.

OS FUTUROS DIREITOS DO HOMEM

A evolução dos direitos do homem, desde as históricas Declarações de 1780 e 1787, dos norte-americanos, documentos básicos nos quais se inspirou o legislador constituinte de 1789, até os nossos dias, constitui o mais belo capítulo da história do direito público universal.

Acabamos de ver como êsses direitos passaram do plano político para o social e do social para o econômico, nutrindo-se de conceitos novos e não mais abstratos e, destarte, assegurando a existência do indivíduo político — o cidadão (eleitor, proprietário, jurado, crente), do indivíduo social — o empregado, parte fraca no contrato de trabalho, e, finalmente, do indivíduo-econômico — o produtor ou consumidor necessitado.

Mas essa fórmula resumirá tudo, tôdas as aspirações e tôdas as necessidades do homem? Não. O direito, como a vida de onde êle é extraído, não pára, não se detém. Não existe força alguma capaz de represar o seu curso através dos tempos.

Em futuro próximo (e aquí o técnico do direito sente transpor as fronteiras de sua região, rasgando novos horizontes aos seus olhos que sòmente viam a pura matéria jurídica), em futuro que não está distante.

Os Direitos do Homem encontrarão um novo fundamento, um fundamento de outra natureza, estranho à filosofia política e social dos dias de hoje.

A Declaração de amanhã será enriquecida dêsse novo elemento, que não é outro senão o elemento biológico.

A pessoa humana, ser vivente, organismo vivo, unidade orgânica, terá também os seus direitos fundamentais.

E teremos, então, a volta do Homem a si mesmo.

“O processo educativo mais adequado às nossas condições sociais é o que consiste na preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator consciente e entusiasta do engrandecimento pátrio.” — (Nova Política do Brasil — Vol. V, pág. 109).



“Já adquirimos bastante experiência, para não acreditarmos no fetichismo das fórmulas, e reconhecemos que o bem público não deve encontrar obstáculos nas leis e convenções jurídicas.” — (Nova Política do Brasil — Vol. VI, pág. 310).



“O programa de realizações do Estado Novo compreende o reajustamento completo dos quadros da vida brasileira, desde a subestrutura econômica até à formação intelectual e moral das gerações novas.” — (Nova Política do Brasil — Vol. V, pág. 196).

A colaboração Brasil-Estados Unidos e a questão do pessimismo ou otimismo racial

DR. JOSE' COLOMBO DE SOUSA

(Prof. da Escola de Cadetes do Ceará).

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política,
em 4 de março de 1944).

Senhores:

Nem tôdas as guerras têm a mesma importância e a mesma significação. Há guerras que não passam de conflitos entre dois exércitos, armados dos mesmos propósitos e dos mesmos ideais estruturais, sem grandes conseqüências.

A guerra atual, porém, tem um significado transcendental porque resulta de um conflito de duas vontades antagônicas e de duas concepções de vida radicalmente irreconciliáveis.

As conseqüências dêste incêndio e dilúvio de sangue universais, serão, pois, de importância extraordinária.

Creio, mesmo, que os problemas do após-guerra vão superar os da guerra.

Depois da queda de um regime econômico e político que arrastará consigo a ruína de todo um continente que até agora, e desde milênios, foi o berço da civilização e da cultura, problemas de magna importância se levantarão diante de nossos olhos como espectros irreconhecíveis.

Por força das circunstâncias a responsabilidade da condução e orientação da civilização, passará para o continente americano, polarizado nos dois núcleos vitais de influência e atividade e que são o Brasil e os Estados Unidos.

Serão êstes dois grandes povos que, permanentemente unidos e mutuamente se compreendendo, terão a responsabilidade da liderança de nossa cultura e de nossa civilização, se não quizermos que ela sucumba e, desaparecendo na noite dos tempos, passe para o domínio da História.

O velho mundo sucumbe pelas incompatibilidades raciais, pelas intransigências de credos políticos, pelos antagonismos de tradições que se

excluem e, sobretudo, pela carência absoluta de recursos econômicos com que necessita manter o alto padrão de vida europeu.

As condições de vida na Europa chegaram a destruir a própria vida. E o homem foi levado a êste paroxismo — para viver precisa morrer de trabalhar numa terra pobre e cansada, numa sociedade de explorações e ódios.

Todos os recursos que faltam no velho mundo, tôdas as condições sociais cuja ausência lhe estrangula a vida, subsistem, nas melhores condições, nas imensas, ricas e livres terras da América.

E' uma razão óbvia, pois, que os restos e fragmentos da velha civilização européia sejam transplantados para aqui, onde deverão florescer e prosperar.

Isto é tão certo quanto o foi a decadência da Ásia Menor e o florescimento da Europa Ocidental, há séculos passados. Parece evidente que a civilização segue a marcha aparente do sol do oriente para o ocidente.

Não há negar que a cultura é o resultado de uma intensa atividade intelectual, onde se determinam os fins e os próprios objetivos de nossa vida, sem os quais é impossível conduzir a nossa própria e muito menos a vida coletiva das sociedades e das nações.

A cultura é, pois, de caráter fundamentalmente espiritual.

Não pode pois a cultura subsistir, numa época e num mundo, onde tôdas as cogitações e atividades do homem são monopolizadas e tiranicamente dirigidas para o fim único da obtenção dos meios de subsistência.

O espírito é assim devorado pelo estômago. A cultura decresce na razão direta em que o homem se preocupa com sua subsistência.

O espírito para florescer precisa de uma sensação de equilíbrio, estabilidade e certeza.

Sòmente depois que os povos conquistaram uma relativa grandeza econômica é que conseguiram desenvolver seu espírito nacional e realizaram uma cultura específica.

Por todos êstes motivos é certo que a América, na extensão de seu território e na grandeza de sua alma livre de preconceitos e incompatibilidades doutrinárias e históricas, desempenhará, num futuro próximo, o único refúgio da alma humana, como a concebeu a nossa cultura ocidental e européia. O que lá parece impossível, o que determina o derrame de rios de sangue como a coexistência de credos religiosos e a convivência e tolerância racial, aqui, são fatos substanciais da vida quotidiana.

Serão os inesgotáveis recursos de nossa natureza bela e rica; a vasta extensão de nossos territórios que condicionam o homem livre, que formarão os fundamentos de nossa vida e grandeza continentais.

Vêde como o continente americano desempenha uma posição singular no mundo.

Enquanto os outros continentes são constituídos de grandes blocos no sentido dos paralelos, o continente americano forma uma linha divisória do pólo norte ao pólo sul. Constitui a linha de gravitação do mundo, no sentido dos meridianos. Daí decorre uma situação singular.

Através da história, podemos verificar como a hegemonia do velho mundo euro-afro-asiático foi sempre exercida, com absoluta exclusividade, por um único império central, de onde se irradiava a força e o prestígio. Pelas condições geopolíticas, jamais foi possível a coexistência de dois núcleos de poder, porque cada um excluía os demais. Daí, as diversas lutas pela eterna hegemonia. Por se tratar de um bloco, o poder se exercia em todos os setores até a extensão de suas próprias forças. Assim foi o império egípcio, o medo-persa, os impérios assírios-babilônicos, o domínio grego, o império romano, a conquista árabe, a dominação otomana, o império austro-húngaro, a hegemonia espanhola, o domínio francês, o sueco e o império britânico e a tentativa germânica. Sempre a luta pelo domínio e o esforço pela exclusão de qualquer outro concorrente. Como no céu só havia um sol, era necessário que sobre a terra só houvesse verdadeiramente um rei. Ninive e Babilônia não se toleravam; Atenas destruiu Tróia; Roma destruiu Cartago; os empórios peninsulares do Atlântico absorveram as cidades italianas; Londres a capital da Europa. É essa a história.

A própria posição geográfica da América conduzirá a outras condições e a uma outra conduta.

A sua posição norte sul faz com que Washington esteja cinco vezes mais afastado do Rio e Santiago que Londres do Cairo; e cerca de dez vezes o que Roma distava das Gálias.

Este fato geográfico, apesar das atuais facilidades de comunicações, conduz a uma conclusão fundamental, na vida política americana: É a existência de uma influência bi-polar, no continente. Um pólo de influência no norte, poderia estabelecer domínio sobre um núcleo no continente sul, mas não poderia exercer influência, sobre todos, de uma maneira efetiva e real.

Por estas razões básicas e fundamentais a vida continental americana, ao contrário do que se passou nos velhos continentes de hegemonia exclusiva, só poderá ser conduzida por uma influência bi-polar.

O núcleo de influência do norte já está definitivamente estabelecido — são os Estados Unidos.

O seu correspondente no continente sul, só poderá ser, só pode ser, por direito, por tradição e por vocação histórica, o Brasil, que desempenha e desempenhará sempre a liderança no continente sul-americano.

Vê-se quão grandes são as responsabilidades da América na subsistência da cultura e da civilização e que acervo de responsabilidade cabe ao Brasil.

Mas uma responsabilidade de tal ordem acarreta e determina obrigações de igual porte.

A colaboração do Brasil com os Estados Unidos tem assim, um caráter permanente, cientificamente necessário e vitalmente indispensável. Ela não pode se interromper com o advento da paz, mas aumentar e cada vez mais progredir para a conquista da força e das condições requeridas para enfrentarem aqueles graves problemas do após-guerra que de início

aludi e porque, só assim, o continente americano poderá desempenhar a função que a Providência lhe designou no plano da economia universal.

Tanto mais quanto, essa colaboração é completa e não concorrente.

Nós temos para oferecer, no plano puramente cultural, aquilo que eles, norte-americanos, tanto amam — a finura dos sentimentos, a graça e a beleza do espírito, a delicadeza de nossa alma de latinos.

Eles nos trazem aquilo que tanto nos admira e entusiasma — a sua objetividade, seu espírito empreendedor, sua extraordinária atividade.

Definidos os encargos e as responsabilidades do Brasil, surge uma velha questão, — se o nosso povo, se o nosso homem, serão capazes, estarão em condições de darem desempenho a estas graves tarefas.

De um lado, o pessimismo racial a afirmar que nós, produto de mistura, habitando climas tropicais e exaustivos, não seremos capazes de tão grandes realizações.

Do outro, um otimismo igualmente doentio, pelo qual somos capazes de todos os grandes feitos, de todos os esforços extraordinários e contínuos.

Encarar o problema por esta dupla face, é duplamente perigoso; isto porque o pessimismo como o otimismo são atitudes doentias do espírito, igualmente errôneas e prejudiciais.

Tôda a grandeza material e histórica do Brasil, dependerá, é certo, do homem brasileiro, do povo brasileiro.

Uma atitude se impõe diante do homem brasileiro. É a do realismo racial. Encarar o problema com a necessária objetividade.

Nosso homem nem é completo, porque sofre de grandes incapacidades e deficiências que é preciso corrigir pela educação e por métodos científicos modernos, desde a alimentação até a convivência social e prática política.

Ele também não é imprestável ou incapaz, porque os seus feitos demonstram o contrário e porque tem grandes qualidades, capacidades inigualáveis que é justo, oportuno e indispensável ordenar e aproveitar.

Não há raças superiores nem raças inferiores. Há povos adaptados e povos inadaptados. A civilização é sempre uma consequência do grau de adaptação do homem ao meio que o condiciona, em busca das suas supremas e permanentes finalidades de felicidade, bem-estar e aperfeiçoamento.

A amizade sincera tem por base a semelhança e a afinidade. Só há um meio de tornar sólida, efetiva, real e sincera essa colaboração entre os maiores povos do mundo americano.

Em primeiro lugar, a consciência dos nossos destinos e das graves responsabilidades que nos cabem.

Depois, uma atitude de realismo racial, que permite melhorar o nosso homem, corrigir os seus defeitos e explorar as suas ótimas qualidades.

O nosso caminho pois é o do trabalho, da ação, do progresso enfim, dentro das condições e orientação garantidas e realizadas pelo Estado Nacional do Presidente Getúlio Vargas que é o instrumento da efetivação da colaboração americana e de nossa grandeza.

O Governo Nacional e a solução do problema de energia hidro-elétrica no País

DR. RAMIRO BERBERT DE CASTRO

(Conferência pronunciada no Instituto Nacional de Ciência Política, em 11 de março de 1944).

(Conclusão do número anterior).

MINAS GERAIS

De todos os Estados do Brasil, Minas Gerais é o que possui em estado latente, o maior coeficiente de força hidráulica, com 25% do volume total, e o que dispõe, também, do maior número de usinas hidro-elétricas — 376 — número esse que excede mais de duas vezes o de São Paulo.

Em seu território, no município de Juiz de Fora, instalou-se a primeira usina hidro-elétrica do país, fato que registamos para a curiosidade de quantos ignoram essa particularidade. Foi montada em 1889 — portanto ao alvorecer da República, — no rio Paraibuna, que atravessa aquêle município e ainda hoje se conserva, embora ampliada, com o nome original de usina do Marmelo.

Apesar disso, Minas somente produz 131.000 K. W. Ainda hoje, a usina mandada construir pelo Dr. Manuel Tomás de Carvalho Brito quando Presidente da antiga Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Belo Horizonte, em 1925, é a maior existente no Estado. Localizada no rio de Pedras, afluente do rio das Velhas, que por sua vez desagua no S. Francisco, dispõe de uma bacia de acumulação de 35 milhões de metros cúbicos, uma potência real de 18 mil H. P. e uma queda total de 80 metros até à usina, distando apenas 40 quilômetros da Capital Mineira. Além desta, o Dr. Carvalho Brito mandou construir, em 1926, uma outra barragem no Ribeirão de Arrudas, afluente do rio das Velhas, em Marzagão, cuja bacia de acumulação comporta um volume de 5 milhões de metros cúbicos. O seu desnível total é de 45 metros de altura e a sua potência de 1.350 H. P.

A primeira destina o seu potencial de força e luz ao abastecimento de Belo Horizonte e a segunda, ao da Fábrica de Cordonel de Marzagão sendo o excedente de sua energia fornecido à Companhia de Força e Luz

de Minas Gerais, hoje detentora da exploração dos serviços de viação, luz e fôrça naquela Capital.

Cabe, também, referirmo-nos aqui especialmente à Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, à qual a terra montanhosa deve a construção da usina hidro-elétrica do rio Taquarassu, afluente do rio das Velhas, usina cuja potência real, avaliada em 4.200 H. P., se destina ao consumo do seu parque siderúrgico em Sabará, e à da grande central hidro-elétrica do rio Piracicaba, afluente do rio Doce, com 13.200 H. P. que abastece à usina de ferro e aço de Monlevade.

Ambas foram projetadas e construídas pela importante firma Christiani & Nielsen, a cuja frente se encontra o notável engenheiro dinamarquês Harald Broe. Especialista em obras hidráulicas, pontes, edifícios de cimento armado, essa firma é, no gênero, uma das mais conceituadas da América do Sul.

Agora, aquela Companhia Siderúrgica vai construir outra grande usina hidro-elétrica, no mesmo rio Piracicaba, com o aproveitamento da queda d'água, em Engenheiro Guilmann, para uma produção de 22 mil H. P., destinada a reforçar o potencial elétrico da usina de Monlevade. O estudo e projeto dessa obra grandiosa, devem-se também à firma Christiani & Nielsen.

Seríamos injustos deixando de mencionar também as obras realizadas pela Companhia Sul Mineira de Eletricidade. Uma das maiores empresas nacionais, com um capital realizado de 45 milhões de cruzeiros, possui, 15 usinas hidro-elétricas e abastece a maior área dentro da próspera região sulina de Minas Gerais, da qual é o principal fator de progresso, numa extensão de 22.250 quilômetros quadrados, para o que se serve de uma rede de linhas de transmissão, com 1.013 quilômetros. Essa companhia muito deve a sua ação realizadora ao dinamismo formidável de seu Diretor, Dr. Osvaldo Costa. Vindo ao encontro da orientação traçada pelo govêrno do Presidente Vargas a respeito, e atendendo às necessidades notavelmente crescentes do progresso e das atividades econômicas de Minas Gerais, concluiu, a Companhia Sul Mineira de Eletricidade, estudos para a construção de uma nova usina no Município de Itajubá, com capacidade de 8 mil H. P., mediante o aproveitamento das águas dos rios S. Bernardo e Pirangussu no trecho situado a 20 quilômetros da sede municipal, com o desvio e a canalização, em túnel, do curso daquele para o dêste último. A usina do rio Lourenço Velho, que até então vem servindo ao próspero município, centro de intensas atividades industriais e onde se encontra a fábrica do Exército de Sabres e canos de aço para armas de fogo, já não oferecia rendimento correspondente ao consumo das numerosas fábricas em atividade, pois a sua fôrça não vai além de três mil H. P.

Resolveu também aquela Companhia duplicar o potencial elétrico de sua usina na Cachoeira das Antas, no rio do mesmo nome, a dois quilômetros de Poços de Caldas, cuja produção não passava de 1.500 H. P. — aproveitamento mínimo de uma queda que dispõe de reservas para 18.000 H. P. Esse volume de fôrça, entretanto, terá de ser, em futuro próximo,

plenamente utilizado pela empresa concessionária, não só por ser aquela região centro de famosa estação termal de cura, como também pela ocorrência de importantíssimos depósitos de zinco e de bauxita, esta constituindo um minério de alto teor em alumínio, de vastíssima aplicação industrial e de capital importância estratégica, que já se começa a produzir ali em grande escala.

E recentemente construiu no ribeirão Santa Cruz a grandiosa barragem Vidal Dias, na usina do Xicão, município de Campanha, que mesmo nas maiores estiagens, tornou possível regularizar o abastecimento de energia para grandes cidades e importantes municípios.

A maior usina a ser construída em território mineiro, entretanto, constitui obra congregada de três poderosas empresas siderúrgicas. Combinadas entre si, a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Itabira e Companhia Mineira de Ferro, decidiram utilizar o potencial da cachoeira do Salto, no rio Piracicaba a três quilômetros abaixo da cidade de Antônio Dias, construindo ali uma poderosa usina com capacidade de produzir 40 mil H. P., volume de força que será devido não somente à altura de 80 metros em que se precipitam as águas deste rio, mas também ao aproveitamento de seu afluente Caxambu.

Se iniciativas dessa ordem valem pelo arrôjo daqueles que a realizaram e pela posição de destaque em que situam o grande Estado, contudo estão muito aquém de corresponderem às imensas possibilidades oferecidas pelas suas inúmeras cachoeiras e o volume de água de seus grandes rios.

A própria Capital Mineira, até há pouco, recorria ao emprêgo do gás pobre para complemento da energia fornecida pelas citadas estações hidro-elétricas de Rio das Pedras e Marzagão, cuja produção era insuficiente.

Belo Horizonte, cresce e progride vertiginosamente. Não requer somente força e luz para uso doméstico ou o acionamento de suas indústrias e do serviço de transportes urbanos. Ali se forma um reduto de trabalho industrial de grandes proporções, com notáveis reflexos na vida econômica do país. A Companhia Força e Luz de Minas Gerais, organização que se tem salientado através de inúmeras iniciativas de vulto, inaugurará, em janeiro próximo, a usina Peti, situada no rio Santa Bárbara, no Município do mesmo nome, em condições de produzir 11.500 H. P. Situada a 64 quilômetros da Capital Mineira, será fácil avaliar o considerável reforço que assegurará demais à produção das usinas que abastecem aquela Capital.

Conhecendo a situação do Estado em relação aos problemas de energia elétrica, o Governo Mineiro não cruzou os braços. Tão pouco limitou-se a aplaudir os notáveis esforços da iniciativa particular. O Governador Benedito Valadares cuidou de levar a efeito uma série de providências — resumo de uma obra de governo visando a solução ampla e definitiva dos problemas econômicos do seu Estado mediante o aproveitamento máximo da força hidráulica existente em potencial fabuloso em todo o território mineiro.

Dentre elas, sobressale notar a iniciativa confiada ao espírito empreendedor do seu antigo e brilhante Secretário da Agricultura, o laureado engenheiro civil e de minas, Israel Pinheiro, atual Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; o projeto de construção, nas proximidades de Belo Horizonte, da Cidade Industrial de Minas Gerais. O dinâmico engenheiro, auxiliado por vários técnicos, idealizou um plano magnífico, do qual só existe similar na Austrália. A extensão territorial destinada àquele grande centro fabril é de 250 hectares, cujo terreno será arrendado, por preço ínfimo, às empresas que ali desejarem instalar indústrias novas. O sistema econômico da distribuição da energia elétrica difere originalmente do em vigor em todo o país — custo mais barato para os maiores consumidores — uma vez que a taxa de consumo de energia elétrica ali dependerá unicamente do valor que ele representar no custo da produção. O Governo Mineiro, no cumprimento do plano do seu grande Secretário, determinou fôsse imediatamente aproveitada a cachoeira do Gafanhoto, no rio Pará, município de Divinópolis, para que esta energia fôsse aplicada na Cidade Industrial. Assim, ainda êste ano será inaugurada a usina, com três turbinas que produzirão 20 mil e 600 H. P. A ampliação dessa força se tornará possível desde que sejam aproveitadas outras corredeiras existentes no rio Pará.

O interessante e original é que nesse grande parque de indústrias não haverá nenhuma habitação, por quanto a vila operária sera construída entre ela e a capital mineira. As suas ruas serão cortadas pelos trilhos de um ramal de estrada de ferro destinado a satisfazer as necessidades do grande Parque Industrial, promovendo a sua ligação com a Central do Brasil. A Cidade Industrial possuirá uma grande Praça, Repartições Públicas, Telégrafo, Correio, Bancos e Casas Comerciais indispensáveis à vida diária e ao consumo das diversas indústrias a serem instaladas. Estas se auxiliarão mutuamente, promovendo o aproveitamento integral dos produtos e sub-produtos, numa verdadeira concentração de cooperativas industriais correlatas. Grande restaurante, para operários, nos moldes do SAPS, e outro, destinado a patrões, serão construídos e o plano geral já se acha em plena execução.

O projeto do Governo Mineiro, entretanto, não se circunscreve à construção da usina do Gafanhoto, cuja finalidade é restrita ao abastecimento da energia elétrica à Cidade Industrial.

A Secretaria da Agricultura do Estado, sob a direção eficiente do engenheiro civil Lucas Lopes, está levando a efeito um plano geral visando estabelecer em diversas zonas do território mineiro usinas centrais elétricas, de acôrdo com o programa traçado pelo Governador Benedito Valadares, no propósito de satisfazer, de modo mais econômico, às necessidades sempre crescentes de energia elétrica nas diferentes regiões do Estado.

Dentro do plano estabelecido acha-se em construção a Central Elétrica de cachoeira de Pai Joaquim, no rio Araguari, Município de Sacramento, destinada ao fornecimento de energia às cidades de Uberaba e Araxá, com uma potência de 8.890 K. W. Recentemente foi inaugurada

a central hidro-elétrica de Santa Maria, no rio Tícororó, Município de Grão Mogol, para abastecer a cidade de Montes Claros, com uma potência de 1.500 H. P., e, por concessão do Governo Federal, figura nos planos da Secretaria de Agricultura Mineira a construção da Central Elétrica da cachoeira do rio Pandeiros, afluente do São Francisco, em Januária, com 3.124 K. W., para fornecer luz e energia elétrica àquela Cidade, a maior em território mineiro no rio São Francisco.

Completando as grandes iniciativas públicas e particulares do passado e do presente, as novas realizações do Governador Benedito Valadares evidenciam, de um modo impressionante, o progresso econômico por que vem passando seu Estado, e, concomitantemente, o alto nível de compreensão do povo mineiro dos problemas em torno dos quais se processa a sua evolução, problemas que jamais poderiam ser resolvidos satisfatoriamente sem a contribuição inavaliável da energia elétrica.

NO PARANÁ

Deixemos o cenário montanhês da terra mineira e as excepcionais possibilidades de suas bacias hidrográficas. Perlustremos a estrada que nos leva à tranqüila região dos pinheirais altivos e desvendemos um outro cenário, onde, tanto quanto nos demais, o Estado Nacional interrompeu a monotonia da paisagem para retratá-la em movimento, posta em ação para o progresso econômico do Brasil. Em recente entrevista à imprensa, o Interventor Manuel Ribas afirmou estar o seu governo vivamente interessado em solucionar o problema de energia elétrica, adiantando que a Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, estava procedendo a estudos para o lançamento do rio Capivari, em Praia, para as vertentes próximas a Antonina, visando com isto obter um grande potencial elétrico com que atender às necessidades do consumo de Antonina, Curitiba, e outras cidades do litoral paranaense.

Ainda no Paraná vamos encontrar, na localidade de Monte Alegre, um dos maiores empreendimentos industriais já tentados em nosso país.

Aproveitando as reservas hidráulicas da cachoeira do Salto Mauá, sobre o rio Tibagi, uma grande iniciativa particular, levada a efeito pelo arrôjo da firma Indústrias Klabin do Paraná de Papel e Celulose S. A. e prestigiada pelo Governo Nacional, está erguendo os fundamentos de uma central elétrica de 32 mil H. P. e três poderosas turbinas, para assegurar o fornecimento de energia elétrica em quantidade suficiente ao acionamento da maior fábrica de papel e celulose da América do Sul que ali está sendo instalada. Para tanto, foi necessário que o engenheiro Luís Vieira, uma das mais altas expressões da engenharia pesada no Brasil e atualmente a serviço daquela organização, empreendesse uma obra de titã: desviou o curso do rio caudaloso para fora do seu álveo e, no trecho onde o Tibagi defronta o salto do Mauá, apresenta uma largura de 270 metros transcorrendo em leito todo êle de rocha, fêz erguer uma barragem de mais de 400 metros de comprimento, com uma altura máxima de 20 metros. A casa das turbinas fica situada na base do antigo salto, justamente onde o rio foi desviado.

A contribuição hidráulica ao grande empreendimento não está somente circunscrita ao seu aproveitamento para produção da energia elétrica. A questão da água, numa fábrica de papel e celulose nessas condições, é importantíssima. O processo de depuração e lavagem do papel, só ele, requer o consumo de 1.200 litros por segundo. Uma outra barragem, de 15 metros de altura, destinada à captação de água, teve, por conseguinte, de ser erguida sobre o rio Harmonia, afluente do Tibagi. Nesse esforço realizador, estão sendo invertidos nada menos de 200 milhões de cruzeiros, de cuja aplicação resultará uma obra destinada a revolucionar o panorama econômico do Estado sulino.

Monte Alegre, graças à iniciativa arrojada dos irmãos Klabin e à incomum capacidade realizadora e eficiência técnica do notável engenheiro Luís Vieira, transformou-se como por milagre. Num abrir e fechar de olhos, uma pequena fazenda de 200 habitantes transmudou-se em uma cidade de 8.000 almas, com mais de 500 casas, quatro hotéis, cinco escolas, três farmácias e assistência médica permanente.

Os seguintes dados técnicos exprimem o vulto do empreendimento:

A fábrica de papel para imprensa e celulose absorverá um volume diário de 1.020 metros cúbicos de madeira. Dêsses, 540 serão aproveitados no preparo da celulose propriamente dita e os 480 restantes na produção da pasta mecânica. Esta é a fibra da madeira, que, separada de sua parte lenhosa, vai produzir, finalmente, a celulose, o cartão e o papel de imprensa.

Dependendo o suprimento de combustível, sobretudo, de uma questão de transporte e a lenha tende a ser encontrada cada vez mais distante do local em que se acham as fábricas, a Companhia está promovendo o plantio de uma floresta de um milhão de pés de eucaliptos. Além do eucalipto, indispensável ao acionamento das enormes caldeiras da fábrica, figura no programa dêsse imenso parque de sevicultura uma plantação de 3 milhões de pinheiros, produção que não inclui as disponibilidades das reservas naturais do parque silvestre, orçadas na base de 42 mil toneladas para um período de 20 anos. Prevendo o escasseamento futuro dêsse reservatório florestal, a Indústrias Klabin do Paraná de Papel e Celulose S. A., apressou-se em promover, desde já, o seu reflorestamento, em condições que lhe permitirão atingir a níveis de produção superiores àquele com o qual iniciará o seu largo programa industrial.

Ao visitar esta fábrica e as usinas hidro-elétricas, o Presidente Vargas não escondeu o seu entusiasmo pelo vulto do empreendimento. Reconhecendo-lhe a importância e aplaudindo o espírito de iniciativa dos que se acham à frente de projeto tão gigantesco, S. Excia. dentro da orientação que sempre presidiu o seu govêrno vem dispensando tôdas as facilidades ao alcance dos diversos órgãos técnicos da administração federal, por considerar esta obra uma das mais fortes e agigantadas contribuições de uma empresa particular para a concretização de seu programa relativo ao solucionamento dos problemas econômicos do Brasil, neste alvorecer de uma nova era de riqueza industrial para a Nação.

Contudo o empreendimento da firma Klabin Ltda. tem em mira um objetivo determinado, qual o de aparelhar de força e luz e abastecer de

água a primeira fábrica de celulose do Brasil. Eis porque não estaria completo o nosso estudo se guardássemos silêncio em torno das notáveis realizações da Companhia Fôrça e Luz do Paraná. Prevendo, no curso dos dois próximos anos, o aumento considerável do consumo de energia elétrica para a indústria e determinados serviços públicos paranaenses, essa empresa, arcando com as inúmeras dificuldades atuais de aquisição no estrangeiro, de materiais e máquinas, está ampliando o potencial da usina de Chaminé, no rio S. João, município de S. João dos Pinhais, a 55 quilômetros da Capital do Estado. Dêse modo, a população de Curitiba e o seu próspero parque industrial, por ela abastecidos, contarão brevemente com um terceiro grupo gerador, além dos dois existentes que produzem 4.000 K. W. cada um.

O novo equipamento será constituído de uma turbina hidráulica de 5.550 H. P. e um alternador de 4 mil K. W. com uma frequência de 60 ciclos e demais acessórios e pertences.

Iniciativas de tamanho vulto valem a nossa referência e impõem a nossa admiração. Evidenciam o valioso concurso que prestam à coletividade e atestam meridianamente o surto de progresso econômico de cada uma das unidades federadas ao sôpro renovador da política administrativa do Governo Nacional.

EM GOIÁS

“Eldorado” dos pioneiros desta nova cruzada de recuperação do oeste, o Estado de Goiás domina o cenário geográfico do Brasil dos altiplanos em que se estende, para evidenciar ao país, no curto espaço de três lustros, o quanto pode realizar o trabalho persistente e patriótico a serviço dos interesses da nacionalidade. A política do Governo Federal, sãbiamente interpretada pela Administração do Estado, resultou em projetá-lo como um dos mais fortes valores econômicos do país, um dos seus maiores reservatórios de riqueza. Goiás não é somente uma famosa região pecuária, de cujo conceito apenas pudesse fugir para representar-se como centro de mineração do ouro ou de pedras preciosas.

A fundação da Cidade de Goiânia, que imortalizou a figura impressionante de Pedro Ludovico, a cuja solenidade inaugural tive a honra de assistir como membro da representação do Governo da Bahia, desvendou aos olhos do Brasil o vasto panorama daquele planalto magnífico, onde se oculta, no seio da terra ou em meio das florestas, nos altiplanos de horizontes perdidos ou no conteúdo de suas bacias hidrográficas, todos os recursos necessários ao soerguimento e riqueza do centro oeste brasileiro.

Não nos cabe porém elaborar a monografia das suas incalculáveis reservas econômicas, sob pena de incorrermos em digressões que afetariam a linha mestra do nosso trabalho. Basta comprovar, por um exemplo, que a política de alargamento de nossas fronteiras internas, consubstanciadas na obra colonizadora e de desbravamento do oeste, realizada pelo Presidente Vargas, não tem sido vã. Goiânia, a mais nova Cidade brasileira, é uma insofismável afirmação das possibilidades do centro-

oeste do Brasil. E temos disso um testemunho evidente nas realizações que ali está levando a efeito a Companhia de Luz e Fôrça de Goiânia que há muito poucos anos havia construído a usina do rio Meia Ponte, a 4 quilômetros da Capital, com uma fôrça útil de 750 H. P. O desenvolvimento da Cidade, porém, tomou tal impulso, que esta usina não tardou se revelasse insignificante em face do progresso industrial e das necessidades de consumo de sua população. Assim, aquela empresa viu-se na contingência de estudar e projetar a construção de uma nova usina de 10 mil H. P. localizada no mesmo rio, a 80 quilômetros de Goiânia, no município de Pouso Alto, utilizando o volume hidráulico a ser represado por uma barragem de 80 metros de comprimento por 8 de altura. Temos, porém, outros exemplos significativos.

Para Goiás voltam-se iniciativas econômicas de grande envergadura, como é o caso da Companhia de Níquel Tocantins, dirigida pelo engenheiro Amintas Jacques de Moraes, recentemente incorporada com um capital de 20 milhões de cruzeiros para extrair e industrializar este minério nas possantes jazidas de Jacuba, em São José, do Tocantins, onde se encontram as maiores jazidas do Brasil. A empresa, cujas atividades foram já iniciadas, pretende alcançar uma produção diária de 200 toneladas, e em futuro próximo, 500 toneladas de níquel. Para tanto, ali construirá grandes instalações industriais, custeadas além do seu capital, pelo financiamento, obtido em parte nos Estados Unidos, de seis milhões e 500 mil dólares.

Tão poderosa engrenagem industrial, localizada numa das mais remotas regiões do país, não poderia, entretanto, movimentar-se sem que se fizesse um estudo prévio das condições locais para o aproveitamento de energia elétrica. Coube à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura realizá-lo, em trabalho que muito enaltece os seus técnicos. Próximo às grandes minas correm o rio Tocantins e os seus afluentes. Tomando as jazidas por baricentro, num raio de 30 a 40 quilômetros, aquele importante órgão do Governo Federal chegou à conclusão de que as cachoeiras existentes nesta área, em número de cinco, poderão ser aproveitadas: a cachoeira do Maciadinho, no rio Maranhão, com 1 mil H. P.; e as do rio Tocantinzinho; Cachoeira Grande, ou da Ferradura, com 10 mil H. P., e as de Fundão ou Muralha, do Macaco, e a de Taveira, com 3 mil H. P., cada uma. Uma destas, de volume de energia equivalente a 10 mil H. P., será tão depressa quanto possível, aproveitada, enquanto as demais o serão à medida que se desenvolverem os trabalhos daquela Companhia.

Releva notar que o minério de Cuba está sendo, agora, industrializado com o financiamento do *Lend Lease*, dos Estados Unidos. O teor é de cerca de 1,5% de níquel, enquanto o teor médio em níquel das jazidas de Jacuba, em São José do Tocantins, segundo estudos já realizados, apresenta uma ordem de grandeza de 4,5%.

Dêsse modo, conjugados o esforço do Governo e a iniciativa particular, em pleno coração do Brasil, teremos de assistir em breve a produção nacional de níquel atingir a coeficiente jamais alcançado e prestar ao

nosso desenvolvimento industrial, que não prescindir o consumo dêsse importante minério, a mais sólida, a mais firme e eloqüente colaboração.

O NORDESTE E AS CACHOEIRAS DE PAULO AFONSO

A mudança política que se operou no país com o advento da revolução de 1930, reformou o julgamento de que o Nordeste era o deserto irremediável, mau grado a seqüência de algumas tentativas de vultro de governos anteriores, notadamente no do Presidente Epitácio Pessoa, no sentido de amenizar-lhe o suplício das secas. Desde então, trabalho mais profícuo e persistente, de maior envergadura foi tentado. Açudes de proporções antes não atingidas e poços artesianos foram e continuam sendo erguidos em tôda uma extensão de terras imensas, calcinadas pela inclemência do sol. Estradas de rodagem investem sertão a dentro levando o conforto da civilização, nas horas de angústia, às vítimas heróicas da natureza impiedosa. E a paisagem se subverte pouco a pouco aos golpes das realizações, embora — fôrça é reconhecer — ensaiando os primeiros passos, ainda vacilantes, para solucionar de maneira feliz, os inúmeros problemas daquela região. De qualquer sorte, os libelos acerbos do gênio Euclidiano, profligando o abandono daquelas paragens, paradoxalmente tão férteis e tão adustas, encontram resposta no ruído tonitroante das máquinas que escavam a terra e rompem as caatingas na febre renovadora de abrir estradas e erguer barragens soberbas.

O esforço dantesco do homem vencer o meio hostil não estaria, contudo, completo se se julgasse bastante abrir estradas ou construir açudes, solução parcial para atenuar as sêcas e assegurar ao nordestino recursos imediatos com que resisti-las. A reabilitação do Nordeste — mais acerbamente que qualquer outro problema de adaptação do homem ao ambiente — está ligada a uma complexidade de fatores que giram menos em tôrno de um fenômeno de *adaptação*, que mesmo de *aproveitamento*. *Aproveitamento da terra e aproveitamento do homem*. Um em função do outro.

Atravessando uma grande parte da zona semi-árida, do Nordeste brasileiro, que abrange os Estados de Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, — corre o rio São Francisco, com o seu incalculável volume d'água por centenas de quilômetros através do sertão até o seu desperdício final nas praias do Atlântico. Qualquer esforço de compreensão esbarra ante o contraste: o flagelo das sêcas numa região banhada por um dos maiores rios do mundo em grandeza, importância e volume! E como se não bastasse o paradoxo — a ironia de uma natureza que, embora ingrata, reclama a intervenção do homem. "O São Francisco, como oásis no deserto, através dos sertões adustos da Bahia ao Ceará, de Pernambuco ao Piauí, é, na verdade, a terra da Promissão, e o refúgio daqueles povos assolados pela sêca prolongada e periódica", segundo o afirmou Teodoro Sampaio.

Aproveitar a terra, utilizando o rio: eis o problema. Mas o rio é ingrato, afirmam uns: o seu curso é irregular e os ciclos de cheia e vassante subvertem as condições de vida e de trabalho que imperam nas suas margens. Regularizá-lo, refreando-lhe as enchentes ou canalizando-o pa-

ra efeito de irrigações ou evitando, com a retificação artificial de suas margens, os prejuízos constantes que lhes são atribuídos, — adiantam ainda — redundaria em tarefa semelhante à de encher o tonel das Danaides. Não aceitamos o pessimismo de tais afirmações, que bem se nos assemelham ao presságio das cassandras. Que adiem a solução do problema, concordamos: mas não o condenem ao destino dos impossíveis, que este não será o do Nordeste promissor nem o dos homens de vontade firme. Nas regiões do "Far West" americano onde condições geológicas se apresentam mais desfavoráveis, obras desta espécie foram executadas com o melhor êxito. Vastas planícies desertas foram transformadas pela irrigação em campos fertilíssimos, após árduos trabalhos que, no Nordeste brasileiro, seriam em grande parte dispensáveis.

O Governo do Presidente Vargas não afina pelo diapasão dos cétricos e dos desalentados. Sabe que, se o sertanejo, desprovido de todos os recursos e meios de defesa — resiste, enfrenta e luta para vencer as inclemências da terra e do clima em que vive, não poderá haver impossíveis para quem, associando energia e coragem à ciência e à técnica, se dispõe a enfrentar os percalços geográficos que a natureza antepõe à civilização humana. Teremos disso um exemplo concreto, se nos voltarmos para o modo pelo qual o Chefe do Governo encara a utilização do potencial imenso do legendário rio, cuja principal cachoeira — a de Paulo Afonso — mereceu a sua visita, como há quase um século passado o merecera do Imperador Pedro II. A comparação, no tempo, da curiosidade de ambos os insignes dirigentes do Brasil pela portentosa catarata, vem comprovar a nossa afirmativa de que é precário e relativo contingenciarmos o *impossível* como obstáculo a qualquer empreendimento.

O Ministro Apolônio Sales, homem de idéias práticas e visão segura, soube interpretar e converter em realidade o pensamento do Presidente Getúlio Vargas. O núcleo agro-industrial do São Francisco, em Jatobá, município de Pernambuco, agora estendido ao território baiano, que o seu espírito dinâmico idealizou e instalou, foi a primeira iniciativa a rasgar horizontes amplos ao aproveitamento total das possibilidades econômicas do grande rio em função do Nordeste brasileiro.

Mas observemos o contraste de duas épocas.

Na manhã de 20 de outubro de 1859, Paulo Afonso empolgou os olhos maravilhados do soberano, que lhe soube reconhecer a beleza e a força indômita do espetáculo natural. A época porém não permitiu que sua visão de governante fôsse além e lhe emprestasse o elevado sentido econômico de reservatório de energia elétrica. Tanto assim que o poeta baiano, o Barão de Vila da Barra, exacerbando o seu lirismo ao gosto de agradar o Imperador, seu companheiro de excursão turística, não fez senão tecer elegias ao cenário que aos seus olhos se desvendou.

A passagem do venerando Monarca pelas cachoeiras de Paulo Afonso, ficou assinalada pelo tempo em fora por um monumento de alvenaria contendo larga placa de bronze, com significativa inscrição, ali mandado erigir pelo Dr. Manuel Pinto de Sousa Dantas, quando presidente da Província de Alagoas, em 1869. Dessa visita, entretanto, adveio mais tarde, imenso benefício para aquela região: a construção da ferrovia de

Piranhas a Jatobá, que passou a servir uma larga extensão marginal do São Francisco onde a navegação é impraticável.

O "grito que o estrondo das águas abafava, impedindo que o céu lhe conhecesse as mágoas", segundo a imagem do poeta baiano João de Brito, este porém precisou de quase um século para ser escutado. O legendário Opara, como ao São Francisco denominavam os íncolas, arrastou as suas águas até os nossos dias com a mesma selvagem insubmissão que os seus descobridores depararam a 3 de outubro de 1501. Rio que a poesia inflamada de Castro Alves não pôde senão pintá-lo com toda a melancolia de um rio triste; um rio que ainda estava por cumprir a sua grande missão civilizadora; que não encontrara o seu verdadeiro destino social e econômico, apesar de oferecer à imaginação do poeta alternativas de belezas naturais, como a de Paulo Afonso, a que tão bem soube emprestar o vigor e o colorido do seu estro. Classificando-o como o Nilo brasileiro, fica-se em dúvida se a paráfrase atinge ao espetáculo suntuoso da natureza, com a sua fabulosa massa líquida a cruzar o deserto, ou se vai além, para sugerir a imagem melancólica das populações ribeirinhas de suas margens sujeitas, como o são, aos mais baixos padrões de vida e de trabalho e sem a menor expressão econômica.

Somente quase um século depois, é que o rio e a cachoeira assumiram uma fisionomia diferente, sem prejuízo, entretanto, dos painéis ornamentais com que a retórica e a poesia os consagraram.

Retomemos o curso de nossa exposição para uma análise mais demorada da famosa cachoeira, agora não mais sob o prisma de um caleidoscópio literário, mas à luz dos panoramas concretos, em que o volume de suas águas é apreciado pela capacidade de produzir um máximo de 500 mil K. W., de energia e a força de sua queda, descrita por um desnível de 80 metros no curso de 2 quilômetros, na vasante do rio, onde o volume de descarga, na maior estiagem — segundo a escala durante muitos anos observada em Joazeiro — corresponde a 1.000 metros cúbicos por segundo. Assim, nos estaremos colocando em plano idêntico ao de onde a visão prática do Presidente Vargas descortinou as possibilidades econômicas que ali se ofereciam para a reabilitação do Nordeste brasileiro e a sua conseqüente transformação em centro industrial de largas proporções.

Não poderíamos, de nenhum modo, medir o esforço realizador do Governo Nacional em relação ao aproveitamento hidro-elétrico do São Francisco sem antes atentar para as condições naturais e de técnica às quais o projeto se subordina.

Paulo Afonso, situada a 310 quilômetros acima da foz do rio, no limite dos Estados de Alagoas e Bahia, dista de Maceió cerca de 270 quilômetros, de Aracaju, 200 quilômetros e de Recife, aproximadamente, 400 quilômetros. Está ligada à cidade do Salvador pela magnífica rodovia turística Cipó-Paulo Afonso

Estrada de primeira ordem, desfilando pelas caatingas desertas, por ela tivemos ocasião de visitar as cachoeiras, quando, em junho de 1941, o ex-Interventor Landolfo Alves, compareceu pessoalmente à inauguração de um dos seus maiores trechos.

As cataratas localizam-se, pois, na zona semi-árida do Nordeste

brasileiro, embora próxima do seu limite com a zona chuvosa e agrícola do litoral e dos terrenos de transição muito favoráveis à cotonicultura. Envolve-a a paisagem a que se afeiçoa toda a região: taboleiros despídos de caatingas, abeirando-se aos contornos de granito que se erguem nas suas proximidades, qual muralhas enormes a sustentar e guardar a massa líquida, onde ressalta a vegetação típica do Nordeste.

Ao atingir o extremo do planalto de onde as águas do S. Francisco começam a precipitar o seu curso, pelos sucessivos acidentes topográficos que se lhe leparam e antes de se despenhar nas cachoeiras de Paulo Afonso, o rio ramifica-se em três grandes braços e inúmeros canais naturais que se ligam entre si numa extensão de légua e meia e formam uma quantidade apreciável de ilhas.

Alguns destes canais são perenes, enquanto outros secam nas vassantes. Do lado baiano, os mais importantes são os da Tapera, da Salina e o do Capuxu. Constituem estes um auxílio natural ao aproveitamento da queda, pois alguns deles são escavados na rocha viva, que reponta por toda a parte.

Para eles voltaram as suas vistas os técnicos do Ministério da Agricultura que julgaram acertado elaborar um projeto definitivo pelo qual será procedido, antes de qualquer outro, o aproveitamento das águas do braço do Capuxu, no Estado da Bahia, dadas as melhores condições técnicas, topográficas e econômicas por ele oferecidas para a construção de uma barragem de quatro metros de altura por 77 metros de comprimento. Aproveitando o seu trecho mais acidentado, com um desnível de 55 metros de queda abrupta e vertical, será possível utilizar ao máximo o volume de suas águas. Preliminarmente, realizar-se-á o rebaixamento de seu leito, afim de assegurar de futuro o máximo de rendimento de força motriz à grande Central Elétrica que ali se erguerá, com capacidade de 100 mil K. W.

Enquanto isto, os técnicos da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura continuarão estudando as possibilidades totais do aproveitamento das cachoeiras de Paulo Afonso, as quais, reunidas, se elevam a um poder de captação de mais de 400 mil K. W.

Não obstante a grande extensão de linhas transmissoras que a localização das cachoeiras de Paulo Afonso — nesse caso a queda do braço do Capuxu — exigem para o abastecimento dos Estados vizinhos e seus respectivos centros de população e parques industriais, o projeto em apreço não oferece grandes dificuldades. Os entraves de ordem econômica, mesmo esses serão removidos com a incorporação de capitais quotizados pelos Governos dos Estados vizinhos, os quais participarão do custeio inicial das obras de transmissão, sem propósito de lucro direto ou imediato, visto como o raio de ação da potência hidro-elétrica de Paulo Afonso se estende aos Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, o Nordeste da Bahia e o Sul do Ceará e da Paraíba. Participando agora do custo das obras em forma de subvenção, os Governos Estaduais do Nordeste estarão facilitando enormemente o surgimento de indústrias básicas em toda a região, como sejam as do magnésio, com os minérios cearense e bahiano; do alumínio, com a bauxita do médio São Francisco; da soda

cáustica, com o salgema sergipano; e as do ácido-nítrico e nitratos sintéticos; a de fixação do azoto atmosférico; ferro-ligas; cimento; tecidos e inúmeras indústrias que se desenvolverão no Nordeste.

Com o prosseguimento do plano em geral, que objetivará a utilização gradativa de todo o potencial hidráulico do São Francisco, será constituída uma sociedade por ações, da qual o Governo Federal será o maior acionista, nos moldes das emprêsas paraestatais, cujas finalidades serão atingidas com a captação total da energia das cachoeiras e o beneficiamento de tôda a região tributária do São Francisco, para o que disporá de um capital desde já avaliado em 400 milhões de cruzeiros.

Ao considerarmos Paulo Afonso sob o prisma econômico, como centro de gravitação de tôdas as atividades industriais e agrícolas do Nordeste brasileiro; ao antevermos a era de enriquecimento e progresso de uma região imensa pela sua amplitude territorial e pelas suas possibilidades naturais não poderemos esquecer o nome de Delmiro Gouveia, aquêle a quem se cognominou — “o Rei do Sertão”. Há mais de 40 anos surgiu esta figura — símbolo de uma raça — a concentrar, no arrôjo de suas concepções e na firmeza com que pretendia executá-las, a energia, a coragem, a persistência do caboclo nordestino. Dêle, que tão bem soube dignificar a figura do sertanejo, se poderia dizer mais — repetindo a afirmação de Euclides da Cunha ao esboçar o perfil do homem da caatinga: que Delmiro Gouveia “foi antes de tudo um forte”. E nem poderia deixar de sê-lo, o homem que, no alto sertão alagoano — quando o aproveitamento da fôrça hidráulica de Paulo Afonso parecia a miragem perdida no deserto — ali ergueu, ao pé do abismo, distante dêle apenas 30 metros — uma usina de captação de energia elétrica para abastecer a fábrica de linhas que a sua vontade indomável planejou e construiu. E a fábrica tem a sua história. Narrativa em que há drama, romance e epopéia. Nela sobressai um personagem, que reclama um biógrafo para exaltar-lhe o heroísmo, sua memorável realização industrial, que aguarda o pronunciamento da posteridade para fazer-lhe justiça.

Espírito combativo por excelência, acabara Delmiro Gouveia de abandonar o Recife, onde as lutas políticas o incompatibilizaram e empobreceram. O comércio de peles nos sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e, até, nas plagas remotas do Rio Grande do Norte e Piauí, restituiu-lhe a fortuna que êle aplicou na aquisição das terras marginais de Paulo Afonso. O seu acurado senso de negócios e aguda perspicácia levaram-no a medir a extensão das possibilidades que se ocultavam nas cachoeiras. Firmou-se em Pedra, pequenina estação ferroviária perdida na paisagem agreste e nua do sertão alagoano situada à pequena distância das cataratas. Nem habitantes, nem qualquer sinal de atividade humana pontilhavam o cenário adusto. A inteligência empreendedora de Delmiro Gouveia julgou, porém, acertado ali instalar a fábrica de linhas que trazia em mente. A fôrça hidráulica de Paulo Afonso seria utilizada para mover-lhe as turbinas e os teares. Cabos adutores de cobre, sustidos por 300 postes intercalados de 70 a 70 metros no percurso dos 23 quilômetros que medeiam a localidade das Cachoeiras transportavam a energia elétrica produzida nesta última. E Pedra transformou-se por en-

canto. Onde outrora se alargava o deserto surgiu um grande centro industrial, dispendo de completo equipamento para atender às atividades fabris a que se destinara, e de uma vila operária construída de acôrdo com os mais aprimorados métodos que hoje inspiram a organização do trabalho e de todos os recursos da técnica e confôrto modernos, como iluminação elétrica, abastecimento de água, rêdes de exgotos, teatro, "skating rink", imprensa — o "Correio de Pedra", etc. Era a primeira tentativa de aproveitar como operário, no seu próprio "habitat", o caboclo nordestino. E a primeira experiência real de industrialização do Nordeste brasileiro.

A Empresa de linhas, sob a direção de seu fundador, não tardou a prosperar, conquistando os seus produtos a preferência dos mercados nacionais e estrangeiros. Êxito tão imprevisto e surpreendente estimulou a inveja de seus inimigos. E a conspiração criminosa logrou, por fim, alcançar os seus intentos.

Certa noite do ano de 1917, quando Delmiro Gouveia gozava as suas horas de lazer no alpendre de sua residência, foi atingido traiçoeiramente por três tiros certos, partidos da sombra de mãos de três ignóbeis cangaceiros que, a cinco metros de distância, lhe vararam o coração. O forte sertanejo num último arranco, levantou-se, pediu as armas, mas, sentindo-se desfalecer, exclamou: "Mataram-me!" E, afogado em sangue, caiu para não mais se erguer. Foi assim que desapareceu trágicamente aquêle arrojado batalhador. Demoliu-se a casa em que êle morreu e no próprio solo onde caiu exangue, seus amigos ergueram singelo monumento. No branco mármore do pedestal gravaram sentidas palavras, que compelem o viandante, que as lê, a recolher-se em profunda meditação e pensar naquela agitada existência que tão grandes projetos concebeu e realizou.

Espírito avançado, inteligência de pioneiro, reverencio neste instante a memória do sertanejo ousado que jamais amou outras plagas que as de seu Nordeste; jamais serviu a outra gente que o seu povo; jamais engrandeceu outro país senão o seu próprio. Rústico e simples, de origem humilde, a sua audácia e o seu arrôjo custaram-lhe a vida, é certo, mas lhe asseguraram o prêmio que a posteridade reserva àqueles que souberam merecê-la. O seu nome vive hoje na lembrança de todos os brasileiros que aprenderam a admirar os seus efeitos e designa a Vila de Pedra, que êle fundou e enobreceu, Vila Delmiro, é assim, o preito com que o sertão do Nordeste consagra o pioneiro de sua industrialização, cuja figura se exalta agora, em nossos dias, diante das realizações que hoje se efetivam e das quais foi êle intemerato precursor.

Assim é que o Brasil, através de tão profícuas iniciativas, está correspondendo fielmente aos elevados objetivos que orientam a nova política administrativa do Presidente Vargas. A marcha insopitável do seu progresso, que após a terminação do conflito mundial assumirá proporções imprevisíveis, está a caminho de transformar em realidade meridiana um novo ciclo para a civilização brasileira, qual o de separar em definitivo uma era extinta de interêses exclusivistas e regionais, de uma

nova era de prosperidade que se anuncia e que, sem favor, se terá devido exclusivamente ao patriotismo e à clarividência do ínclito orientador dos destinos de nossa Pátria.

MEUS SENHORES,

Bem avisado andou o nosso Presidente em assentar as bases da eletrificação futura do Brasil. O progresso industrial, que se acentuou ao alvorecer do nosso século, assinalando um novo período na história econômica dos povos, foi gerado pela eletricidade. Sinergia maravilhosa que possivelmente esconde todo o segrêdo do mecanismo dos mundos e dos seres, ela foi a revolucionária dos mais profundos e antigos hábitos de civilização humana, reformando, com a sua fôrça, teorias científicas e destruiu, com ela, métodos de vida e sistema de trabalho.

O mundo em que vivemos tem o seu progresso acionado pela eletricidade em qualquer parte: na amplidão dos ares, como no seio da terra ou na profundez dos oceanos; nos campos de batalha, para disseminar o terror e a morte, ou nos laboratórios e hospitais, a serviço da ciência para restituir ou prolongar a vida; nos centros agitados das grandes cidades como na tranqüilidade bucólica da vida rural; nas fábricas ou no recesso dos lares. A serviço da inteligência e do conforto humanos em tôdas as suas diferentes manifestações; na música, no teatro, no cinema, na imprensa, nos centros científicos, nas indústrias, no comércio, nos transportes... a eletricidade está presente e impera em nossos dias e de tal modo colabora na satisfação de nossas mais simples ou complexas necessidades; de tal sorte se acha ligada aos nossos costumes, assegurando-nos tôda soma de conforto, que nos seria absolutamente impossível prescindir-la !

O Brasil, com as suas reservas de fôrça hidráulica incalculáveis e colocá-lo em situação privilegiada em relação aos demais países do mundo, deverá aparelhar-se para enfrentar os acontecimentos do futuro e as imprevisíveis responsabilidades econômicas, notadamente no setor industrial, que lhe estão reservadas.

Para tanto, e considerando ainda o insopitável desenvolvimento de nossas atividades econômicas no presente, seria indispensável e oportuno concretizar uma das maiores aspirações nacionais — a criação do Ministério de Minas e Energia. Esta iniciativa arremataria as grandiosas realizações do Presidente Vargas no setor do aproveitamento das bacias hidrográficas brasileiras para a produção de energia elétrica. Traçaria caminhos decisivos pelos quais o Brasil se elevaria ao plano das grandes potências, a que êle faz jus pela sua inigualável riqueza e que agora, mais do que nunca, o faz por merecer, conduzido pela sabedoria de seu Grande Presidente e legítimo pioneiro, que lhe vem desbravando os caminhos e traçando os rumos de sua civilização, de seu progresso econômico e de seu crescente prestígio no consenso dos povos e no respeito das Nações.

NOTAS E COMENTARIOS

ACONTECIMENTOS DE IMPORTANCIA OCORRIDOS NO MÊS DE MAIO

1 — *Dia do Trabalho* — No dia 1.º, comemorou-se, em todo o país, com várias festividades cívicas, o Dia do Trabalho, tendo o Presidente Getúlio Vargas pronunciado, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, importante discurso, de grande significação social e política para o país e que vai publicado nas primeiras páginas desta Revista. O Presidente da República foi alvo, na capital paulista, das mais inequívocas demonstrações de admiração e solidariedade e, durante sua permanência ali, visitou várias obras que o Estado realiza e presidiu à cerimônia do lançamento da pedra fundamental do Palácio de Engenharia e Indústria.

2 — *Navios para a nossa frota mercante* — Noticiou a imprensa local, no dia 2, que o Lóide Brasileiro, aparelhando-se para enfrentar as exigências de um tráfego marítimo intenso, havia assinado um contrato com a Canadian Vickers Limited, de Montreal, Canadá, para a construção de 4 modernos navios de transporte, de 4.450 toneladas cada um, pelo preço total de Cr\$ 79.000.000,00.

3 — *Incorporação ao patrimônio nacional* — O Presidente da República assinou, no dia 2, um decreto incorporando ao Patrimônio Nacional a firma Dahne, Conceição & Cia. e suas subsidiárias, visto a mesma, como contratante de obras e serviços de interesse público, ter-se declarado, por via de dificuldades financeiras, impossibilitada de prosseguir na execução dessas obras e serviços.

4 — *Serviço de lucros extraordinários* — O Presidente da República assinou, no dia 2, um decreto, criando o Serviço de Lucros Extraordinários na Divisão do Imposto de Renda.

5 — *Terceiro aniversário da Justiça do Trabalho* — Sob a presidência de honra do Ministro Marcondes Filho, realizou-se, no dia 4, no Conselho Nacional do Trabalho, solene sessão para comemorar o 3.º aniversário da instalação da Justiça do Trabalho.

6 — *Falecimento do Embaixador Rodrigues Alves* — Em consequência de um derramamento cerebral, ocorrido dias antes, faleceu, no dia 6, em Buenos Aires, onde exercia a importante missão de representante do Brasil, o Embaixador Rodrigues Alves, uma das mais destacadas figuras da nossa diplomacia.

7 — *Dia de Caxias* — No dia 7, foi comemorado, em tôdas as guarnições militares do país, o "Dia de Caxias", patrono do nosso exército.

8 — *Sindicalização rural* — No dia 10, o Presidente da República

assinou um decreto, aprovando o ante-projeto de Estatuto do Trabalhador Rural, o qual, durante 90 dias após publicado no "Diário Oficial", receberá sugestões das partes interessadas.

9 — *Homenagem do Brasil ao Embaixador Rodrigues Alves* — A bordo do cruzador "La Argentina", chegou, no dia 12, a esta capital, o corpo do Embaixador Rodrigues Alves, sendo-lhe tributadas as mais expressivas homenagens pelo povo e govêrno brasileiros, tendo o Presidente da República decretado luto oficial.

10 — *Regressa ao país o Embaixador Sousa Dantas* — A bordo do navio português "Colonial", chegou a esta capital, no dia 12, o Embaixador Sousa Dantas, acompanhado dos demais funcionários da embaixada do Brasil na França, e que sofreu longo cativeiro em Godsberg, Alemanha, para onde o levaram os alemães, quando ocuparam todo o território metropolitano daquele país.

11 — *Quinta-coluna na fronteira sul* — De regresso de viagem de inspeção às bases aéreas e aeroportos do sul do país, o Ministro da Aeronáutica declarou à imprensa, no dia 13, que voltava impressionado com os boatos espalhados pela quinta-coluna, na região fronteiriça, alertando o país do perigo que a mesma representava para as boas relações que mantemos com a Argentina.

12 — *Falecimento do Dr. Moncorvo Filho* — No dia 14, faleceu, nesta capital, o Dr. Moncorvo Filho, notável pediatra brasileiro, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

13 — *Extinto o "black-out" nesta capital* — No dia 16, foi tornado público que, tendo desaparecido o perigo da campanha submarina inimiga, seria restabelecido o sistema de iluminação natural em tôda a orla da baía de Guanabara.

14 — *Contrôle do abastecimento nacional* — O Comandante Amaral Peixoto, chefe do Serviço do Abastecimento, em face do resolvido na reunião dos chefes das Comissões Estaduais de Abastecimento, realizada nesta Capital, criou, no dia 17, o Setor de Abastecimento Nacional.

15 — *Novo acadêmico* — Em movimentadíssimo pleito, realizado no dia 18, na Academia Brasileira de Letras, foi eleito o historiador Luís Edmundo para ocupar a cadeira vaga com o falecimento de Fernando Magalhães.

16 — *Centenário de Martim Afonso* — O Brasil comemorou, no dia 19, o centenário de um dos Andradas, Martim Francisco, figura eminente na Independência e na formação do Império, ocupando neste o cargo de primeiro ministro da Fazenda do Brasil. Nesta capital, o Instituto Histórico e Geográfico realizou uma sessão comemorativa, da qual foi orador oficial o Ministro Sousa Costa.

17 — *Manobras da F.E.B.* — No dia 20, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, realizaram-se, em Jericinó, exercícios da Artilharia Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria da Fôrça Expedicionária. O Presidente da República, agradecendo a saudação do General Mascarenhas de Moraes, no churrasco que lhe foi oferecido em Monte Alegre, produziu notável discurso.

18 — *Homenagem dos banqueiros ao Presidente da República* — Os presidentes e diretores de bancos e casas bancárias da capital da República, incorporados, estiveram, no dia 23, no Palácio do Catete, homenageando, nessa ocasião, o Presidente Getúlio Vargas, pela política econômica seguida pelo govêrno.

19 — *Desfile da Fôrça Expedicionária* — No dia 24, por entre aclamações gerais do povo, realizou-se imponente desfile, pela Avenida Rio Branco, da Fôrça Expedicionária Brasileira, o qual foi assistido pelo Presidente Getúlio Vargas, que pronunciou notável discurso.

20 — *Solução do litígio de limites entre o Equador e o Peru* — No dia 28, noticiaram os jornais que, devido à ação pessoal do chanceler Aranha, que apresentou uma fórmula que passou a ter o seu nome, foi definitivamente solucionado o secular litígio de limites entre o Equador e o Peru.

21 — *Acôrdo sôbre o serviço militar entre o Brasil e a Inglaterra* — Foi noticiado pela imprensa, no dia 28, que o Brasil e a Inglaterra haviam ultimado um acôrdo pelo qual os brasileiros naquele país e suas colônias e os inglêses em nosso país ficam autorizados a prestar serviço militar ou qualquer outro serviço ligado ao esforço de guerra.

22 — *Dia do estatístico* — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comemorou, no dia 30, o "Dia do Estatístico", indo seus membros, incorporados, ao Palácio do Catete, onde prestaram ao Presidente Getúlio Vargas expressiva homenagem.



POR QUE A IMIGRAÇÃO ALEMA NÃO INTERESSA AO BRASIL

A Alemanha sempre foi imperialista. O fenômeno de expansão não pode ser tido apenas como característica do nazismo. A História está cheia de revelações das tendências expansionistas do Reich, por falta de espaço vital, por falta de matérias primas, por ambições várias e seculares, tudo justificando os fins ou objetivos do domínio, de conquista.

Não se haviam ainda estruturado os "slogans" do nazismo e antes de 1914 já havia, em certas casas de Blumenau, taboletas que diziam: "É proibida a entrada de brasileiro e de cachorro". Era o racismo com suas incongruências e insolências.

Bons e mansos quando estão por baixo, alemães e outros tipos se tornam audaciosos e perigosos quando se presumem com fôrça. E sempre abusaram de nossa hospitalidade.

O nacional-socialismo, contudo, nos últimos tempos, animou intensa e extensamente o desenvolvimento do espírito de germanidade.

No Brasil se conhece o papel de Reinhard Maack a levantar o espírito alemão e a trabalhar no sentido de que os brasileiros, filhos de alemães se fizessem alemães.

E o trabalho nesse sentido tomou expressão tão forte, que seria teme-

roso receber, após a guerra, os súditos alemães para se enquistarem no Brasil.

Para mostrar como uma consciência se deve ter firmado, em condições de barrar a penetração alemã no Brasil, será curioso revelar algumas passagens da mística da germanidade, na fase do nacional-socialismo.

Rudolph Hess, hoje prisioneiro inglês, em 1937 teria afirmado: "Os alemães no estrangeiro e seus descendentes se tornaram consciente ou inconscientemente pilares da germanidade..." Franz Fahnemann afirma: "As fronteiras existem nos mapas, mas não nos nossos corações", quando assentava que o alemão poderia abrir mão da cidadania, mas sem perder a nacionalidade, reclamando que todos os alemães ou descendentes deles se deveriam manter alemães.

Hans Steinacher, por sua vez, afirmava: "A comunidade alemã ultrapassa muito nossas fronteiras. Não devemos pensar em limites de Estado, quando falamos em Nação alemã".

Alfried Funke, escrevendo sobre Geografia, acentua que os alemães têm "direitos históricos na conquista do Rio Grande do Sul..."

Wilhem Bohle, em 1936, declarava enfaticamente: "Hoje sabemos e estamos convencidos de que o alemão é alemão em toda parte".

Para o povo alemão não importa que se assumam compromissos. É fácil, como deram tantas provas nesta guerra, deixar de cumpri-los. Daí o critério que lhes parece de menos: naturalizar-se para ter a cidadania em outro Estado. O *jus sanguinis*, no tempo, há de assegurar-lhe o direito de ser alemão. E enquanto isso não ocorre, que mal haverá, — não de eles assim pensarem, — em se fazer brasileiro ou americano ou chinês?

A imigração, pois, não nos serve. Essa gente entra aqui com a proteção do Estado. Recebe favores de toda ordem, desfrutando um clima de liberdade que não existe no seu país de origem e depois deverá, segundo seus doutrinadores, manter-se alemã, colaborando para que seus descendentes se mantenham alemães!

Na verdade, os neo-brasileiros do Estado do Sul muito cooperaram para nosso progresso e já deram grandes brasileiros. Mas, de seu espírito e de suas tendências, quem nos dá informes hoje são os seus líderes europeus. De nenhum modo, pois, nos herá interessante permitir que ádvenas alemães passem o Atlântico para se agregarem à nossa Terra.

Os do passado, mesmo com o sentido latente da germanidade, deram alguma coisa para o engrandecimento do Brasil. Os novos estarão eivados e minados de aspirações de enquistamento, com as veleidades de constituírem "minorias", e, ainda mais, de reavivarem os pseudo "direitos históricos". Constituem, pois, gente que não nos interessa e que deve ficar à distância!

O Conselho de Imigração, com alta sabedoria, já estabeleceu as primeiras diretrizes para se permitir a imigração para o Brasil no pós-guerra: portugueses, italianos, suíços e poucos outros.

De alemão, não precisamos por aqui!

A.N.P.

A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO COMO RAZÃO SUPREMA DO SEN- TIDO DE JUSTIÇA SOCIAL

Ainda estão no ardor dos comentários os estudos, alvitre, perspectivas e leais propósitos que, em plena guerra mundial, constituíram as sessões da Conferência do Trabalho, reunida em Filadélfia. Liberdade na iniciativa, na discussão, na troca de idéias entre representantes competentes de várias nações capazes de realizar, com boa vontade, um vasto programa de paz internacional e de justiça social, — eis o que representa, neste momento, um ato de coragem e uma revelação de que o “espírito” não há de sucumbir no desespero, como tantas vidas estão sendo sacrificadas, dentro e longe das armas em luta. E há de sobreviver a tudo, quando menos pela evidência de que não há progresso material possível sem diminuição de segurança, ou melhor, não há progresso material realizado que não exija muito mais vigilância do espírito, do que os estados anteriores da civilização. E’ certo que o progresso material — as facilidades, a abundância, a profissionalização de imensas moles humanas, a riqueza, o desenvolvimento das artes e indústrias, não suprem as exigências morais da vida social, — antes agravam-nas sob a ameaça de catástrofes devastadoras. Ao lado disto, o fato de que uma nação pode tomar a iniciativa de um cataclisma universal e muitas nações não o podem evitar antes de imensos desastres, parece estar indicando, mais do que nunca, a necessidade de um órgão internacional que reduza o perigo social daquela iniciativa e fortaleça a segurança humana das nações suscetíveis de sofrer as suas conseqüências. Sem dúvida, há muito trabalho para êsse fim. Até porque, segundo as aparências, é dentro dêsse “estilo” de iniciativa que pode o mundo vir a sofrer, dora avante, novos cataclismas. Como, todavia, nada é aí capaz de alguma eficiência sem a base de alguns postulados comuns, vai-se renunciando, cada dia mais, que, em nossos dias, êsse lastro não poderá ser estranho ao problema agudo da justiça social concretizado na sua apresentação do momento: *a justiça, antes de tudo, para os que estão padecendo de injustiça, — a igualdade, em primeiro lugar, para os que estão comprimidos pela desigualdade.* Assim, o problema tem que descer do sentido geral, para uma expressão histórica e palpitante. Há de assentar nisto a diferença fundamental entre a Liga das Nações e a Conferência Internacional do Trabalho: a primeira, dolorosamente bifurcada entre os modos de pensar e os modos de agir, — êstes, os mesmos da velha política, e aquêles, perdidos em discussões dialéticas, — morreu impotente e desacreditada; a segunda, de frente contra a outra, nasce com o firme programa de “identificar a sua finalidade com o estudo e a aplicação de normas ético-jurídicas de proteção aos agentes humanos criadores da riqueza”, — afirmou o Dr. Luís Augusto do Rêgo Monteiro, Delegado Governamental do Brasil à 26.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Filadélfia, — durante a reunião plenária de 25 de abril de 1944.

Comentamos ligeiramente...

Os velhos leitores dos brilhantes comentários de Carlos de Laet não

de lembrar-se do que êle escreveu sôbre a Conferência de Haia, na qual foi negado o direito de voto e discussão ao “único representante de uma fôrça realmente moral e internacional”, — o Papa, sob a alegação de que a paz era “negócio” privativo das nações potentes e Sua Santidade não estava no caso de garantir o que determinasse... O velho e sempre invencível polemista brasileiro afirmou, então, que a paz não pode ser “criada” sob o fundamento da guerra e há de ser, em qualquer tempo, função do espírito, — para o espírito mesmo.

Agora, com a bancarrota do direito da fôrça, assim de uma, como de muitas nações, para definir e assegurar a paz humana, surge do extremo oposto da vida, pela fôrça dos fatos e das idéias, o fundamento trabalhista para uma paz universal. Antes mesmo que termine a guerra, empreende-se o grande ideal, não mais com a garantia da fôrça, mas contra o primado da fôrça, em defesa dos que sofrem a pressão de mil fôrças adversas.

Se isto ainda não é um triunfo, nascido de uma provação horrível, para a causa da verdadeira justiça a que tendem milhões de corações humanos, espontaneamente, — então a tragédia não acabou. De sua parte, o nosso representante na Conferência de Filadélfia fez empenho de falar uma linguagem clara e sincera, falando, sem dúvida, por muitos milhões de brasileiros: para êle, “o problema da paz está condicionado ao problema da justiça social e ao do melhoramento das condições de vida dos indivíduos”, com primado do “Justo sôbre o oportuno imoral”, com incorporação dos povos dependentes à civilização, em oposição aberta à exploração de particulares da inferioridade de populações indígenas, para competições internacionais revoltantes, etc., etc.

Não esqueceu o nosso representante de manifestar a sua confiança nas tradições cristãs do nosso Continente. Poderia ter dito mais: graças ao sentimento de justiça que a religião cristã implanta no recesso das almas, o problema da justiça social já está, para as nações cristãs, predisposto à projeção em campo social e graças à consciência de personalidade que ela trouxe para o mundo e aí se radicou, nada poderá vencer o sentido cristão do problema trabalhista, por mais que o deturpem ideológica e interesseiramente. A justiça social não pode ser uma questão de anonimização do ser humano. A opressão não deixa de ser opressão por ser de todos. A justiça social tem que ser resolvida espiritualmente, e o cristianismo está cheio de sugestões e experiências capazes de orientá-la. O Brasil, que empreendeu sem receio de lutas, a prática jurídica da justiça social, só encontrou aquiescência de uns e aceitação de outros, porque tinha o sentido cristão da vida como preparação para uma e outra cousa. Somos, ao mesmo tempo, o povo que já manifestou, ostensivamente, a sua boa vontade de tomar o sentido que deu ao problema trabalhista o eminente Leão XIII. De outra parte, não há mais espírito medianamente ilustrado e informado na questão que ainda sustente a brutal contradição de uma igualdade humana *ao mesmo tempo fatal e promovida, a todo custo e por todos os meios*, — negando-se brutalmente quando mais se afirma em iniciativas.

Não. A justiça social tem que ser promovida, constantemente esclarecida, mil vezes defendida, em todos os tempos "educada", para não perder-se em direções opostas. E só a poderão possuir de fato homens livres, conscientes, resolvidos a lutar contra si mesmos, — nunca por mera fatalidade de fatores cegos da história. O trabalho humano não é trabalho de formiga, de abelha, ou de máquinas. Tem que ser "valor" e tôdas as desordens que tem promovido em lugar de progresso, são oriundas da "desvalia" do trabalho. Enfim, a justiça social não poderá viver ou sobreviver a nenhuma revolução, se não estiver acesa e viva na consciência do próprio trabalhador, pois o explorador do trabalho não nasceu do *nada*, mas entre os que trabalham e o fenômeno se reproduzirá tôda vez que um dêles mudar de concepção moral da vida.

Afinal, tivemos ocasião, na Conferência de Filadélfia, de revelar-nos iniciadores de nosso próprio movimento trabalhista, e desta honra não há silêncio nem intriga ideológica bastante eficaz para nos destituir.

Então, graças ao Presidente Vargas, podemos, agora, comparecer em um congresso internacional para alguma coisa mais que ouvir e aplaudir inútilmente. Enfileiramo-nos entre os que promovem o progresso humano e dão orientação a outros povos.

Cabe à consciência nacional compreender e sentir o valor dêsse passo e querer ser, firmemente, o que pode ser pelas suas próprias fôrças e com a visão genial do seu Chefe.



DUAS ÉPOCAS E DOIS CHEFES

Heitor Moniz, primoroso ensaísta e jornalista consagrado, há dias escrevia em "A Noite" bem expressivo tópico, em que fazia ressaltarem certos traços comuns entre as individualidades de Pedro II e de Getúlio Vargas. E foi com muito acêrto que seu critério de psicólogo delineou as características dos dois grandes brasileiros, reconhecendo-lhes traços comuns que os aproximam, espiritual, moral e politicamente.

Não resta dúvida que o sentido humanista de ambos os vultos nacionais se identificam. Com os poucos recursos de transportes de outrora, Pedro II foi o grande itinerante do século passado, buscando entrar em contato com as populações do País, com suas regiões e problemas para atender as aspirações e solucionar questões.

Nenhum governante brasileiro, porém, alcançou em nossa vida de Nação uma tão grande fôlha de serviços à gente e à terra, como S. Excia. o Presidente Getúlio Vargas.

Por todos os recantos do Brasil, por todos os Estados, valendo-se de todos os meios de comunicações, o Chefe da Nação tem procurado conhecer diretamente os problemas do povo e da Terra, para estudo e solução em correspondência com as aspirações de progresso e de unidade da Pátria.

Se está em vilegiatura, mesmo assim o Chefe de Estado se interessa por tudo, visitando fazendas, examinando e estimulando as realizações.

No Rio, freqüentemente percorre serviços, obras e realiza visitas a centros educacionais, técnicos ou industriais.

Agora mesmo, aproveitando os lazes de um sábado, S. Excia. visita os subúrbios da Leopoldina, levando às populações dos centros operários o conforto de sua presença, pela Penha, em Ramos e outros pontos.

Como Pedro II, seu grande interêsse é o da formação da juventude. E por onde anda S. Excia. sempre está em contato com as almas juvenis, com as crianças do Brasil, acenando-lhes, com seu carinho, com seu afago e seu coração de bondade, os grandes rumos para as gerações futuras. E nas escolas da Penha ou de Olaria, na visita que lhes fêz, teve o Chefe da Nação expressões afetuosas e de estímulo às crianças, recebendo então manifestações de aprêço muito comoventes, pela pureza dos sentimentos que as inspiraram.

Faz pouco, ainda como o fazia Pedro II, o Chefe da Nação se deteve em demorada visita às Oficinas da E. F. Central do Brasil, no Engenho de Dentro. Percorreu-as demoradamente, tendo oportunidade de revelar aos técnicos e operários daquele grande parque o aprêço da Nação e de seu Chefe pela operosidade e dedicação dos patriotas que tanto cooperaram ali para o engrandecimento nacional.

As atividades sociais, assim, do Presidente Getúlio Vargas, buscando contato direto com as atividades brasileiras, ouvindo os homens e estudando a terra, fazem-no no transcurso de nossa vida nacional, a mais alta expressão de administrador e de chefe, só encontrando em Pedro II, guardadas as proporções do tempo, uma paridade a que, sem favor, sobreleva e a que se pode identificar pela tonalidade humanista e sentimental de que se revestem ambas, no engrandecimento da Pátria.

A.N.P.



IMIGRAÇÃO — ASSUNTO DE CONSTANTE ATUALIDADE

Entre os falsos pundonores fornicados entre nós pelo nosso liberalismo, — a doutrina que está morrendo sem ter jamais encontrado nenhuma dificuldade na solução dos problemas humanos, — há o prurido de uma humanidade sempre boa e detentora de inalienáveis direitos. Dêsse postulado que Rousseau assentava na Razão, declarando que o fazia com propósito alheamento dos “fatos”, nasceu o conceito de liberdade de imigração. O imigrante é “homem”. Então, abram-se-lhe as portas das nações com inteira confiança na bondade humana e respeito aos direitos do homem.

Como a vida prática tem seus “quês”, não raro êsses direitos precisaram de ser formalmente negados não apenas a certos homens naturalmente maus, porém a qualquer cidadão de determinados povos. A

Norte-América oferece, neste assunto, uma legislação variada com relação aos imigrantes de certas raças. Pratica-se por lá uma verdadeira seleção, manifestamente expressa em lei.

Muito mais ingênuos, costumamos nós tomar as idéias ao pé da letra em vez de as considerar-mos ao pé da vida. E por isto fizemos, liberalmente, do japonês um imigrante segundo o homem de Rousseau, em vez de o considerarmos segundo o Japão. Levamos a nossa ingenuidade liberal até fazer do japonês o que êle não quer ser e não é "de fato". Miguel Couto e Artur Neiva, em discursos sábios, advertiram a Nação contra o perigo amarelo. Os liberais cobriram-nos de apupos. A biologia estava atrasada para o liberalismo profético de Rousseau. Ela "ainda" se baseava nos "fatos", mas o liberalismo à Rousseau se baseava na Razão Universal. De dentro dela, podia dizer com Hegel: se os fatos não concordam com as nossas idéias, — pior para os fatos...

Mas o tempo andou e a vida prática ensinou o brasileiro a fazer mais algumas diferenças contra a nossa boa tendência para simplificar a vida segundo os livros. A' frente dos novos mestres, — era fatal, — surgiram os mesmíssimos liberais a dizerem horrores do japonês...

O Presidente Vargas os precedeu como sempre, — em idéias e ação, em experiência e iniciativa. O nosso atual Conselho de Imigração é agora um delicado aparelho de "prevenção" contra o homem de Rousseau e tomou por lema o que já José de Maistre objetara contra o romantismo humanista do século XVIII. Realmente, basta-nos o conceito cristão de "humanidade", — com suas possibilidades de bondade e maldade, de ordem e desordem, de amor e de ódio, de virtude e de vício. Daí é que estamos partindo para o sentido de fraternidade, igualdade e liberdade. O homem é "sociável", — já o dizia Vieira. Não é "necessariamente" social. E só tem direitos, porque tem deveres. Assim julgamos de nós mesmos e nossos irmãos, nossos pais, nossos amigos. Por que fantasia-ríamos nós o imigrante de Rousseau, com desvantagem para nós e os nossos ?

Essas meditações nos foram sugeridas pela resposta do nosso Conselho de Imigração ao Govêrno da Suécia sôbre a possibilidade de colocação em nosso território de imigrantes suecos. A resposta é franca, leal, como merece. Apenas o Conselho quer saber pormenores indispensáveis sôbre as capacidades dêsses imigrantes, para distribui-los e localizá-los de modo justo e eficiente.

E' preciso que se saiba o que êles podem fazer aqui. A um velho liberal pareceria isto uma restrição aos direitos do homem. Ao Estado Novo se apresenta isto como uma alta consideração aos que desejam aceitar o Brasil como pátria adotiva. O imigrante do liberalismo acabou convertido, na melhor hipótese, em "mão" de obra ou "braço" para a lavoura. O Estado Novo prefere considerá-lo um "semelhante". O Brasil não é terra devoluta, terra de ninguém, para aventuras em massa. Quer ser e há de ser uma nação culta, onde cada cidadão se define praticamente pela sua eficiência e sua colaboração para o bem comum. Daí os seus "cuidados", que são vantagens para os bons imigrantes e defesa contra

os maus. E como já o acentuava Sto. Tomás de Aquino, na Iddade Média, todo homem precisa de um mínimo material para o exercício das virtudes. O Estado Novo, então, indaga pormenorizadamente sôbre os imigrantes que desejam vir para nós em benefício dêles mesmos. E' preciso que êles encontrem aqui vantagens e segurança que lhes torne mais fácil a vida honesta, do que os riscos da ilegalidade.

E' com essa justa e louvável intenção que vem agindo, em tôdas as circunstâncias análogas, o nosso Conselho de Imigração. O seu fundamento é que, quantas mais forem as preocupações que tiver sôbre "levas" de imigrantes, tantas vantagens mais contribuirá para o bem dos bons imigrantes destinados ao Brasil.

Dos bons e dos maus ninguém disse mais nem melhor nem com mais coragem, do que o Presidente Vargas no seu memorável discurso de entrada para a Academia Brasileira de Letras.



COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO

O Presidente da República acaba de criar, como órgão complementar do Conselho de

Segurança Nacional, a Comissão de Planejamento Econômico.

Pelo disposto no artigo 4.º do decreto presidencial, a nova comissão constituir-se-á de uma Secretaria Executiva e de um conjunto de secções especiais agrupadas em dois setores: assuntos gerais e assuntos militares.

Pelos fins a que se destina, como o próprio nome indica, o novo órgão irá desempenhar funções de relevante importância na vida nacional, qual seja o de estudar e organizar os planos de ordem geral e de caráter militar, necessários à defesa nacional, do ponto de vista econômico.

Será um órgão técnico a que caberá observar e estudar, com visão de conjunto, os problemas pertinentes à segurança do país, elaborando planos e métodos cuja adoção seja aconselhável, sem excluir, é claro, a competência privativa dos ministérios para tratar dos negócios que lhes são afetos.

É, assim, mais um órgão de colaboração da Presidência da República. Os conselhos consultivos são, aliás, tradicionais na nossa história. No Império existiram em grande número. A República, porém, teve por êles verdadeira ojeriza, mas o governo Getúlio Vargas, iniciado com a revolução de 1930, reatou a velha tradição, prestigiando os órgãos coletivos de consulta, criando logo vários dêles.

Temos, assim, o Conselho do Comércio Exterior, a Comissão de Defesa Nacional, o Conselho de Segurança Nacional, os conselhos técnicos juntos a cada ministério, etc..

Prestam êsses organismos coletivos de consulta a colaboração, exce-

lente serviço pelo estudo direto e especializado que fogem aos problemas pertinentes a determinados assuntos de sua competência privativa. E o grande desenvolvimento do país, nos últimos anos, as nossas atividades que surgem cada dia, exigem medidas adequadas para a proteção dos interesses nacionais e ao mesmo tempo de garantia e estímulo para a expansão do progresso do país.

Por outro lado ainda, há que considerar as transformações que o presente conflito trouxe a tôdas as nações, alterando-lhes o ritmo de vida normal. O Brasil sentiu igualmente êsses efeitos, procurou resolver as situações novas e vai-se aparelhando convenientemente para enfrentar os sérios problemas que provávelmente advirão no após-guerra e dota, assim, a administração pública dos organismos necessários ao desempenho de suas funções.

Ainda há poucos meses criou o govêrno o Conselho Nacional de Política Industrial, como órgão de estudos e orientação da nossa política industrial, nos momentos atuais e principalmente depois da terminação da guerra. Será êle o centro coordenador e orientador dos problemas relativos à indústria nacional. E agora a criação da Comissão de Planejamento Econômico é o complemento de uma série de importantes medidas tomadas pelo Presidente da República no sentido de incentivar o desenvolvimento econômico da Nação.

F.S.J.



OS NOVOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

De um modo geral, bem justo é enaltecer a maneira compreensiva por que todos os brasileiros receberam e aplaudiram a iniciativa de se criarem territórios federais ao longo das fronteiras. Fato de natureza política, envolve, nos seus aspectos menos significativos que sejam, determinantes de um secular sentido de integração, de unidade e de aspiração patriótica.

Não há nos fatos históricos cabal certeza das razões mais altas que teriam presidido ao fenômeno de emigração, de abandono e de desinteresse por milhões de quilômetros de nossa continentalidade, arredada do convívio de nossos sentimentos, de nossas atividades e de nossos pendores. E a terra por lá demorava, semi-selvagem, quase virgem, no seu abandono, já desfeitos os anseios ou a fé de uma contemplação pelo Poder ou pelo Estado, que se limitava, na grandíssima extensão geográfica, a ser uma fração territorial pouco expressiva na imensidão de sua área ignota, lendária.

Por que deixamos o Oeste, o Norte e o Sudoeste em abandono? Que motivos mais fortes retardariam a unidade brasileira, na terra, na gente e na soberania? Para que se reservariam os tratos enormes e ricos, na uberdade do solo, na pureza dos ares, nas promessas sem fim de grandes conquistas para as maiores realizações?

Seria que o sentimento do europismo, voltando o espírito das gerações ao velho mundo de nossa originalidade transmudada, mantinha o poder de atração, de nos enclausurar apertados entre o oceano e as rampas do planalto, para, quando possível, ir viver a saudade enraizada nas almas pouco ajustadas à liberdade do Brasil ou da América?

Seria que o sertão, a hinterlândia, com seu cortejo de mistérios, teria o poder de assustar, de espantar ou de amedrontar o homem, feito raro desbravador, bandeirante, para depois se aconchegar e abandonar a conquista da gleba prodigiosa?

Que razões, que mistério, que causa teria justificado o perder-se o contato nas prossecussões de heroísmo, que as penetrações tão sagradamente enaltecidas, de tantos pioneiros, tantos bravos e denodados antepassados efetivaram?

A sociologia, fazendo do homem desde logo, no apreciar suas condições psicológicas, um ser eminentemente social, terá forma para justificar o *processus* de todos os fatos que nos teriam feito esquecer que o Brasil não é só a faixa de 1.000 kms. do oceano para o oeste, mas avança mais alguns milhares de quilômetros na sua grandiosidade.

E como tudo se fará para justificar ou recriminar, isso não importa agora.

Uma realidade já existe. O Brasil se integrou ou recompôs, buscando sua própria materialidade por se afirmar pelos confins decantados pelos poetas, mas por onde tudo nêle ou dêle parecia uma ficção. Uma alma nova vai dominar agora as extensões que perduravam sem centros de civilização; terra e gente marcarão o Brasil novo nos confins, a Leste, a Oeste, a Norte e a Sul.

Os Territórios Nacionais, na sábia lição do grande mago do Brasil de hoje, de S. Excia. o Presidente Getúlio Vargas, nasceram por imposição da necessidade de satisfazer "medida elementar de fortalecimento político e econômico". E vêm para justificar nossas mais altas aspirações, que assim se resumem: "Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro de nossos limites territoriais para fazer coincidirem as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas".

De aplausos efusivos e de vivas demonstrações de alegria, o povo do Brasil tem dado inúmeras provas pelo acerto da medida, pela sabedoria de sua inspiração.

Mas, vai muito além das expectativas o anseio de revitalizarem-se as regiões onde se estabelecem as novas unidades nacionais. Estudiosos inspiram novas criações e sugerem, por vários meios, que novos Territórios nacionais sejam estabelecidos, ao mesmo tempo em que as populações de centros vizinhos de alguns Territórios reclamam sua incorporação às unidades recém-criadas.

Esse fato ocorre com mais entusiasmo em relação aos Territórios de Ponta-Porã e de Iguassu. Vários residentes do Sul de Mato Grosso pedem sua incorporação, com suas glebas e regiões vicinárias a Ponta-Porã. Enquanto, por outro lado, numa unanimidade admirável, a popu-

lação inteira do Município de Guarapuava manifesta seu desejo de incorporação da lendária região paranaense ao Território de Foz do Iguassu.

Essas aspirações estão sendo examinadas. Mas, as finalidades que determinaram a criação dos Territórios, em sendo satisfeitas na sua composição já estabelecida, não há o propósito de se diminuir a extensão dos Estados nacionais. A medida se reclamou pelo senso patriótico, podendo estender-se sob a mesma alta inspiração, não indo, porém, ao encontro de anseios menos justificáveis.

De qualquer maneira, essas aspirações são confortadoras, pois são índices seguros de que profundamente repercutiu na consciência brasileira, o sentido nacional e elevado da criação de novos Territórios, como unidades político-econômicas de nossa comunhão. Pois o objetivo da criação de tais entidades, constitui alta aspiração para todos que sabem bem amar a Pátria: "sanear, educar, povoar".

A. N. P.



QUE DIRÃO EM FACE DISTO OS ESTRANGEIROS ?

A frase é demais conhecida. Ouviu-se mil vezes em discursos parlamentares, em tribunas de rua, em conferências de sábios, e também, nos mínimos comentários políticos, familiares, etc. Quando alguém dizia essa frase, havia um estremecimento geral. Então, chegou a ser uma espécie de medida de valores em nosso meio.

Por fas e por nefas, a frase mágica dos brios políticos vai perdendo o encanto. Ganhamos felizmente uma consciência nacional. Não giramos mais em torno de sóis europeus. Muita ilusão de desfez para mal de muitos. Mas tôda medalha tem um reverso: não podendo deixar de ter um ponto de referência para as relatividades da vida cotidiana, passamos a ser modelos de nós mesmos. Agora se diz, em lugar daquilo, outra coisa qualquer, mas aquilo não se diz mais. Freqüentes vezes citamos o Sul para exemplo do Norte, e às vezes o Norte como exemplo do Sul. A iniciativa está em tôda parte, o ideal comum reponta em forma de consciência nacional. O Brasil está convidado a ser modelo de paz, unidade, ordem, fraternidade, alegria de viver. O sentido de nossa tradição, escoimado de eruditismos e ingenuidades, começa a constituir-se em fôrça propulsiva do presente. Hierarquizam-se os valores. Organizam-se planos de construção. Em recantos pequeninos do País se pode sentir que alguma coisa começa em estilo de orquestra, para uma grande sinfonia.

O poente do saudosismo, que romantizava a nossa inteligência e debilitava a nossa coragem, perdeu o colorido da tarde. A crisálida de uma nova gente para o mundo novo desata-se de suas roupagens para galgar o espaço.

Donde nos vem tudo isto ?

Certamente, inúmeros fatores estão cooperando nessa preparação. Fatores positivos, fatores negativos, fatores remotos e fatores distantes,

fatores materiais e fatores espirituais. De modo especial, há na alma brasileira um desatamento múltiplo de complexos, uma desocupação de espaço, — digamos assim, — que, não podendo ficar vazios, são emergentemente ocupados por valores próprios, confiança em nós mesmos, esperança de nós mesmos, vontade própria. A nossa crescente inquietação, alegre e salutar, é filha, sem dúvida, em grande parte, desse desatamento espiritual que é o princípio de uma cultura. Temos sido alunos fiéis e submissos de uma tradição magnífica. Há três séculos que só nos preocupa ouvir em silêncio, reter com atenção, ensaiar com timidez. Entramos agora em provas finais de nossa aprendizagem. E onde havia de ser feito isto? — Certamente no mesmo enrêdo universal para onde toda nação de bom destino tem de ser um dia chamada, de modo imperativo, para uma função perfeitamente distinta. O Brasil vem sentindo que sua posição no mundo vai tomar uma ascendência e uma velocidade inesperadas, mas em verdade muito bem predisposta por um verdadeiro Providencialismo. Vasto, cheio de possibilidades de riqueza, generoso de alma, com um sentimento cristão de fraternidade universal, sem azedumes nem ressentimentos de fronteira, pacífico por temperamento, podendo conter folgadoamente muitíssimos milhões de homens mais do que possui, somos a terra de promessa do após-guerra.

Deus nos há de ajudar no desempenho de nossa missão de harmonia humana entre homens de boa vontade do mundo que há de vir.



A BATALHA DE TUIUTI Comemorou o Brasil, no dia 24 de maio, uma de suas grandes datas históricas, a Batalha de Tuiuti.

Assinala essa data o feito notável das armas brasileiras na grande guerra contra o ditador Solano Lopes. Foi sem dúvida a maior batalha terrestre travada no longo conflito e significou um triunfo decisivo para o nosso país. Em 24 de maio de 1866, as nossas tropas sob o comando do intrépido cabo de guerra, o General Osório, inflingiram derrota esmagadora às hostes de Solano Lopes. A figura impressionante de Osório, surgindo em tôdas as frentes de batalha, conforme atestam os historiadores, foi um dos fatores mais importantes da vitória. Entusiasmados com a sua presença e a sua coragem formidável, os soldados brasileiros atiraram-se com ardor invencível sobre os adversários, aniquilando-os implacavelmente.

Este ano, a comemoração de tão gloriosa efeméride assumiu significação de todo especial, pois o nosso país encontra-se em guerra, em virtude de ter sido ofendido em sua honra e soberania pelos atos reiterados de selvageria do nazismo sanguinário, cujos submarinos piratas afundaram traiçoeiramente nossos navios mercantes com o sacrifício da vida de centenas de brasileiros.

Durante dois anos, a colaboração do Brasil ao esforço de guerra das

Nações Unidas tem sido formidável, como o reconhecem personalidades de destacada projeção política das potências aliadas.

Sempre fomos um país pacífico, por excelência, sem pretensões imperialistas, sempre desejoso de viver em paz com as demais nações. Pela palavra de seus filhos ilustres, como Rui Barbosa, Melo Franco e outros, o Brasil se bateu pela solução amigável dos conflitos internacionais e somente recorreu às armas, quando, por outro meio, não podia ser desagradada a honra nacional ofendida. Agora, por exemplo, o Brasil reage em desafronta aos insultos e ofensas que sofreu de parte das nações do Eixo e luta para que o mundo fique livre do maior flagelo jamais conhecido pela humanidade, a tirania nazista.

A evocação dos bravos de Tuiuti é, pois, muito oportuna. As comemorações das grandes datas históricas é um dos modos de exaltação cívica do povo, trazendo sempre viva em sua alma a miragem dos antepassados e a lembrança dos grandes feitos em favor da Pátria. Forma-se, assim, a tradição histórica do povo que tem no exemplo dos seus maiores as grandes fontes de civismo, inspiradoras do patriotismo. Vão se formando e aumentando as reservas morais da coletividade, que um dia serão utilizadas, quando a Pátria exigir. O grau de energia de um povo deve ser avaliado pelas reservas cívicas e morais que possuir.

E assim, quando daqui a pouco os nossos soldados estiverem combatendo em solo europeu, terão a estimular a sua coragem e patriotismo a lembrança e o exemplo dos seus valorosos irmãos de Tuiuti, e a figura de Osório será um modelo para os comandantes que os levarão à vitória.

F. S. J.



POR QUE AUMENTAM OS PREÇOS? A guerra é, sem dúvida, uma calamidade para os povos.

Nas mais aspirações humanas, por isso, tem sido sempre considerada a possibilidade de encontrar-se uma fórmula para assegurar o progresso pacífico do gênero humano.

Não obstante, dessas calamidades sempre tem resultado certos benefícios que, de alguma forma buscam compensar o horror e a tragédia das hecatombes.

Nossa Pátria, agredida e ultrajada, foi arrastada ao conflito mundial.

Enfrentamos a situação com destemor e estamos revidando a agressão, colaborando para ferir, em seu seio a fera acuada que nos atacou traiçoeiramente.

Criou-se, assim, para nosso povo um estado de emergência em que as naturais dificuldades emanentes das crises da guerra, modelam aspectos novos no País.

Em princípio, uma intensa atividade realizadora se percebe em todos os ramos da produção, surgindo cada dia novas organizações, por toda

parte, para se satisfazerem as necessidades de nossa gente, bem como para havermos elementos para participar mais intensamente da intercooperação dos povos.

Mas, para nosso caso particular de vida, há um fenômeno, que deve merecer o melhor critério de apreciação e que deve ser considerado nas suas justas razões.

Há aumento geral de preços de todos os bens econômicos.

Será isso um bem ou um mal?

Consideremos que nossa expressão mais forte de Estado exportador se evidencia pela remessa de artigos agrícolas ao estrangeiro. A agricultura, embora estejamos em face de extraordinário progresso na industrialização é a fonte maior de nossa riqueza.

Os produtos agrícolas, contudo, sempre foram cotados a preço ínfimo, constituindo até fato de admiração geral a quase nenhuma importância que no País se dava aos produtos de hortas, de chácaras, da lavoura. Os trabalhadores agrícolas, trabalhando por sua conta ou por conta de organizações de empresas, viviam num estado de penúria e miserabilidade, quase nada se compensando do árduo trabalho de regar a terra com o suor de seu rosto queimado pela inclemência do sol.

Tais artigos, além do consumo interno, eram exportados. E a exportação rendia um mínimo em relação ao teor de energia, de perseverança e de sacrifício que se exigia para as colheitas.

Daí, uma situação que impunha um baixo nível de vida a grande parte do povo.

Crescendo o preço, grandes conseqüências são de esperar:

— aumentam os recursos para que os trabalhadores possam dispor de fundos para invertê-los no desenvolvimento de suas lavouras;

— elevam-se as condições de vida, para melhor se satisfazerem as necessidades higiênicas, técnicas, culturais e outras dos que dedicam à exploração da terra;

— animam-se os homens a entreter-se nas culturas, aproveitando suas terras para a agricultura;

— nas exportações, pode o Estado obter maior soma de divisas ou recursos para suas aquisições no estrangeiro, buscando uma justa paridade entre os bens da produção agrícola e os da produção industrial.

Eis, em rápida apreciação, o que se deve compreender como emenanências que se colhem da elevação dos preços em geral.

Entretanto, há outro aspecto. O consumidor se sente "escorchado". E se-queixa.

Com família, com responsabilidades e dificuldades, gostaria êle de ter todos os bens possíveis apenas dentro da tabela do "salário mínimo"...

Ora, convenhamos que isso seria o ideal. Mas o ideal é sempre um ideal que não deve ser atingido, para não sobrevir o desencantamento. É um rumo, uma direção, por onde devemos trilhar, sempre, sempre.

No nosso caso, é bom acentuarmos que nossos patrícios estavam habituados a viver sem fazer fôrça. A Natureza pródiga, induzia ao lazer, ao

pouco esforço. E foi por isso que não faltaram em outras épocas energúmenos, nacionais ou estrangeiros que afirmavam “no Brasil tudo é grande, menos o homem”...

Agora, a vida se faz difícil. Só pode viver quem trabalhar, — eis o imperativo do século. Tem, pois, o homem do Brasil, o dever de procurar situações que lhe assegurem e aos seus a possibilidade de subsistir.

O aumento dos preços, dentro dos limites da justiça, em face da situação que enfrentamos, resulta do mal da guerra. Mas, traz o mérito de animar o progresso nacional e de impor aos filhos do Brasil novas modalidades de conduta no sentido de se criarem uma psicologia do esforço, da realização, da vitória nas atividades de colher da terra os inestimáveis bens que ela está pronta a fornecer.

Deixemos, pois, de impor à nossa consciência os recalques que nos infirmem por vencidos. Lancemo-nos à luta, pelo trabalho honesto, profícuo, produtivo, para o bem-estar geral e perenidade de nossa Pátria.

A. N.



OS PROFESSORES SECUNDÁRIOS VÃO APELAR PARA O PRESIDENTE VARGAS

Quando um crente vem a saber que de toda parte estão

afluindo fiéis a uma dada fonte miraculosa, não levanta dúvidas sobre a veracidade do caso, mas procura meios de entrar nas peregrinações e chegar até o lugar privilegiado com a sua carga de mágoas e esperanças. O argumento seguro é a multidão. Ela não erra facilmente. E o indivíduo a segue, fazendo-a mais forte...

A vida comum do homem é sempre uma imitação de sua vida sobrenatural. Também aqui a multidão é argumento e convence. Foi confiada nisto que a classe dos professores secundários do Distrito Federal se reuniram para assinar listas infindas de nomes, destinadas a levar ao Sr. Presidente da República, em verdadeiro còro de vozes, o seu pedido de justiça, antes, de intervenção de S. Excia. no propósito em que estão de conseguir, ao menos em nome desta hora, a justiça que nunca experimentaram.

O professor secundário do Brasil se distinguiu sempre pela sua resignação. Toda a vida afanosa que leva, não teve jamais outra compensação que a de dar ao Brasil todas as suas energias para que este não retroceda, — antes, progrida sempre. Ele sabe, sem importar-se que outros o reconheçam, que o progresso do Brasil é impossível sem a contribuição do seu esforço e a sua abnegação. E esse progresso existe e não se explica sem ele, o grande anônimo da cultura nacional. E sabe mais que antes de contribuir para a Nação, tem servido muitas vezes para criar fortunas particulares de vários instituidores inteligentes e ativos, que nunca fazem propaganda dos seus estabelecimentos sem apontar, com vaidade justa, o valor do seu magistério...

Vem a talho contar-se aqui, brevemente, um caso sucedido num grande Estado do Norte. Foi isso nos tempos em que, sucedendo ser Governador do Estado um antigo professor secundário, se lembrou de ir em auxílio dos seus antigos colegas. Agindo com escrúpulo, pediu um "demonstrativo" em que fundamentasse o seu decreto. E com escândalo de toda a cidade se veio a descobrir, com estatísticas insofismáveis, que o professor secundário do Estado era a única espécie de funcionários que não tivera aumento no curso de quase quarenta anos. Ao lado dele, havia classes de funcionários aumentados até dez vezes mais nos seus vencimentos. E assim é o professor em todo o Brasil. Tudo porque muitas dezenas de anos que não se forma ambiente propício à justiça... para êle.

Surge o Estado Novo e inicia a grande campanha da justiça social, a começar pelos menos bafejados pela sorte. Nessa longa jornada, cheia de percalços contra as iniquidades consumadas e consentidas pelos hábitos e idéias passadas, surgiu para o professor secundário, — o grande resignado de todos os tempos, um ensejo de alegar os seus direitos mais elementares, *como o de sustentar uma família e poder dar aos filhos as vantagens que reparte a granel com os filhos dos outros*. Foi preciso que houvesse um mundo de acontecimentos, para que essa alegação fôsse possível e as esperanças do magistério secundário fôssem exequíveis.

O Presidente Vargas já lhes acenou com o seu sorriso amigo. A classe está confiada, serenamente confiada no homem que, para fazer justiça, ainda não recuou um passo. — Tem-nos dado com energia.



AS CAIXAS ECONÔMICAS NO ESTADO NACIONAL

No interêsse de facilitar a economia popular, oferecendo margem para que se constituam fundos de reserva das famílias brasileiras; as Caixas Econômicas encontraram no regime em que vivemos seu clima. O Presidente Getúlio Vargas, com os sentimentos votados a assegurarem o bem-estar do nosso povo, estabeleceu uma legislação precisa, criou entidades direcionais e dilatou o âmbito das atividades de tais institutos.

Um Conselho Superior, com sede na Capital Federal, orienta o desenvolvimento das operações das Caixas e fiscaliza a execução das leis e regulamentos por parte delas, como órgão disciplinador e de controle que é.

Sob duas modalidades se encontram presentemente as Caixas. Uma são autônomas e outras são anexas às Delegacias Fiscais.

As Caixas Econômicas autônomas, entidades que se tornaram autárquicas, graças à legislação instituída pelo Estado Nacional, vêm prestando assinaláveis serviços à economia popular, seja por suas centrais ou agências.

São em número de oito as entidades dessa ordem que operam nos Estados. Alguns dados relativos a atuação que têm no País, dão possibilidade de verificar-se a importância de tais institutos.

Distribuindo-se pelos Estados de São Paulo, Rio G. do Sul, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal há 106 agências, as quais, com as matrizes, situadas nas sedes administrativas dessas unidades nacionais, a 31 de dezembro de 1942 haviam realizado o ativo de mais de 3 bilhões de cruzeiros. Dentre tôdas, a da Capital Federal se destaca com o montante de mais de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

Os valores disponíveis naquela data superava um bilhão de cruzeiros.

Os empréstimos simples ou hipotecários alcançavam um total de mais de um e meio bilhão, enquanto os depósitos se aproximavam de três bilhões.

O patrimônio líquido de cada entidade, salvo o da do Estado do Rio, era notável. O da Caixa Econômica do Distrito Federal era superior a Cr\$ 66.586.069,00.

Os saldos credores alcançaram mais de dez milhões de cruzeiros como total das Caixas do Distrito Federal, São Paulo, Rio G. do Sul, Paraná, e Minas Gerais, ao passo que os de Bahia, Pernambuco e Estado do Rio eram saídos devedores, mas no montante de cerca de meio milhão.

As disponibilidades no Tesouro Nacional, onde se devem recolher os fundos, era de Cr\$ 540.337.988,20 para as Caixas Econômicas das oito entidades nacionais consideradas, enquanto para as demais Caixas Econômicas que funcionam anexas às Delegacias Fiscais montava apenas a Cr\$ 85.657.275,20.

As Caixas Econômicas não autônomas, em número de 13, não têm as facilidades de movimentação que oferecem as outras. Como entidades anexas a Delegacias não dispõem dos meios para sua propagação, e para irradiação de seus negócios, sendo pensamento do Govêrno animar e estimular a organização autônoma.

As agências de Caixas Econômicas, como as cooperativas de crédito, as Caixas Reifsen e os Bancos Luzzati constituem organizações a serviço do progresso econômico nos meios rurais, pelo que o Estado tem o maior interêsse em difundi-los.

No momento, porém, as Caixas Econômicas são órgãos de grande expressão econômica no Brasil, graças à legislação uniforme que lhes outorgou o Estado Nacional, ampliando-lhes as possibilidades de negócios, o que lhes assegura um ritmo de interêsse sempre crescente pelo povo, como, também, por entidades agrícolas, comerciais e industriais.

A. P.



A VISITA DO PRESIDENTE A SÃO PAULO Herdeiro glorioso das características ráticas dos bandeirantes audazes, o povo paulista sempre que teve oportunidade soube dar ao Brasil a mais insofismável lição de patriotismo, através de manifestações espontâneas de sua alma e de seu coração. E

nunca abriu mão dessa primazia. O bandeirante moderno, que tornou o seu Estado o mais forte esteio da economia nacional, no comércio, na indústria e na agricultura, bem compreendendo os benefícios auferidos com o advento do Estado Nacional, aguardava o momento propício de prestar ao criador da moderna política brasileira as mais sinceras homenagens de seu reconhecimento.

É quando, no dia 1.º de maio, o Presidente Vargas foi em visita à capital paulista, a convite de mais de meio milhão de trabalhadores, para dirigir a palavra a eles e aos operários de todo o Brasil, o povo paulista, irmanado num mesmo pensamento, tributou-lhe a mais grandiosa manifestação já prestada ali a um homem de Estado. Ao contemplar aquele magnífico espetáculo, ao ouvir aquelas palmas entusiásticas da multidão que o aguardava para lhe dar as boas-vindas — desde a sua chegada, a que compareceram representantes de tôdas as classes, e à sua passagem pelas vias públicas até à apoteose final no Estádio do Pacaembu, — o Presidente Getúlio Vargas teve, como nunca, a convicção absoluta de que vive no coração e na confiança de seu povo.

É nesse dia significativo de 1.º de maio, consagrado em todo o mundo ao trabalho, o Presidente Vargas, que fugira ao tradicionalismo de falar da Capital da República aos trabalhadores brasileiros, obreiros anônimos da nossa riqueza e do nosso progresso, não se limitou, apenas, a fazer um discurso de palavras bonitas adequadas à data. Não. Foi categórico e preciso. Disse que a política de assistência social precisava tomar novos rumos, mais consentâneos com a realidade presente, e prometeu, perentoriamente, que uma grande reforma seria feita para enquadrar todos os institutos numa só forma de ação, fundindo-os numa só instituição de classe, acrescentando que imediatamente seriam iniciados os estudos nesse sentido.

Assim, a ida a São Paulo do Presidente Getúlio Vargas foi duplamente significativa. Deu-lhe oportunidade de, pela primeira vez, falar aos trabalhadores brasileiros da capital do grande Estado e serviu de motivo para anunciar-lhes que dias melhores hão de vir para a sua vida, com leis de amparo social mais garantidoras de seus direitos e que sirvam para melhor os amparar na velhice ou na inatividade forçada, quer por doença, quer por acidente de trabalho.

É ao regressar de São Paulo, o Presidente Getúlio Vargas, se, por um lado, trouxe a certeza de que vive no sentimento de seu povo, tanto ali como em todo o Brasil, por outro, pôde verificar o quanto é admirado e estimado pelo trabalhador brasileiro, que o seguirá confiante na grande obra de dignificação da nossa Pátria, que tão destemerosamente vem realizando.

M. C.



SELOS DE GUERRA O decreto último que dispõe sobre subscrição e venda de obrigações de guerra, apresenta umas tantas determinações em verdade merecedoras dos aplausos da simpatia

pública. Deixando de lado a circunstância, que já temos comentado de vir sàbiamente isentar a nòva lei os que percebem menos de sessenta mil cruzeiros anuais do pagamento compulsório dos "bonus" de guerra, é oportuno se encarecer o alcance da faculdade que a todos confere o último decreto de aquisição popular de selos de guerra, destinados a serem colados em mapas ou cartões que serão imediatamente trocados por títulos do mesmo valor. É essa sem dúvida, uma medida que, estimulando o jôgo das fôrças obscuras de patriotismo, dando-lhes condições da espontaneidade, consulta ainda a irregularidade de nosso espírito popular de economia, irregularidade que decorre o mais das vêzes da situação de cada pequeno orçamento individual. Noutros têrmos, as classes mais modestas poderão ocasionalmente, em benefício próprio e do país, por êsse meio, permitido em lei, concorrer para os orçamentos especiais de guerra sem somas maiores do que as porventura arrecadadas com o pagamento compulsório a que estavam até então sujeitas. Os selos de guerra valem de fato como um estímulo à economia popular precisamente por ser a sua aquisição facultativa, e a forma escolhida para tanto a mais ajustada aos hábitos do nosso povo e às constantes flutuações do orçamento mensal de todos os indivíduos pertencentes à massa menos favorecida da fortuna.



O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL Nunca tanto esforço se exigiu ao nosso trabalhador rural como na hora presente, em que cada vez mais se intensifica a campanha de produção. Entretanto, como pária à margem da realidade brasileira, êle vinha vivendo afastado das leis de amparo social, não porque o nosso Govêrno nêle não pensasse, mas porque, devido à certas circunstâncias de sua vida própria, necessário se tornava proceder a um estudo acurado sôbre a sua situação nos meios em que emprega a sua atividade. Espalhado pelo interior de nosso país, afastado dos grandes centros, o trabalhador rural esperou, por longo tempo, que fôsse chamado a cooperar, devidamente organizado em entidade de classe, na grande obra de sindicalização que se vem operando desde o advento do Estado Nacional.

Se é verdade insofismável que a nossa legislação social sôbre sindicalização é uma das mais avançadas, não só pela quantidade nacional de que se reveste satisfazendo as nossas realidades, como porque assegura, em face do Estado, um papel de órgão colaborador e executor das associações profissionais, não é menos verdade de que lhe faltava incorporar a si a grande massa de trabalhadores rurais.

A natureza especial de sua prestação de serviços dificultava a justa fixação do seu índice de vida. O Govêrno, porém, nunca descurou da solução dêste problema e tanto assim, logo que foram concluídos os estudos a que se entregou o Ministério do Trabalho, baixou o Ante-Projecto do Estatuto do Trabalhador Rural, que deverá receber sugestões dos interessados pelo espaço de 30 dias. Nesse diploma legal fica assegura-

do a todos aquêles que exerçam profissão rural, como empregador, trabalhador autônomo ou como empregado, explorando estabelecimento rural ou prestando-lhe serviços como dirigentes, parceiros, auxiliar, empreiteiro, agregado ou assalariado, constituírem-se em associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais.

Assim, não tardará o momento em que o heróico trabalhador de nossos campos, tanto mais heróico pelos feitos não só de desbravador como de forte e indomável elemento de luta contra tôdas as fôrças que lhe são adversas, terá também o seu estatuto de direitos capaz de lhe dar oportunidade de se organizar e levantar a sua voz autorizada de brasileiro e de trabalhador para a estruturação concreta da consciência nacional diretora e inspiradora das instituições.

Na grande obra política do Presidente Getúlio Vargas a cogitação de tão notável empreendimento, iniciado em oportuna ocasião, vale como o desdobramento de novas e auspiciosas perspectivas e é um aspecto a mais a enriquecer o seu vasto e significativo acervo de realizações ao Brasil.

M. C.



PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Na aplicação das disponibilidades de vinte milhões de cruzeiros reservadas no Plano de Obras e Equipamentos, no corrente exercício para o Ministério da Agricultura, foi incluído o aproveitamento hidro-elétrico da cachoeira de Paulo Afonso, do lado da Bahia, com a dotação de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros, além dos trabalhos topográficos e estudos necessários também ao aproveitamento das fontes de energia elétrica nas proximidades desta capital. Há, ainda, no caso, muitas outras aplicações da maior oportunidade para o fortalecimento da economia rural, inclusive a que diz respeito ao plano de emergência para fomento da agricultura no Distrito Federal. A exposição de motivos que consubstancia essas providências foi encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro Apolônio Sales e mereceu de S. Excia. a aprovação. E' que o desdobramento das fontes de produção de energia elétrica sempre foi olhado pelo Sr. Getúlio Vargas como um dos melhores meios de favorecer a economia do país, notadamente a rural. A permuta dos processos rotineiros de produção nos campos pelos métodos mecânicos, fatores de um rendimento muito mais lucrativo, permanece na ordem do dia dos planos e das realizações de govêrno do Presidente Vargas. Não é outro o propósito de S. Excia. ativando em todos os setores possíveis os estudos e o planejamento, como a execução de medidas que nos conduzam sempre a um crescente emprêgo da eletricidade hidráulica, de que a natureza nos dotou com prodigalidade. Energia elétrica abundante e barata, distribuída pelas maiores extensões possíveis é o que objetiva a política econômica do Chefe da Nação.

MOEDA E CÂMBIO O Brasil participará da Conferência Monetária Internacional, convocada pelo Governo dos Estados Unidos, para o dia 1.º de julho, em Britton Woods, no Estado de New Hampshire. Todas as Nações Unidas comparecerão a esse certame a que se empresta uma importância excepcional, pois o que dele se espera é nada menos do que isto: que assente as bases da política financeira internacional para o após-guerra.

Ninguém desconhece a tremenda importância das relações financeiras na vida das Nações. Tão íntimas são as ligações entre finança e economia, que, antes mesmo de assentar qualquer norma de economia, os governos tratam de encontrar uma base sólida para os problemas de moeda e de câmbio. Todos compreendem que não haverá paz duradoura, enquanto perdurarem as causas de perturbações financeiras e crises comerciais que têm causado a ruína e desespero a tantos povos, provocando a desconfiança e tornando mais áspera a competição entre Nações.

O que se espera da Conferência de Britton Woods, é que ela possa eliminar tais causas e preparar um período de entendimento financeiro entre todas as Nações, sejam ricas ou pobres, ajudando, dessa forma, a estabelecer no mundo uma época mais firme de segurança e tranquilidade baseada na cooperação.

Tais princípios têm o apoio do Brasil que fez da boa vontade a norma geral de sua conduta na vida internacional e espera que os princípios ideais do pan-americanismo se estendam a todos os povos.



EMBAIXADOR RODRIGUES ALVES No dia 6 do corrente faleceu em Buenos Aires, o chefe da nossa representação diplomática na Argentina, o Embaixador José de Paula Rodrigues Alves.

A notícia ecoou dolorosamente em nosso país e em toda a América meridional, mormente na República Argentina, onde o ilustre diplomata patricio, gozava de enorme simpatia e prestígio, tanto nos círculos diplomáticos como nas relações sociais.

Perde, assim, o Brasil, uma das grandes figuras da sua diplomacia e a quem deve relevantes serviços.

Filho do ex-Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, o Embaixador Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá, Estado de São Paulo. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, sendo também engenheiro geógrafo.

Em 1906 iniciou-se na carreira diplomática, tendo serviço como Secretário na Terceira Conferência Pan-Americana, realizada nesta Capital, sob a presidência de Joaquim Nabuco.

No ano seguinte foi designado para servir em Haia, sendo, transferido para Londres, onde permaneceu até 1913. Da capital britânica foi designado para a República Argentina, já no posto de 1.º Secretário de

Embaixada, aí ficou até 1915, quando foi removido para Estocolmo, sendo promovido a Conselheiro e Ministro residente.

Serviu depois em Pequim, Assunção, foi delegado do Brasil à 5.^a Conferência Pan-Americana, realizada em Santiago, para, em 1926, chegar ao alto posto de Embaixador e designado para Buenos Aires, onde ficou até 1931.

Chefiou depois a nossa representação diplomática no Chile, e na Itália, não tendo chegado a esse país por ter sido escolhido para chefe da Delegação Brasileira à Conferência da Paz, para a questão do Chaco, e logo a seguir, em 1936, fêz parte da Delegação do Brasil à Conferência da Consolidação da Paz, em Buenos Aires.

Finalmente, em 1938, designou-o o Govêrno para a Embaixada da República Argentina, onde permaneceu até a sua morte, secretariando, em 1942, a Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro .

O Embaixador Rodrigues Alves foi um hábil diplomata, culto e inteligente, que desempenhou as suas missões com grande eficiência.

No tocante aos assuntos americanos, principalmente, de que se ocupava, com enorme interêsse, a sua atuação foi destacada. Em Buenos Aires realizou trabalho notável no sentido de intensificar a amizade entre o Brasil e aquela Nação vizinha, e também para estreitar os laços de amizade entre os vários países do Continente.

A nobre Nação irmã recebeu consternada a notícia do seu falecimento e o Govêrno argentino fêz transportar o seu corpo para esta Capital, a bordo do cruzador "Argentina", manifestando o seu imenso pesar ao nosso Govêrno pela perda do ilustre brasileiro.

O Brasil tributou ao seu ilustre filho as mais expressivas honras, tendo o Presidente da República decretado luto nacional.

Os seus restos mortais foram recebidos pelas mais altas autoridades brasileiras, que compareceram ao Cais do Pôrto, e imensa mole de povo comprimia-se ao longo do itinerário, do cortejo fúnebre.

Levados para a Candelária, no dia seguinte foram os restos mortais do grande brasileiro levados para a capela do Cemitério de São Batista, usando da palavra vários oradores, entre os quais o chanceler Aranha, em nome do Govêrno do Brasil.

Dias depois, foram êles levados a enterrar, na sua terra natal, Guaratinguetá, acompanhando-os uma delegação de destacadas autoridades.



DESPEDIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS

Numa verdadeira apoteose cívica, em que o povo carioca, vibrando de entusiasmo, os recebeu por entre calorosos aplausos, os nossos soldados expedicionários, despedindo-se de nós, desfilaram pela

Avenida Rio Branco, depois de ouvir a palavra impregnada de patriotismo, de incentivo e coragem do Presidente Getúlio Vargas.

Esse imponente e eletrizante espetáculo de civismo, foi como que um delicado instante de emoção, no qual tôda a nossa alma brasílica aflorou em manifestações de puro amor e devotamento à Pátria.

E' que os bravos que desfilaram nesse 24 de maio, dia do legendário Osório, representavam a própria Pátria pronta para a luta na defesa dos ideais comuns. Assim, os aplausos e as flores que coroaram a passagem de cada unidade partiam da mais sincera emoção de quantos ali se encontravam, naquele momento mais significativo da história militar do Brasil.

Nunca fomos um povo de luta, de conquistas. Sempre tivemos bem alto o culto à soberania de cada povo para pensarmos em impor o domínio pela força. Esta nossa atitude, porém, nunca se confundiu com a timidez ou subserviência. Os que nos provocaram encontraram sempre, em todos os sentidos, a reação mais pronta e desassombrada. Esta vocação de dignidade, legado de nosso passado, nos leva hoje a empunhar as armas na defesa do ideal de liberdade e independência de todos os povos, ameaçados pelas hordas nazistas. Atacados pelo inimigo traiçoeiro, soubemos dar o justo castigo aos que desafiaram a soberania dos nossos mares e a integridade dos nossos cidadãos. Independente deste interesse nacional, há o ideal mais alto de tôdas as nações que se batem pela liberdade.

Esta luta pertence a todos os povos livres e a ela comparecemos com o decidido desejo de lutar e vencer. Já os nossos bravos pilotos participam das pugnas de armas nas frentes de batalha. Breve chegará a vez de nossos bravos soldados, que tão garbosos desfilaram naquele dia perante o povo, na comunhão do ideal de civismo que vive em cada coração de brasileiro.

"Só a navegação aérea pode, verdadeiramente, criar os laços internos de nossa completa unidade e acudir, com presteza e segurança, ao reclamo urgente das nossas necessidades." — (Nova Política do Brasil — Vol. IX, pág. 279).



"O Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui, equitativamente, vantagens." — (Nova Política do Brasil — Vol. IX, pág. 219).

SUMÁRIO

	Págs.
Discurso aos trabalhadores — <i>Getúlio Vargas</i>	1
Promessas e realizações — <i>Pedro Vergara</i>	7
Estado e estatismo — <i>Antônio Carlos Machado</i>	11
Atividades do Instituto Nacional de Ciência Política	13
A “República” de Platão — <i>Dr. Guilherme de Azevedo Ribeiro</i>	19
Getúlio Vargas, o homem e o chefe, — através do livro de Leopoldo Peres — <i>Dr. Raul de Azevedo</i>	25
O culto das datas históricas — <i>Tenente Gerardo Majela Bijos</i>	31
O espírito cristão do Estado Nacional — <i>Cap. Carlos Sudá de Andrade</i>	36
O Estado Nacional e o Estatuto dos Funcionários — <i>Dr. Mário Acioli</i>	43
O Estado Nacional, o trabalho e os novos direitos do homem — <i>Dr. M. Cavalcanti de Carvalho</i>	46
A colaboração Brasil-Estados Unidos e a questão do pessimis- mo ou otimismo racial — <i>Dr. José Colombo de Sousa</i>	53
O Governo Nacional e a solução do problema de energia hidro-elétrica no País — <i>Dr. Ramiro Berbert de Castro</i> ..	57
Notas e comentários	72

CIÊNCIA POLÍTICA

DIRETOR RESPONSÁVEL — PEDRO VERGARA

RUA MÉXICO, 90

3.º andar - Salas 301/303

TELEFONE - 22-8074

RIO DE JANEIRO

COLABORADORES

M. Paulo Filho

Nelson Hungria

J. Pires do Rio

Menotti Del Picchia

Abner Mourão

Gofredo da Silva Teles

Viriato Vargas

Benjamin Vieira

Vargas Neto

Pedro Calmon

Artur Sílio Portela

Alvaro Berford

Jorge Abreu

A. Saboia Lima

Souza Doca

Lutero Vargas

Attilio Vivaqua

Beni Carvalho

Luiz Edmundo

Helio Gomes

Leoncio Corrêa

Claudio de Souza

Goulart de Oliveira

Alcides Maya

Hahnemann Guimarães

Paulo Hasslocher

Onofre Muniz Gomes de Lima

Edmundo Miranda Jordão

Richard Lewinsohn

J. A. Pires e Albuquerque

Danton Jobim

Alfredo Pessoa

La-Fayette Cortes

Adriano Pinto

Lima Figueiredo

Henrique Orciuoli

José de Albuquerque

Carlos Gomes de Oliveira

Leonel de Rezende Alvim

Americo Ferreira Lopes

Ayrton Lobo

Ildefonso Mascarenhas da Silva

Dioclecio Duarte

Lucio Marques de Souza

Renato Travassos

Carlos Maul

PREÇO : Cr\$ 5,00